



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
Secretaria-Executiva

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2017

Brasília-DF - Março de 2018



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
Secretaria-Executiva

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, e da Portaria TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018.

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO/SE/MP)
Brasília-DF - Março de 2018

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

SIGLA	SIGNIFICADO
ABGF	Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno
AFD	Assentamento Funcional Digital
Amazul	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APF	Administração Pública Federal
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
Basa	Banco da Amazônia S.A.
BB	Banco do Brasil
BDC	Banco de Desenvolvimento do Caribe
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
Caixa	Caixa Econômica Federal
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
Cgeof	Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira
Cgeor	Coordenação Geral de Orçamento e Finanças
CGP	Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal
Cgpar	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGU	Controladoria Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CIG	Comitê Interministerial de Governança
CII	Corporação Interamericana de Investimentos
Cipoi	Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais
Cmap	Comitê de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Federais
CBMDF	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
CMB	Casa da Moeda do Brasil
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
Codesa	Companhia Docas do Espírito Santo
Cofix	Comissão de Financiamentos Externos
Cofig	Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Concar	Comissão Nacional de Cartografia
Concla	Comissão nacional de Classificação
Confoco	Conselho Nacional de Fomento e Colaboração
Conjur	Consultoria Jurídica
Conlegis	Sistema de Consulta de Atos Normativos da Administração Pública Federal
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
DAS	Direção e Assessoramento Superior
Dataprev	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
Depex	Departamento de Órgãos Extintos
Dest	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
Dipla	Diretoria de Planejamento e Gestão
Dirad	Diretoria de Administração
DOU	Diário Oficial da União
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
Ebserh	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

SIGLA	SIGNIFICADO
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Eipps	Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação de Usuários dos Serviços Públicos
Eletrobras	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enap	Fundação Escola Nacional de Administração Pública
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento
FCPE	Função Comissionada do Poder Executivo Federal
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
Fida	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Focem	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
Fonplata	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
Fumin	Fundo Multilateral de Investimentos
Funpresp-Exe	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
GECC	Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
Gepac	Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento
HVM	Programa de Honorário Variável Mensal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIWG	Grupo de Investimento e em Infraestrutura do Grupo dos 20-G20
INB	Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
Inde	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
Infraero	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
InovaGov	Rede de Inovação no Setor Público
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MF	Ministério da Fazenda
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPU	Ministério Público da União
MTO	Manual Técnico de Orçamento
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
Nirc	Núcleo de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão
NO	Norma Operacional
NOC	Norma Operacional Conjunta
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OFID	Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento
OGP	Parceria para Governo Aberto
OI	Orçamento de Investimento
OMC	Organização Mundial do Comércio
Onid	Observatório Nacional de Inclusão Digital
ONU	Organização das Nações Unidas
PDG	Programa de Dispendios Globais
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PDV	Programa de Desligamento Voluntário
PE	Planejamento Estratégico
PEN	Processo Eletrônico Nacional
Petic	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PFN	Procuradoria da Fazenda Nacional
Pirc	Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles da Gestão do MP
PLDO	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
Ploa	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLR	Programa de Participação nos Lucros ou Resultados
PPA	Plano Plurianual

SIGLA	SIGNIFICADO
PPE	Perfil de Pessoal das Estatais
PPC	Plano Plurianual de Capacitação
PPP	Parceria Público-Privada
Previc	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RAP	Restos a Pagar
RFB	Receita Federal do Brasil
RDF	Resource Description Framework (fontes de dados em formato aberto)
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RVA	Programa de Remuneração Variável Anual
SAA	Subsecretaria de Assuntos Administrativos
SDI	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura
SE	Secretaria-Executiva
Seain	Secretaria de Assuntos Internacionais
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
Segep	Secretaria de Gestão Pública
Seges	Secretaria de Gestão
Segrt	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público
Sepac	Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento
Seplan	Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
Serpro	Serviço Federal de Processamento de Dados
Sest	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
Setic	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siapa	Sistema Integrado de Administração Patrimonial
Siape	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
Siasg	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
Sicgov	Sistema de Custos do Governo Federal
Siconv	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
Siest	Sistema de Informações das Estatais
Siga	Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
Sigac	Sistema Gestão de Acesso
Sigepe	Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal
Sigs	Sistema de Gerenciamento Integrado da Seain
Siop	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
Sipec	Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal
Sirc	Subcomitê de Integridade, Riscos e Controles
Sisg	Sistema de Serviços Gerais
Sisouvidor	Sistema de Ouvidoria
Sisp	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
Sispes	Sistema Esplanada Sustentável
Sisrt	Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPE	Sociedades de Propósito Específico
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Spoa	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SPUnet	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TED	Termo de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicações
UG	Unidade Gestora

SIGLA	SIGNIFICADO
UGE	Unidade Gestora Executora
Uirc	Unidade de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão
Unasul	União das Nações Sul-Americanas
UnB	Universidade de Brasília
UPC	Unidade Prestadora de Contas
Valec	Valec-Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

QUADRO 1.4 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS-----	20
QUADRO 1.5 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS-----	24
QUADRO 2.3.1 – PROGRAMA TEMÁTICO 2038 - DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA -----	37
QUADRO 2.3.2.1 – AÇÕES RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS -----	50
QUADRO 2.3.2.2 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS -----	57
QUADRO 2.3.4.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS-----	58
QUADRO 2.3.4.2 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UPC NAS MODALIDADES DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES	58
QUADRO 2.3.4.3 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO -----	59
QUADRO 2.3.4.4 – PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS-----	60
QUADRO 2.3.5.1 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO) -----	62
QUADRO 2.3.5.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (DESPESAS CORRENTES) -----	62
QUADRO 4.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UPC -----	78
QUADRO 4.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA -----	78
QUADRO 4.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC -----	79
QUADRO 4.1.2 – DESPESAS DO PESSOAL -----	80
QUADRO 4.1.4 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE -----	82
QUADRO 7.1 - DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO-----	98
QUADRO 7.2 – RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO-----	124
QUADRO 7.4 - DESPESAS COM PUBLICIDADE -----	131

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I - 6.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS 132

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. VISÃO GERAL	13
1.1 Finalidade e Competências	13
1.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade	15
1.3 Ambiente de Atuação	17
1.4 Organograma	19
1.5 Macroprocessos finalísticos	24
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	34
2.1 Planejamento Organizacional	34
2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	34
2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	35
2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos	35
2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos	35
2.3 Desempenho Orçamentário	36
2.3.1 Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados	36
2.3.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade	50
2.3.3 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	57
2.3.4 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos	58
2.3.5 Informações sobre a Execução das Despesas	61
2.4 Desempenho Operacional	63
2.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	70
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	72
3.1 Descrição das Estruturas de Governança	72
3.2 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	73
3.3 Gestão de Riscos e Controles Internos	73
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	78
4.1 Gestão de Pessoas	78
4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade	78
4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal	80
4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	81
4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários	81
4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	82
4.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	82
4.3 Gestão da Tecnologia da Informação	85
4.3.1 Principais Sistemas de Informações	85
4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	85
4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade	85
4.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras	85
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	87
5.1 Canais de Acesso do Cidadão	87
5.2 Carta de Serviços ao Usuário	89
5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	90
5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade	90
5.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	93
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	94
6.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	94
6.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	95
6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas ANEXO I	95
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	96

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU-----	96
7.2 Tratamento de Recomendação do Órgão de Controle Interno-----	124
7.3 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 -----	131
7.4 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda-----	131
8. ANEXOS E APÊNDICES-----	132

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Exercício de 2017 está estruturado conforme o disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, na Decisão Normativa TCU nº 161/2017 e na Portaria TCU nº 65/2018, e apresenta informações sobre a gestão das Unidades que integram a estrutura da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SE/MP), denominada Unidade Prestadora de Contas (UPC), assim como da Secretaria de Orçamento Federal (SOF); Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain); Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP); Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI); Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest); e Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan).

Os dados relativos às Unidades que integram este Relatório estão em consonância com o Decreto 9.232, de 7 de dezembro de 2017, que altera o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, que aprova a Estrutura Regimental do MP.

Os itens e subitens do Relatório estão dispostos de acordo com a sequência apresentada no Sistema E-contas e ajustados após a supressão de partes que não ocorreram no exercício, conforme relacionadas abaixo:

- Ações do Orçamento de Investimento (OI): a Unidade Prestadora de Contas (UPC) não possui ações integrantes do OI;
- Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário: não ocorreram danos financeiros no exercício.
- Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento: não foram realizadas revisões durante o exercício de 2017.

O Relatório aborda os objetivos sob responsabilidade desta UPC, vinculados ao Programa Temático 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, integrante do Plano Plurianual (PPA 2016-2019). Os programas de operações especiais e de gestão e manutenção do Ministério não estão destacados no Relatório.

A UPC e as Unidades que a integram dispensaram esforços no sentido de se cumprir o compromisso institucional do MP, priorizando o desenvolvimento de ações previstas no PPA e no Planejamento Estratégico. Expõe-se, a seguir, síntese das principais realizações das Unidades que constituem este Relatório, no contexto do Programa 2038. No item Desempenho Operacional, estão destacados outros resultados alcançados pelas Unidades, inclusive por aquelas que não desenvolvem atividades no âmbito do Programa 2038.

Entre as principais ações executadas, destaca-se o aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência do PPA, como o lançamento do Portal PPA Cidadão, que visa à disseminação de informação sobre o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das metas e objetivos do PPA, e ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Com o objetivo de melhorar a gestão dos recursos públicos, ampliar a transparência e simplificar o acesso a informações sobre gestão de pessoas, foi lançado, em janeiro de 2017, o Painel Estatístico de Pessoal (PEP), plataforma que concentra as informações estatísticas de pessoal do Poder Executivo Federal, com atualização mensal de dados.

Ressalta-se a continuidade na evolução do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe), com o desenvolvimento de módulos que proporcionaram maior praticidade aos

servidores nas consultas de informações financeiras, cadastrais e funcionais. Destaca-se, também, o aperfeiçoamento dos serviços de monitoramento, gestão e atendimento aos usuários do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), sistema estruturante que sustenta a elaboração do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

1. VISÃO GERAL

1.1 Finalidade e Competências

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) tem por competência formular o planejamento estratégico nacional e elaborar subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional; elaborar, acompanhar e avaliar o plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais; viabilizar novas fontes de recursos para os planos de governo; coordenar e gerir os sistemas de planejamento e orçamento federal, de pessoal civil, de organização e modernização administrativa, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais; formular diretrizes, coordenar e definir critérios de governança corporativa das empresas estatais federais, bem como gerir o patrimônio imobiliário da União.

Conforme o Decreto 9.035, de 20 de abril de 2017, a Secretaria-Executiva (SE) tem como finalidade assistir o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão na definição de diretrizes e na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas; orientar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de administração patrimonial, de ouvidoria (conforme Decreto 9.232, de 2017) e as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de organização e inovação institucional e de serviços gerais.

Compete, ainda, à Secretaria-Executiva exercer a função de órgão setorial dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Organização e Inovação Institucional (Siorg), de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga), de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec), de Serviços Gerais (Sisg), de Contabilidade Federal e de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp), por intermédio das Diretorias de Planejamento e Gestão (Dipla) e de Administração (Dirad), transformadas em Subsecretarias de Planejamento e Orçamento e de Assuntos Administrativos, por força do Decreto 9.232, de 2017.

Os demais órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado que integram a estrutura organizacional MP, são a Consultoria Jurídica (Conjur), que tem por função primordial exercer a advocacia preventiva e consultiva nas matérias de competência institucional, mediante orientação acerca da interpretação e aplicação da lei; e a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), cuja competência principal consiste em assessorar o Ministro no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e de suas entidades vinculadas.

Ainda compõem a estrutura ministerial, os seguintes órgãos específicos singulares responsáveis pelo cumprimento das competências institucionais:

➤ Secretaria de Orçamento Federal (SOF): coordena, consolida e supervisiona a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual da União (LOA), compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social; estabelece as normas necessárias à elaboração e à implementação dos orçamentos federais sob sua responsabilidade; e acompanha a execução orçamentária, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos.

➤ Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain): coordena as políticas e ações para a negociação de programas e projetos do setor público, vinculadas a fontes externas; realiza o planejamento orçamentário e coordena o processo de pagamento das integralizações de cotas nos

organismos financeiros internacionais de desenvolvimento nos quais a participação do País seja atribuição do MP; atua na relação com investidores internacionais para atração de investimentos estrangeiros, em especial, para projetos de infraestrutura, além de assessorar o Ministro de Estado em atividades internacionais.

➤ Secretaria de Gestão (Seges): promove a inovação, modernização e aperfeiçoamento da gestão pública, com foco na agilidade dos serviços públicos, maior transparência e participação social, racionalização de processos e otimização de recursos; desenvolve e implementa modelos, processos e procedimentos para a aquisição e contratação de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e entidades da administração pública federal; propõe políticas, planeja, coordena, supervisiona e orienta normativamente as atividades de gestão de recursos de logística sustentável, bem como propõe e implementa políticas e diretrizes relativas à melhoria da gestão no âmbito das transferências voluntárias da União.

➤ Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic): define políticas, planeja, coordena, supervisiona e orienta normativamente as atividades de gestão dos recursos de tecnologia da informação, como órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp), e planeja, coordena e controla as atividades relacionadas à gestão da tecnologia da informação e comunicação do Ministério.

➤ Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP): formula políticas e diretrizes para a gestão de pessoas, compreendendo as áreas de recursos humanos e carreiras, formulação de normativos e procedimentos judiciais em gestão de pessoas, desenvolvimento de políticas de saúde, previdência e benefícios do servidor, gestão de sistemas e informações e gestão de cadastros e pessoas, além de promover a democratização das relações de trabalho na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

➤ Secretaria do Patrimônio da União (SPU): administra o patrimônio imobiliário da União e zela por sua conservação; promove o controle, a fiscalização e a manutenção dos imóveis da União utilizados em serviço público; formula, propõe, acompanha e avalia a política nacional de gestão do patrimônio da União, integrando-a com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

➤ Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI): coordena a definição de metas de investimentos em infraestrutura; apoia a formulação, monitora e avalia políticas, planos e programas de investimentos em infraestrutura; desenvolve estudos e propõe melhorias para a implementação de programas e políticas públicas na área de infraestrutura, bem como avalia e propõe medidas institucionais e regulatórias para a promoção de projetos de infraestrutura.

➤ Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest): coordena a elaboração do programa de dispêndios globais, do orçamento de investimento das empresas estatais e do demonstrativo da política de aplicação das instituições financeiras oficiais de fomento; promove a articulação e a integração das políticas das empresas estatais, propondo diretrizes e parâmetros de atuação sobre políticas de pessoal, de governança e de orçamento; contribui para o aumento da eficiência e transparência das empresas estatais e para o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de monitoramento econômico-financeiro e para o aperfeiçoamento da gestão dessas empresas.

➤ Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan): elabora e aprecia propostas de política econômica que tenham impacto sobre o desenvolvimento econômico e social e a política fiscal; assessora o Ministro de Estado no planejamento nacional e na elaboração

de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento econômico e social; coordena as ações de planejamento de governo, em articulação com os órgãos setoriais integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; estabelece diretrizes e normas, coordena, orienta e supervisiona a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual e do planejamento territorial, bem como coordena as ações estratégicas de investimento governamental.

Integram, ademais, a estrutura organizacional do MP, os seguintes órgãos colegiados:

- Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), que exerce as competências no Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017.
- Comissão Nacional de Cartografia (Concar), que exerce as competências estabelecidas no Decreto de 1º de agosto de 2008.
- Comissão Nacional de Classificação (Concla), que exerce as competências estabelecidas no Decreto nº 3.500, de 9 de junho de 2000.
- Conselho Nacional de Fomento e Colaboração (Confoco), que exerce as competências estabelecidas no Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

Por fim, são vinculadas ao MP as seguintes entidades:

- Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap).
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe).
- Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF).
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

1.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

Normas de criação e alteração da UPC:

- Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, entre outras providências. Revogada pela Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.
- Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MP, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas, substitui cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS) por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal (FCPE) e altera o Decreto nº 8.365, de 24 de novembro de 2014, entre outras providências. Revogado pelo Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017.

➤ Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016, que altera a Lei nº 10.683/2003, entre outras providências.

➤ Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que altera a Lei nº 10.683/2003 e revoga a Medida Provisória nº 717/2016, entre outras providências.

➤ Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que altera o Decreto nº 8.818/2016, entre outras providências.

➤ Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) por Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) e transforma cargos em comissão.

➤ Decreto 9.163, de 28 de setembro de 2017, que altera o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MP e remaneja cargos em comissão e FCPE.

➤ Decreto 9.232, de 7 de dezembro de 2017, que altera o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MP, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo DAS por FCPE e transforma cargos em comissão.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UPC:

➤ Portaria GM/MP nº 220, de 25 de junho de 2014, que aprova os Regimentos Internos das Unidades integrantes da estrutura do MP.

➤ Anexo II à Portaria nº 220/2014, que trata do Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Manuais operacionais de macroprocessos relevantes da UPC:

➤ NO SPOA nº 6, de 21 de dezembro de 2010, que disciplina os procedimentos para concessão de diárias e passagens, no âmbito do MP.

➤ NO SPOA nº 1, de 1º de setembro de 2011, que estabelece critérios e procedimentos para a reprografia de documentos e serviços gráficos, no âmbito do MP.

➤ Portaria nº 718, de 14 de outubro de 2013, que define os valores a serem cobrados por página copiada no âmbito do MP.

➤ NO Dirad nº 1, de 10 de fevereiro de 2014, que regulamenta os procedimentos para os serviços de comunicação de voz por meio de telefonia fixa e móvel e de

dados por meio dos dispositivos móveis do tipo **tablet** e **modem** com acesso à **internet** no âmbito do MP.

- NO Dirad nº 2, de 29 de abril de 2014, que define os critérios para a prorrogação de contratos administrativos no MP.
- NOC Dirad/DTI nº 1, de 23 de maio de 2014, que estabelece os procedimentos para o acompanhamento dos serviços de impressão, digitalização e cópia e da execução dos contratos de prestação de serviços, com o fornecimento de equipamentos e insumos, firmados com o MP.
- NO Dirad nº 4, de 7 de agosto de 2014, que define os procedimentos relativos à concessão de auxílio-moradia aos servidores integrantes do Quadro de Pessoal do MP.
- NO Dirad nº 1, de 16 de janeiro de 2015, que disciplina os procedimentos para aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito do MP.
- NO DTI nº 2, de 22 de janeiro de 2015, que disciplina os procedimentos para elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) no MP.
- NO Dirad nº 1, de 22 de janeiro de 2016, que dispõe sobre procedimentos relativos à gestão, acompanhamento e à fiscalização de contratos e instrumentos congêneres celebrados pelo MP.
- NO Dirad nº 2, de 20 de maio de 2016, que dispõe sobre os procedimentos relativos à autorização de afastamento do País de servidores do MP e das entidades vinculadas.
- NO Dirad nº 3, de 25 de agosto de 2016, que dispõe sobre o serviço de transporte oficial e terceirizado no âmbito do MP.
- NO Dirad nº 1, de 10 de fevereiro de 2017, que institui os critérios e os procedimentos a serem adotados para a gestão por competência e para a capacitação dos servidores do Ministério.
- NO Dirad nº 2, de 17 de março de 2017, que dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no âmbito do MP.
- NO Dipla nº 1, de 5 de outubro de 2017, que estabelece os procedimentos, atribuições e responsabilidades para a gestão do processo administrativo eletrônico no âmbito do Ministério.

1.3 Ambiente de Atuação

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão é órgão integrante do Poder Executivo Federal, que atua na formulação do planejamento estratégico nacional, elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual de investimentos, dos orçamentos anuais, da administração patrimonial, bem como na definição da política e das diretrizes para modernização da Administração Pública Federal.

O Ministério exerce, ainda, as atribuições de órgão central de coordenação e gestão dos sistemas estruturadores da APF, tais como: de planejamento e orçamento federal; de pessoal civil; de informações organizacionais do Governo Federal; de administração de recursos da informação e informática; de organização e modernização administrativa; de serviços gerais; de administração patrimonial; de gestão de convênios e contratos e o de informações das estatais.

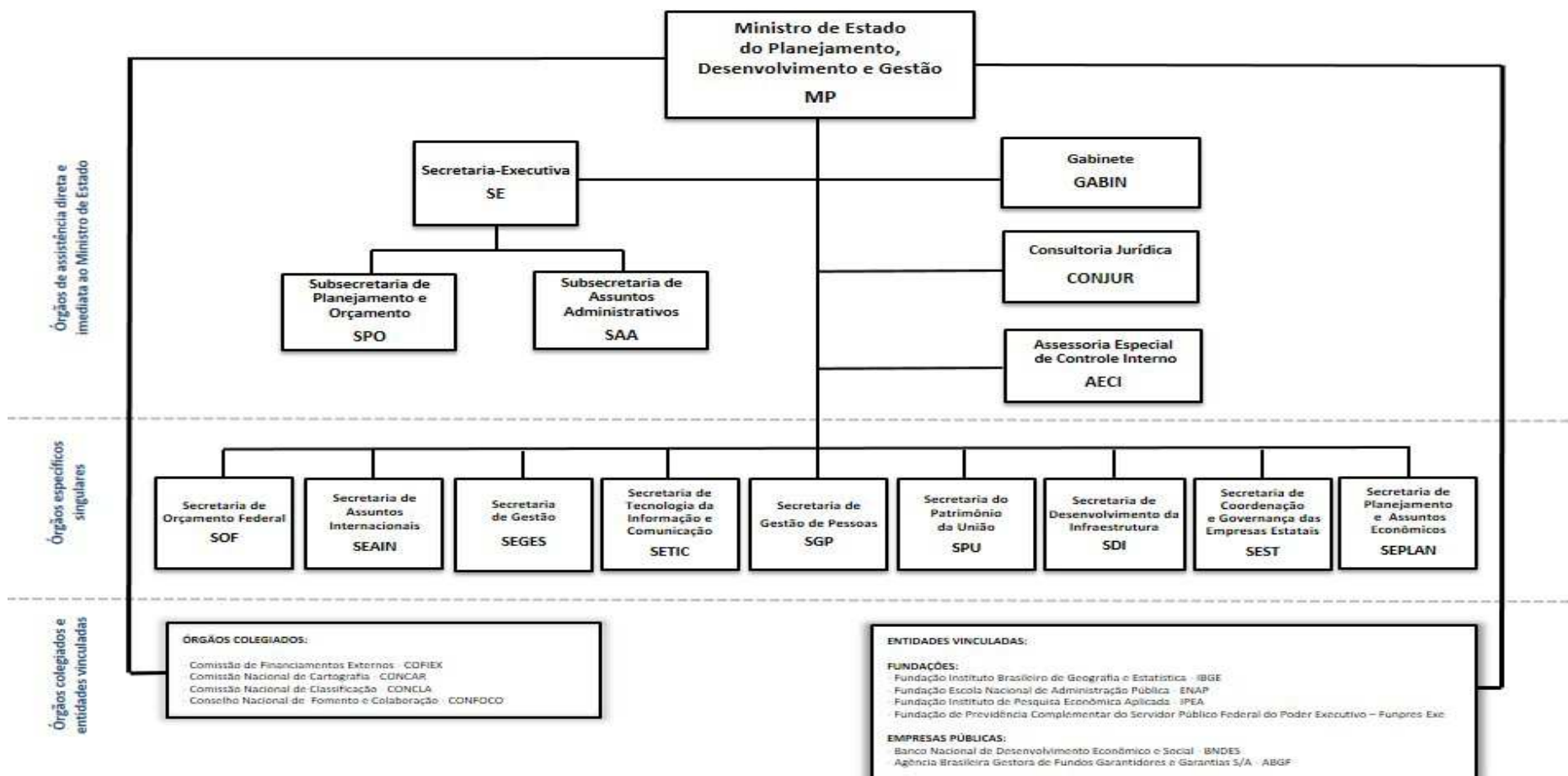
Ademais, planeja e coordena políticas e ações para a negociação de programas e projetos do setor público, vinculadas a fontes externas, e atua na relação com investidores internacionais para atração de investimentos estrangeiros, em especial, para projetos de infraestrutura.

Para desempenhar seu papel, o Ministério prioriza o debate sobre atributos do planejamento governamental e da gestão pública com a perspectiva de criar condições objetivas e institucionais para a execução das políticas públicas, associando o conceito de resultado à abertura de canais que permitam ampliar as entregas do governo, visando recuperar a capacidade do Estado para a implementação das políticas.

Outro compromisso relevante é o fortalecimento da relação federativa por meio da criação e valorização de mecanismos de cooperação entre os entes, de forma a ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, reforçando os canais de atendimento ao cidadão.

1.4 Organograma

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



Organograma estruturado conforme Decreto nº 9.035/2017, que aprova a Estrutura Regimental Básica do Ministério, e suas alterações: Decreto nº 9.163/2017, e Decreto nº 9.232/2017.

Quadro 1.4 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria de Planejamento e Gestão (Dipla)	Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de organização e inovação institucional e de gestão de documentos de arquivo, no âmbito do Ministério; informar e orientar as unidades do Ministério e de suas entidades vinculadas quanto ao cumprimento das normas vigentes; elaborar, coordenar e monitorar a execução das atividades e dos projetos relacionados ao Planejamento Estratégico Institucional e integrá-los aos objetivos do Ministério expressos no plano plurianual; elaborar a programação orçamentária do Ministério e de suas entidades vinculadas, de forma alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional, e monitorar as atividades de execução orçamentária e financeira; coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e dos programas anuais e plurianuais, submetê-los à decisão superior e monitorar e avaliar suas metas e seus resultados, em articulação com as Secretarias e as entidades vinculadas ao Ministério; e promover iniciativas voltadas à produção de conteúdo informacional para identificação da qualidade do desempenho institucional do órgão e das políticas públicas e dos programas que realiza, com vistas à promoção de melhorias relacionadas aos seus processos e aos resultados de suas ações.	Maria Fernanda Nogueira Bittencourt	Diretora	19/8/2016 a 6/12/2017
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO)			Subsecretária	7/12/2017 a 31/12/2017
Diretoria de Administração (Dirad)	Planejar, coordenar, supervisionar e executar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas ao Sisg e ao Sipeç; promover a articulação com o órgão central do Sisg e Sipeç; e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas.	Walmir Gomes de Sousa	Diretor	4/8/2016 a 6/12/2017
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			Subsecretário	7/12/2017 a 31/12/2017
Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)	Coordenar e controlar as atividades relacionadas ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação no Ministério, efetuadas diretamente ou por meio da contratação de serviços de terceiros; coordenar a elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), e suas respectivas revisões, em conjunto com as demais unidades do Ministério; coordenar o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do Ministério; estabelecer normas de segurança da informação e dos recursos computacionais no Ministério; propor a escolha e implementação de metodologias, sistemas, plataformas e bases tecnológicas a serem adotadas pelo Ministério.	Eduardo César Soares Gomes	Diretor	28/04/2014 a 15/5/2017
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest)	Coordenar a elaboração do programa de dispêndios globais e da proposta do orçamento de investimento das empresas estatais, e acompanhar a respectiva execução orçamentária; promover a articulação e a integração das políticas das empresas estatais, propondo diretrizes e parâmetros de atuação, inclusive sobre a política salarial e de benefícios e vantagens e negociação de acordos ou de convenções coletivas de trabalho; coordenar o Grupo Executivo da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), e exercer as atribuições de Secretaria-Executiva da Comissão; contribuir para o	Fernando Antonio Ribeiro Soares	Diretor	19/05/2016 a 15/5/2017

	aumento da eficiência e transparência das empresas estatais e para o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de monitoramento econômico-financeiro e para o aperfeiçoamento da gestão dessas empresas.			
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest)	Coordenar a elaboração do programa de dispêndios globais, do orçamento de investimento das empresas estatais e do demonstrativo da política de aplicação das instituições financeiras oficiais de fomento; promover a articulação e a integração das políticas das empresas estatais, propondo diretrizes e parâmetros de atuação sobre políticas de pessoal, de governança e de orçamento; contribuir para o aumento da eficiência e transparência das empresas estatais e para o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de monitoramento econômico-financeiro e para o aperfeiçoamento da gestão dessas empresas.	Fernando Antonio Ribeiro Soares	Secretário	16/5/2017 a 31/12/2017
Departamento de Órgãos Extintos (Depex)	Exercer as funções de planejamento, coordenação e supervisão relativas aos processos de extinção de órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; acompanhar e orientar as atividades relacionadas com a preparação e com a organização de acervo documental de órgãos e de entidades da APF submetidos a processos de extinção, até sua entrega aos órgãos responsáveis pela guarda e manutenção; supervisionar, coordenar e orientar as Superintendências de Administração do MP nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.	Erasmio Verissimo de Castro Sampaio	Diretor	19/08/2016 a 15/5/2017
Consultoria Jurídica (Conjur)	Prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério; fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério; atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas ao Ministro de Estado.	Walter Baere de Araujo Filho	Consultor Jurídico	07/11/2012 a 1º/12/2017
		Vânia Lúcia Ribeiro Vieira	Consultora Jurídica	2/12/2017 a 31/12/2017
Assessoria Econômica (Assec)	Assessorar o Ministro de Estado e os representantes do Ministério na proposição, acompanhamento e condução da política econômica; apreciar e emitir pareceres técnicos, nos seus aspectos econômicos, sobre projetos de legislação ou regulamentação, de iniciativa do Ministério ou submetidos a sua análise; elaborar ou apreciar propostas de política econômica que tenham impacto sobre o desenvolvimento econômico e a política fiscal, de iniciativa do Ministério ou a este submetido; participar, no âmbito do Ministério, da elaboração de estudos ou de propostas relacionados com a modernização do Estado e o planejamento e orçamento governamental; assessorar o Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal (CGP), nos aspectos de competência do Ministério estabelecidos na legislação pertinente; assessorar o Ministro de Estado no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional.	Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari	Secretário (Interino)	20/05/2016 a 15/5/2017
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI)	Coordenar o planejamento das ações de governo, em articulação com os órgãos setoriais integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; estabelecer diretrizes e normas, coordenar, orientar e supervisionar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual e do planejamento territorial; realizar estudos e análises para a formulação, a revisão e a avaliação de políticas públicas setoriais, transversais e multissetoriais; identificar, analisar e avaliar os investimentos estratégicos governamentais, inclusive quanto ao seu impacto territorial, suas fontes de financiamento e sua articulação com os investimentos dos demais entes federativos e com os investimentos privados; assessorar o Ministro de Estado no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional.	Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari	Secretário (interino)	11/07/2016 a 15/5/2017
Secretaria de	Elaborar e apreciar propostas de política econômica que tenham impacto sobre o desenvolvimento econômico e	Marcos	Secretário	19/8/2016

Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan)	social e a política fiscal; assessorar o Ministro de Estado no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento econômico e social; coordena as ações de planejamento de governo, em articulação com os órgãos setoriais integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; estabelecer diretrizes e normas, coordenar, orientar e supervisionar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual e do planejamento territorial, bem como coordenar as ações estratégicas de investimento governamental.	Adolfo Ribeiro Ferrari		a 9/4/2017
Secretaria de Orçamento Federal (SOF)	Coordenar, consolidar e supervisionar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual da União (LOA), compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social; estabelecer as normas necessárias à elaboração e à implementação dos orçamentos federais sob sua responsabilidade; e acompanhar a execução orçamentária, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos	George Alberto de Aguiar Soares	Secretário	20/5/2016 a 31/12/2017
Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain)	Coordenar as políticas e ações para a negociação de programas e projetos do setor público, vinculadas a fontes externas; realizar o planejamento orçamentário e coordenar o processo de pagamento das integralizações de cotas nos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento nos quais a participação do País seja atribuição do MP; atuar na relação com investidores internacionais para atração de investimentos estrangeiros, em especial, para projetos de infraestrutura, além de assessorar o Ministro de Estado em atividades internacionais.	Jorge SabaArbach e Filho	Secretário	17/6/2016 a 31/12/2017
Secretaria de Gestão (Seges)	Promover a inovação, modernização e aperfeiçoamento da gestão pública, com foco na agilidade dos serviços públicos, maior transparência e participação social, racionalização de processos e otimização de recursos; desenvolver e implementar modelos, processos e procedimentos para a aquisição e contratação de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e entidades da APF; propor políticas, planejar, coordenar, supervisionar e orientar normativamente as atividades de gestão de recursos de logística sustentável, bem como propor e implementar políticas e diretrizes relativas à melhoria da gestão no âmbito das transferências voluntárias da União.	Gleisson Cardoso Rubin	Secretário	20/5/2016 a 31/12/2017
Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Propor políticas, planejar, coordenar, supervisionar e orientar normativamente as atividades de gestão dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp), como órgão central do sistema, de governo digital, relacionadas à padronização e à disponibilização de serviços digitais interoperáveis, acessibilidade digital e abertura de dados e de segurança da informação no âmbito do Sisp; presidir a Comissão de Coordenação do Sisp.	Marcelo Daniel Pagotti	Secretário	31/5/2016 a 15/5/2017
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic)	Definir políticas, planejar, coordenar, supervisionar e orientar normativamente as atividades de gestão dos recursos de tecnologia da informação, como órgão central do Sisp, e planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à gestão da tecnologia da informação e comunicação do Ministério.	Marcelo Daniel Pagotti	Secretário	16/5/2017 a 31/12/2017
Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público (Segrt)	Formular políticas e diretrizes para o aperfeiçoamento contínuo dos processos de gestão na administração pública federal, compreendendo gestão de pessoas; promover o acompanhamento da evolução quantitativa e qualitativa da força de trabalho nos órgãos e entidades integrantes da administração pública federal e da remuneração e das despesas de pessoal; exercer, como órgão central do Subsistema de Relações de Trabalho do Serviço Público Federal (SISRT), a competência normativa em matéria de negociação de termos e condições de trabalho e solução de conflitos no serviço público federal; exercer a interlocução com os servidores públicos, por meio de procedimentos de negociação de termos e condições de trabalho, da Ouvidoria-Geral do Servidor Público e de outros instrumentos; propor a formulação de políticas e diretrizes que garantam a democratização das relações de	Augusto Akira Chiba	Secretário	27/6/2016 a 15/5/2017

	trabalho na Administração Pública Federal.			
Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)	Formular políticas e diretrizes para a gestão de pessoas, compreendendo as áreas de recursos humanos e carreiras, formulação de normativos e procedimentos judiciais em gestão de pessoas, desenvolvimento de políticas de saúde, previdência e benefícios do servidor, gestão de sistemas e informações e gestão de cadastros e pessoas, além de promover a democratização das relações de trabalho na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.	Augusto Akira Chiba		16/5/2017 a 31/12/2017
Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	Administrar o patrimônio imobiliário da União e zelar por sua conservação; promover o controle, a fiscalização e a manutenção dos imóveis da União utilizados em serviço público; formular, propor, acompanhar e avaliar a política nacional de gestão do patrimônio da União, integrando-a com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.	Sidrack de Oliveira Correia Neto	Secretário	22/11/2016 a 31/12/2017
Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI)	Coordenar a definição de metas de investimentos em infraestrutura; apoiar a formulação e monitorar e avaliar políticas, planos e programas de investimentos em infraestrutura; apoiar a elaboração do plano plurianual nos temas relacionados à infraestrutura; desenvolver estudos e propor melhorias para a implementação de programas e políticas públicas na área de infraestrutura, em articulação com os órgãos setoriais; avaliar e propor medidas institucionais e regulatórias para a promoção de projetos de infraestrutura; exercer as atividades de Secretaria-Executiva do Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento (Gepac).	Hailton Madureira de Almeida	Secretário	19/08/2016 a 31/12/2017

Fonte: Decreto nº 9.035/2017, que aprova a Estrutura Regimental Básica do Ministério, e suas alterações: Decreto nº 9.163/2017, e Decreto nº 9.232/2017.

1.5 Macroprocessos finalísticos

Quadro 1.5 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO)				
Gestão Orçamentária	Planejamento, elaboração, previsão de despesas e descentralização financeira. Acompanhamento contábil preventivo e proativo.	-Programação Orçamentária -Declaração do Contador	Todas as unidades do MP	SPO
Gestão de Planejamento	Acompanhamento e aperfeiçoamento das ações para subsidiar processos de planejamento, monitoramento e comunicação.	-Monitoramento do PPA; -Monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional; -Mensagem Presidencial.	Todas as unidades do MP	SPO
Gestão da Informação	Gestão documental e do acesso à informação	-Informações disponibilizadas para o cidadão -Suporte ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI).	Cidadão	SPO
Avaliação de Desempenho Institucional	Monitoramento das metas e dos indicadores de desempenho institucional.	Metas e indicadores de desempenho institucional publicados.	Servidores do MP	SPO
Organização Administrativa e Estruturação organizacional:	Atualização de estruturas organizacionais, normas, manuais e demais instrumentos; Mapeamento de processos.	Regimento Interno das unidades administrativas do Ministério Processos mapeados	Todas as unidades do MP	SPO
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)				
Recursos Humanos	Gestão das atividades de Recursos Humanos: cadastro, pagamento, aposentadoria e pensão civil, movimentação interna, legislação de pessoal e serviço médico. Desenvolvimento e capacitação dos servidores.	-Folha de pagamento -Aposentadoria -Avaliação individual -Capacitações -Situação funcional -Serviços médicos	Todas as unidades do MP	SAA
Gestão de Aquisições e Contratações	Gestão de aquisições de bens e serviços: licitações e compras diretas.	Aquisições Licitações	Todas as unidades do MP	SAA
Administração Predial	Administração, segurança e manutenção predial. Monitoramento e fiscalização de reformas e serviços de engenharia, transporte, telefonia,	-Administração predial -Controle de bens patrimoniais -Suprimento	Todas as unidades do MP	SAA

	serviços de secretariado e restaurante. Administração de bens: controle e suprimento de bens patrimoniais e de consumo.			
Gestão de Contratos	Gestão, acompanhamento e supervisão de contratos administrativos.	Gestão contratual	Todas as unidades do MP	SAA
Execução Orçamentária e Financeira	Execução orçamentária e financeira: prática de atos e fatos decorrentes da gestão orçamentária e financeira.	Gestão da execução orçamentária e financeira	Todas as unidades do MP	SAA
Secretaria de Orçamento Federal (SOF)				
Elaboração do PLOA	Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA)	PLOA elaborado	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público da União (MPU), Conselho Nacional da Justiça (CNJ) e sociedade.	Unidades internas sob a coordenação dos Secretários-Adjuntos da Secretaria de Orçamento Federal e Departamentos de Programa
Elaboração do Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias	Elaboração do Relatório Bimestral de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias previstas	Relatório Elaborado	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, MPU, CNJ e sociedade.	Unidades internas sob a coordenação do Secretário-Adjunto de Gestão Fiscal
Elaboração do PLDO	Elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes	PLDO elaborado	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, MPU, CNJ e sociedade.	Unidades internas sob a coordenação do Secretário-Adjunto de Gestão Orçamentária
Alterações Orçamentárias – Créditos Adicionais	Processos de ajustes na LOA previstos na legislação	Crédito publicado no Diário Oficial da União (DOU)	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, MPU, CNJ e sociedade.	Unidades internas sob a coordenação dos Secretários-Adjuntos da Secretaria de Orçamento Federal e Departamentos de Programa
Alterações Orçamentárias – Outras	Processos de ajustes na LOA previstos na legislação	Alteração publicada no DOU	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, MP, CNJ e sociedade	Unidades internas sob a coordenação dos Secretários-Adjuntos da Secretaria de Orçamento Federal e Departamentos de Programa
Acompanhamento da execução orçamentária	Acompanhamento das ações orçamentárias conforme previsto na legislação	Informações consolidadas no sistema para subsidiar relatórios de governo	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, MPU, CNJ e sociedade.	Unidades internas sob a coordenação do Secretário-Adjunto de

				Gestão Corporativa
Gestão das classificações Receita/Despesa	Atividades técnicas relacionadas a classificação de receita e despesa	Manual Técnico do Orçamento publicado e atualizado	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, MPU e CNJ, Estados e Municípios.	Unidades internas sob a coordenação do Secretário-Adjunto de Gestão Fiscal e do Secretário-Adjunto de Gestão Orçamentária
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest)				
Governança de estatais.	<p>1. Análise e manifestação sobre propostas de empresas estatais relativas às seguintes matérias:</p> <p>a) criação de empresa estatal;</p> <p>b) assunção, pela União ou por empresa estatal, do controle acionário de empresa;</p> <p>c) operações de reestruturação societária, envolvendo fusão, cisão ou incorporação;</p> <p>d) alteração do capital social;</p> <p>e) estatutos sociais e suas alterações;</p> <p>f) destinação dos lucros e resultados da empresa;</p> <p>g) remuneração dos administradores e conselheiros, bem como a participação dos dirigentes nos lucros ou resultados das empresas;</p> <p>h) demais atos societários submetidos à manifestação da Sest.</p> <p>2. Acompanhamento e orientação nas atividades relacionadas a empresas estatais federais submetidas a processo de liquidação.</p> <p>3. Atuação de forma a contribuir para a eficiência e transparência das ações e políticas das empresas estatais, visando ao fortalecimento dos instrumentos de governança.</p> <p>4. Colaboração para as atividades relativas a processos de modelagem e desenvolvimento de operações que tenham como objetivo a desestatização, reestruturação, fusão, incorporação, cisão e liquidação de empresas estatais federais.</p>	<p>-Nota Técnica e Ofício.</p> <p>- Seminários.</p> <p>- Reuniões com empresas e ministérios.</p>	<p>Empresas Estatais, suas controladas e coligadas;</p> <p>Ministérios Supervisores; e</p> <p>Conselheiros.</p>	Sest

Análise econômico-financeira das empresas estatais.	Análise das empresas, sob o aspecto econômico-financeiro, baseado em dados contábeis do Siest, com o objetivo de contribuir nas avaliações de empresas e servir de subsídio aos conselheiros de administração. As análises podem ser individuais, por setor de atuação (energia, financeiro, abastecimento, etc.) ou por temas, como endividamento, créditos vencidos, etc.	Boletins, Informes e o Livro “Perfil das Empresas Estatais”.	1. Ministro MP, SE; 2. Conselheiros de administração representantes do MP; 3. Sociedade.	Sest
Monitoramento do endividamento.	Acompanhamento do endividamento das empresas do Setor Produtivo.	Relatório para Conselheiros de Administração, Relatório para a Sest/MP e componente do Boletim Sest.	1. Ministério do Planejamento/Sest; 2. Conselheiros de Administração representantes do MP; 3. Sociedade.	Sest
Acompanhamento do valor de mercado das estatais.	Acompanhamento do valor de mercado das empresas estatais com ações na bolsa.	Boletim.	1. Ministério do Planejamento/Sest.	Sest
Elaboração da proposta do Orçamento de Investimento (OI).	Coordenação da elaboração da proposta do OI das empresas estatais federais não dependentes, compatibilizando-a com o Plano Plurianual (PPA).	Volume VI da Lei Orçamentária Anual (LOA), que contém o OI.	1. Congresso Nacional. 2. Empresas Estatais Federais. 3. Ministérios Setoriais. 4. Sociedade em geral.	Sest
Elaboração da proposta do Programa de Dispendios Globais (PDG).	Coordenação da elaboração da proposta do PDG das empresas estatais federais não dependentes, compatibilizando-a com a meta de superávit primário fixada na LDO.	1. Decreto do PDG. 2. Relatório de Necessidade de Financiamento Líquido. 3. Relatório de Usos e Fontes. 4. Trechos da Mensagem Presidencial contida no PLOA.	1. Presidência da República. 2. Empresas Estatais Federais. 3. Ministérios Setoriais. 4. Sociedade em geral.	Sest
Acompanhamento da execução do OI e do PDG.	Acompanhamento dos valores executados para elaboração de relatórios, análises e publicações, além de verificação dos riscos de extrapolação dos valores orçados com alertas para as empresas.	1. Relatórios. 2. Nota Técnica. 3. Boletim do OI para os Conselheiros. 4. Ofício com alertas de extrapolação. 5. Quadro de acompanhamento da meta de resultado primário pelo critério acima da linha. 6. Portaria Bimestral de	1. MP: Gabinete do Ministro, Secretaria-Executiva e áreas da Sest 4. Conselheiros de Administração representantes do MP. 5. Empresas Estatais Federais. 6. Sociedade em geral.	Sest

		Execução Orçamentária.	7. Órgãos de Controle.	
Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR).	Elaboração do texto a ser inserido no Capítulo II da PCPR, com base em dados da execução do OI, informações enviadas pelas estatais e análises internas.	Capítulo II da PCPR.	1. Presidência da República. 2. Órgãos de Controle. 3. Sociedade em geral.	Sest
Política de Pessoal de Estatais.	Análise e manifestação sobre propostas, encaminhadas pelo Ministérios setoriais, de quantitativo de pessoal próprio, acordo ou convenção coletiva de trabalho, programa de desligamento de empregados, planos de cargos e salários, benefícios de empregados, criação e remuneração de funções gratificadas e cargos comissionados e participação dos empregados nos lucros ou resultados das empresas. Proposição de diretrizes e parâmetros de atuação sobre política de pessoal.	1. Notas Técnicas e Ofícios. 2. Portarias. 3. Reuniões com empresas e Ministérios. 1. Cartilha “Planos de Cargos e Salários e Planos e Funções – Diretrizes e Orientações”. 2. Fóruns “Lei nº 13.467/2017 – Nova Lei Trabalhista”.	1. Empresas Estatais Federais. 2. Ministérios Setoriais.	Sest
Previdência complementar das empresas estatais federais.	Análise e manifestação acerca do patrocínio de planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar.	1. Notas Técnica e Ofício. 2. Participação nas reuniões do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC. 3. Seminário de Previdência Complementar de Empresas Estatais Federais. 4. Portaria SEST nº 36/2017.	1. Empresas Estatais Federais. 2. Ministérios Setoriais. 3. Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).	Sest
Assistência à saúde das empresas estatais federais.	Análise e manifestação quanto ao custeio de benefícios de assistência à saúde.	1. Nota Técnica e Ofício. 2. Estudos e propostas para elaboração das Resoluções CGPAR nº 22 e 23.	1. Empresas Estatais Federais. 2. Ministérios Setoriais.	Sest
Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)				
Formulação de políticas e diretrizes para o aperfeiçoamento contínuo dos processos de gestão de pessoas no âmbito da Administração Pública Federal	Competência normativa e orientadora em matéria de pessoal civil no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Interlocução com os servidores públicos, por meio de procedimentos de negociação de termos e condições de trabalho, da Ouvidora do Servidor Público e de outros instrumentos.	- Planejamento e dimensionamento da força de trabalho; - Recrutamento e seleção; - Estrutura de cargos, de planos de cargos e de carreiras; - Estrutura remuneratória; - Desenvolvimento profissional;	- Órgãos e unidades integrantes do Sipec, autarquias, incluídas as de regime especial e fundações públicas; - Servidores dos ex-territórios, Acre, Amapá,	SGP

	<p>Governança dos sistemas de tecnologia da informação que dão suporte à gestão de pessoas no serviço público</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão de desempenho profissional; - Atenção à saúde e à segurança do trabalho; - Previdência própria e complementar, benefícios e auxílios do servidor; - Relações de trabalho no serviço público; - Monitoramento da qualidade da folha de pagamentos dos órgãos e entidades integrantes do Sipec; - Negociação de termos e condições de trabalho e solução de conflitos no serviço público federal; - Termos de Acordo salarial; - Canal de atendimento ao cidadão via ouvidoria e aos órgãos e entidades do Sipec; - Desenvolvimento e implantação de soluções tecnológicas que suportem os processos finalísticos; - Manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas em produção sob gestão; - Integração de sistemas dos órgãos integrantes do Sipec com os sistemas informatizados sob a responsabilidade da Secretaria; - Gestão das diretrizes da política de segurança da informação dos sistemas de TI da Secretaria; - Planejamento, coordenação e gestão de processos de extinção de órgãos e entidades da APF direta, autárquica e fundacional. - Estudos e assessoramento nos temas relacionados à extinção de 	<p>Rondônia e Roraima em quadro em extinção; -Órgãos extintos cuja gestão coube ao MP (Decreto nº 9035/17, art. 30) - INSS.</p>	
--	---	--	---	--

		<p>órgãos na APF autárquica e fundacional.</p> <p>- Gestão da Folha de pagamento dos ex-territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.</p> <p>- Informações ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para efeito de complementação de aposentadoria dos empregados da extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFSSA).</p>		
Secretaria do de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI)				
Balanço do PAC	Produção e manutenção de informações gerenciais, a partir da gestão dos dados coletados e das informações produzidas nos processos de avaliação e de monitoramento de políticas, planos e programas de investimento em infraestrutura.	Balanço do PAC	Ministérios Setoriais, Bancos Públicos e cidadão	SDI
Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan)				
Gestão do Ciclo do Plano Plurianual (PPA): Elaboração, Monitoramento, Avaliação e Revisão.	Envolve: (i) a construção do (PPA); (ii) a coordenação do processo de revisão/ atualização do PPA; e (iii) a coordenação do Processo de Avaliação e Monitoramento do PPA (realizada anualmente por meio da coleta de informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop).	<p>Projeto de Lei do PPA;</p> <p>Projeto de Lei de Revisão do PPA ou Comunicado à Comissão Mista de Orçamento;</p> <p>Relatórios de Monitoramento;</p> <p>Relatório de Avaliação do PPA encaminhado ao Congresso Nacional.</p>	Órgãos integrantes do PPA	Seplan
Monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Participação na construção do modelo de monitoramento dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)	Identificação da relação entre PPA e ODS, estruturação da Agenda ODS no Siop e relatórios de monitoramento dos ODS no Brasil.	Secretaria de Governo da Presidência da República	Seplan
Atuação em assuntos territoriais	Participação, como gestora da Comissão Nacional de Cartografia (Concar)	Gestão da Concar, em atividades de fomento e divulgação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde).	Concar	Seplan

Planejamento de Médio e Longo Prazo	Realização de estudos para elaboração da metodologia de Planejamento de Longo Prazo, destacando-se, no âmbito do Comitê Interministerial de Governança (CIG), instituído pelo Decreto nº 9.203/2017, o assessoramento ao Ministro de Estado do Planejamento na coordenação do processo preparatório da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, contemplando o período de 2020 a 2031; e realização de estudos sobre a implementação de uma Estrutura Orçamentária de Médio Prazo (MTEF) adaptada às condições nacionais.	Estudos e Apresentações	MP	Seplan
Avaliação de Políticas Públicas	Avaliações Executivas sobre temas elegidos de Políticas Públicas e Elaboração, em conjunto com outros órgãos federais.	Estudos, Apresentações, Notas Técnicas e Instrumentos Normativos	Secretaria-Executiva/MP	Seplan
Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain)				
Acompanhar e contribuir com a política de comércio exterior e negociações internacionais	<p>Subsidiar o MP quanto à formulação da posição brasileira em acordos bilaterais, regionais e multilaterais de comércio;</p> <p>Subsidiar a participação do MP em órgãos colegiados relacionados ao Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex);</p> <p>Apoiar as negociações comerciais no âmbito do Mercosul, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC) e negociações comerciais bilaterais;</p> <p>Aportar insumos a: i) políticas de alteração tarifária, de liberalização comercial e de combate a práticas desleais de comércio; ii) políticas de fomento às exportações, por meio do Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações (Cofig)</p>	<p>-Articulação institucional com outros órgãos de governo em matérias afins;</p> <p>-Elaboração de documentos técnicos;</p> <p>-Elaboração de estudos e projetos de interesse do MP em matéria de comércio exterior.</p>	Unidades do MP e Órgãos integrantes do Grupo Técnico de Contratações Públicas (GTCOP)	Seain
Acompanhar e contribuir com a política de atração de Investimentos internacionais ao Brasil	Consolidar as informações sobre infraestrutura do Governo Federal para divulgação e orientação dos investidores institucionais, particularmente os estrangeiros;	<p>-Boletim sobre Investimentos Chineses no Brasil</p> <p>-Acordos Quadros e fundos de investimento com outros países.</p>	GM; SE; outros Ministérios relacionados à pauta de Infraestrutura e Investidores	Seain

	Participar do Grupo de Investimento e em Infraestrutura (IIWG) do G20.		Internacionais.	
Prestar Assessoria Internacional ao Ministério	Prover subsídios à agenda internacional do Ministro para encontros com autoridades estrangeiras; Prover assessoramento em matéria de conjuntura econômica internacional;	-Notas Técnicas e outros documentos analíticos com posicionamento; -Processos internos do MP gerenciados e atendidos;	Ministério	Seain
Acompanhar e contribuir nas diretrizes de Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFIDs)	Posicionar o País com relação à atuação de organismos, incluindo diretrizes estratégicas e políticas operacionais junto ao: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin); Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD); Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC); Corporação Andina de Fomento (CAF); Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida); Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). Participar das reuniões negociadoras de aumento de capital e recomposição de recursos, dos trâmites internos para a sua efetivação, bem como a responsabilidade pela integralização dos valores aportados.	-Notas Técnicas e outros documentos Analíticos, com posicionamento; -Articulação institucional com outros órgãos de governo em matérias afins.	MP e outros órgãos afeitos às matérias	Seain
Realizar pagamento de contribuições e integralizações a organismos internacionais constituídas no Direito Internacional Público	Elaborar propostas orçamentárias; regulamento interno e administração dos pagamentos aos Organismos Internacionais, sujeitos de direito internacional público, com os quais a União esteja vinculada.	-Realizar o planejamento orçamentário para o pagamento das contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos sujeitos de direito internacional público; -Instruir o processo de pagamento das integralizações de cotas e das contribuições voluntárias e obrigatórias aos organismos internacionais;	-Organismos internacionais, sujeitos de direito internacional público nos quais a União tenha participação -Ministérios, autarquias e outros entes do poder executivo da APF.	Seain

		<ul style="list-style-type: none"> -Manifestar-se sobre a conveniência de inclusão de contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos internacionais nas propostas orçamentárias do MP; -Coordenar o processo de apreciação orçamentária pelo MP de novas contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos internacionais e de aumentos reais em relação ao período precedente, nos termos do art. 1º do Decreto nº 92.392/1986. 		
Avaliar os pleitos referentes a programas e projetos do setor público vinculados a fontes externas	Avaliar os novos pleitos, por meio da análise das cartas consulta e elaborar nota técnica com vistas a subsidiar decisão da Cofix.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de documento que orienta o postulante ao aprimoramento da carta consulta; - Elaboração de nota técnica. 	União, Estados, e Municípios	Seain
Acompanhar a preparação de programas e projetos do setor público	<ul style="list-style-type: none"> -Acompanhar a preparação dos programas e projetos por meio de informações prestadas pelos mutuários e pelos OFID's. -Elaborar nota técnica com vistas a subsidiar decisão do Grupo Técnico da Cofix (Gtec). 	<ul style="list-style-type: none"> - Atualização do Sistema de Informações Gerenciais (SIGS); - Elaboração de Nota Técnica. 	União, Estados, e Municípios	Seain
Acompanhar a execução de programas e projetos do setor público vinculados a fontes externas	Acompanhar a execução dos programas e projetos por meio de informações prestadas pelos mutuários, e pelos OFID's, bem como analisar pleitos de alterações contratuais e elaborar nota técnica com vistas a subsidiar decisão da Seain no GTEC.	<ul style="list-style-type: none"> - Atualização do SIGS; - Elaboração de Nota Técnica. 	União, Estados, Municípios, e membros do Gtec	Seain
Subsidiar as reuniões de programação e de revisão de carteira dos organismos financeiros internacionais	Analisar a execução físico-financeira; o nível da preparação dos projetos e recomendar alterações em sua implementação, bem como subsidiar decisões da Seain sobre a lista de projetos visando à programação financeira dos OFID's.	<ul style="list-style-type: none"> - Agenda da reunião; - Identificação dos projetos a serem Pautados; - Discussão da situação dos projetos com Mutuários e OFIDs. 	OFIDs, União, Estados, Municípios	Seain

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

É demonstrada, a seguir, a forma de atuação da UPC e seu desempenho em relação aos objetivos e metas programados para o exercício de 2017. No item 2.1 – Planejamento Organizacional, o conteúdo elaborado está relacionado à estrutura geral do Ministério, haja vista a Secretaria-Executiva ter conduzido, conjuntamente com as Unidades, a construção e o monitoramento do Planejamento Estratégico do MP, para o período de 2016-2019. Assim, as informações estão relacionadas também às Unidades do MP que elaboram o Relatório individualmente.

2.1 Planejamento Organizacional

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

O Planejamento Estratégico (PE) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), para o período 2016-2019, foi oficialmente lançado em novembro de 2016.

As unidades do Ministério que compõem o Planejamento Estratégico para o referido quadriênio são: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO); Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA), Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest); Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan); Secretaria de Orçamento Federal (SOF); Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain); Secretaria de Gestão (Seges); Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic); Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP); Secretaria do Patrimônio da União (SPU); Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI); Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

O Planejamento Estratégico do MP apresenta a seguinte estrutura: nove Objetivos Estratégicos do Ministério, 45 Objetivos de Contribuição das Unidades, 120 Indicadores, 155 Iniciativas e 421 Entregas.

Os Objetivos Estratégicos do Ministério do Planejamento são os seguintes:

- Promover a melhoria da governança das empresas estatais;
- Fornecer informações estatísticas e geocientíficas e ampliar o uso de registros administrativos;
- Aperfeiçoar o Planejamento e a Avaliação das Políticas Públicas;
- Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência;
- Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e melhoria dos processos;
- Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade;
- Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF;
- Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística;

- Implantar um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade.

2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Em virtude das alterações na estrutura do MP pelo Decreto nº 8.818, de 2016, com a incorporação das entidades ABGF e BNDES, e diante da necessidade de atualizar o pensar estratégico de algumas Unidades do MP, teve início em outubro de 2017, com término em janeiro de 2018, o processo de atualização do PE 2016-2019. Não foram objeto de atualização os nove Objetivos Estratégicos do MP. Os demais atributos (Indicadores, Objetivos de Contribuição da Unidade, Iniciativas e Entregas) puderam ser ajustados pelas Unidades.

Doze Unidades participaram do processo de atualização do Planejamento Estratégico: SPU, BNDES, Setic, ABGF, SGP, Sest, IBGE, Seplan, Enap, SPO, Seain e Ipea. Por sua vez, cinco Unidades não identificaram necessidade de atualização de seus planejamentos estratégicos, e conseqüentemente, de adesão ao referido processo: Seges, SAA, SOF, SDI e Funpresp-Exe.

O planejamento estratégico atualizado está em vias de ser publicado na internet (no sítio do MP) e na intranet do órgão.

2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos

Todas as Unidades do MP participaram da elaboração do Planejamento Estratégico, que é uma compilação dos principais Objetivos de Contribuição propostos pelas diversas Unidades do órgão. As áreas foram incentivadas a elaborar seus objetivos com base na Missão, Visão e Objetivos Estratégicos do MP, indicando as Iniciativas a serem adotadas com suas respectivas Entregas, além de elaborar os Indicadores para mensurar o alcance dos objetivos.

Há que se frisar que tanto o Planejamento Estratégico do Ministério quanto os planejamentos estratégicos das Unidades mantiveram estreito alinhamento aos Objetivos do Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, do PPA 2016-2019.

2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

O monitoramento da execução e resultados do planejamento estratégico se dá de duas formas: 1) pelas próprias Unidades e 2) pela Secretaria-Executiva.

O monitoramento realizado pelas Unidades se dá no âmbito tático-operacional, compreendendo a implementação, acompanhamento, avaliação dos resultados e revisão dos Objetivos de Contribuição das Unidades e seus respectivos indicadores, Iniciativas e Entregas.

O monitoramento realizado pela Secretaria-Executiva se dá no âmbito estratégico, compreendendo o acompanhamento, avaliação e revisão dos Objetivos Estratégicos e seus respectivos indicadores.

Para auxiliar as Unidades e a Secretaria-Executiva nestes monitoramentos, foi estipulado ciclo semestral de captura de informações, mediante a utilização de planilha eletrônica. De posse dessas informações, é publicado semestralmente na intranet documento contendo análise sobre a evolução do PE.

Quanto ao monitoramento do Programa Temático 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, a atividade é anual, com registro de dados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) das seguintes ações: apuração dos indicadores do programa temático; análise situacional dos objetivos de cada programa; análise situacional e levantamento de providências das metas; e análise situacional dos empreendimentos individualizados como iniciativas.

O Guia de Monitoramento e Avaliação do PPA 2016-2019, Exercício 2017, pode ser acessado pela página do MP: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/guia-monitoramento-do-ppa-2016-2019-exercicio-2017.pdf>.

2.3 Desempenho Orçamentário

2.3.1 Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados

O **Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública** foi elaborado no âmbito do Plano Plurianual 2016-2019, com o propósito de contribuir com o efetivo atendimento às demandas da sociedade, por meio de várias vertentes: foco na eficiência da gestão e simplificação de serviços públicos; uso integrado de tecnologia de informação; aperfeiçoamento da força de trabalho; fortalecimento da participação social e das políticas de comunicação, controle social e transparência; e no conhecimento da realidade brasileira por meio de informações estatísticas oficiais.

A alocação dos recursos para o Programa teve como parâmetro a previsão orçamentária realizada pelas Unidades para as ações vinculadas aos objetivos do Programa, respeitando os limites estabelecidos pelo órgão central de orçamento. Os recursos previstos foram utilizados como referência para calcular os valores globais do Programa para o quadriênio 2016-2019, podendo ser revistos nos processos de elaboração dos orçamentos de cada exercício, durante a captação quantitativa da LOA.

Expõem-se, no quadro a seguir, os valores previstos para o Programa, detalhando a dotação aprovada e a execução financeira do exercício de 2017.

Quadro 2.3.1 – Programa Temático 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)							
Esfera		Global PPA 2016-2019 (*)		Dotação/Posição 2016 (LOA+Crédito)		Dotação/Posição 2017 (LOA + Créditos)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS		6.906.852.954		1.097.800.771		1.543.649.503	
Orçamento de Investimentos - OI		0		0		0	
Recursos Extra orçamentários		0		0		0	
Total		6.906.852.954		1.097.800.771		1.543.649.503	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa – OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2017 (em R\$ 1,00)							
Lei Orçamentária 2017							
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento		
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2017)		Despesa Realizada		
			Processados	Não Processados			
687.224.926,90	495.864.253,23	495.124.030,01	740.223,22	191.360.673,67	0		
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)							
Tipo	Posição em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar		
Não processados	67.253.088,47	52.879.055,18	52.879.055,18	5.886.166,43	8.487.866,86		
Processados	956.440,54	0	544.322,93	398.737,22	13.380,39		
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2017 (em 1,00)							
47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							
Dotação OFSS	953.052.436,00	Dotação OI	0	Recursos Extra orçamentários	0		

Fonte: Siop – 12/3/2018

(*) Obs.: Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, atualizado para 2017.

(**) Quando o programa é novo, as informações de restos a pagar de exercícios anteriores não são captadas.

São executados, no âmbito do MP, quatro objetivos, a saber:

- 1157 - Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos;
- 1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética;
- 1159 - Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade; e
- 1160 - Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos.

São demonstrados no quadro abaixo os recursos alocados, no exercício de 2017, para os objetivos sob responsabilidade do MP. A UPC tem ações vinculadas aos objetivos 1157 e 1159. A dotação orçamentária dos objetivos é composta pelos recursos aprovados para as ações da LOA 2017 vinculadas a eles e executadas no âmbito da UPC. A análise da utilização dos recursos aprovados para os objetivos será detalhada quando da avaliação das ações orçamentárias, constantes do item 2.2.2.

Exercício/Objetivo	2017			
	Dotação atualizada	Liquidado	RAP inscrito	RAP liquidado
1157	20.876.307,00	3.252.675,80	1.984.690,02	1.220.872,00
1158	-	-	-	-
1159	20.777.810,00	11.388.576,60	3.994.878,44	2.399.742,54
1160	-	-	-	-
Total	41.654.117,00	14.641.252,40	5.979.568,46	3.620.614,54

Fonte: Tesouro Gerencial – 30/3/2018.

Obs: A UPC não possui ações orçamentárias vinculadas aos objetivos 1158 e 1160. Incluem no quadro somente as ações sob responsabilidade da UPC, vinculadas ao Programa 2038. Nos recursos RAP, incluem os não processados inscritos e reinscritos.

Os resultados alcançados pelo Programa foram mensurados por meio dos seguintes indicadores:

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016		Valor Apurado 2017	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
% de negros no Poder Executivo Federal	%	30/6/2014	26,43	31/12/2016	26,67	31/12/2017	30,42
% de servidoras no Poder Executivo	%	31/12/2014	45,96	31/12/2016	45,58	31/12/2017	46,5
% Despesa com Pessoal da União/PIB	%	1/10/2012	4,11	31/10/2016	4,2	31/12/2017	4,42
Índice de Governo Eletrônico	decimal	31/12/2014	0,6008	31/12/2016	0,6377	31/12/2016	0,6377
Índice de Participação Eletrônica	decimal	31/12/2014	0,7059	31/12/2016	0,7288	31/12/2016	0,7288
Média mensal de pedidos de acesso à informação registrados no e-SIC	unidade	31/5/2015	7.914	31/12/2016	9.305	31/12/2017	10.128

Fonte: Siop e Seplan – 12/3/2018

Análise dos Indicadores

Os indicadores fixados para o Programa 2038 apresentaram, de maneira geral, desempenho satisfatório. Com a intenção de avaliar qual o resultado das políticas de cotas na composição racial

do serviço público, o índice alcançado pelo “% de negros no Poder Executivo Federal” sinaliza o aperfeiçoamento dos processos de seleção de pessoal, com a utilização de critérios que valorizam a diversidade nos concursos públicos. O aumento de quase 4% (entre 2014 e 2017) no total de servidores negros em relação ao quantitativo total de servidores ativos no poder executivo federal demonstra que a política de cotas vem dando bons resultados.

Quanto ao “% de servidoras no Poder Executivo”, indicador que visa medir participação feminina na APF, vem crescendo de forma lenta, porém constante. Diversos esforços têm sido empreendidos para promover a inserção da mulher no serviço público. Destaca-se a adesão da Enap no Movimento ElesPorElas (HeForShe), em setembro de 2017, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres. A Enap foi a primeira Escola de Governo no mundo a aderir ao movimento. O movimento ElesPorElas é um esforço global para envolver homens e meninas na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade.

No que se refere ao indicador “% Despesa com Pessoal da União/PIB”, que visa acompanhar o comportamento dos gastos com pessoal da união em relação ao PIB, a despesa tem aumentando lentamente, mas continua a atender plenamente ao limite total com pessoal como proporção da Receita Corrente Líquida, prevista no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O “Índice de Governo Eletrônico” (IEG) analisa a capacidade do poder público de utilizar TICs para o provimento de serviços eletrônicos, garantindo informações de alta qualidade e ferramentas de comunicação efetivas que auxiliam no desenvolvimento humano. Já o “Índice de Participação Eletrônica” (IPE) visa aferir a qualidade e o grau de utilidade das ferramentas de governo eletrônico que envolvem tecnologia, com a finalidade de engajar os cidadãos no processo de formulação de políticas públicas, por intermédio de ferramentas governamentais que promovam ações deliberativas e a tomada de decisão participativa. Ambos são divulgados em uma pesquisa bianual de governo eletrônico da ONU, comparando 193 países.

Quanto ao IEG, no ranking mundial o Brasil passou da posição 57, em 2014, para a posição 51 em 2016, demonstrando uma melhoria significativa no provimento de serviços eletrônicos. Já o IPE teve aumentou sua nota no período (passando de 0,7059, em 2014, para 0,7288, em 2016). Entretanto, ao compará-lo com os demais países, o Brasil passou da posição 24 para 37 no mesmo período. Isso demonstra que o Governo tem melhorado a qualidade de suas ferramentas de governo eletrônico, mas em ritmo mais lento que outros países.

Por fim, a aferição da “Média mensal de pedidos de acesso à informação registrados no e-SIC” demonstra o esforço do poder público em garantir o direito das pessoas em demandar informações públicas a órgãos e entidades, em cumprimento à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação (LAI)). Entre 2015 e 2017, houve um aumento de 28% nas solicitações registradas no e-SIC, o que demonstra um maior interesse da população por informações públicas, assim como um aumento no controle social.

Objetivos do Programa 2038 sob responsabilidade da UPC

Os objetivos executados, no âmbito do MP, envolvem unidades integrantes deste Relatório e também aquelas que elaboram o documento em separado, haja vista a execução dos objetivos e das metas permearem diversas áreas do Ministério. São demonstrados a seguir os resultados mais expressivos alcançados pelo MP, no exercício de 2017.

No **objetivo 1157 - Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos**, o MP desenvolveu atividades para tornar os serviços públicos compreensíveis e acessíveis, simplificando procedimentos e normas, e colocando a tecnologia da informação a serviço do cidadão. Nesse contexto, foi desenvolvido o Kit de Transformação de Serviços Públicos, ferramentas que dão suporte para que os órgãos digitalizem e implantem serviços com maior qualidade e transparência, orientados pela perspectiva dos usuários. O kit está disponível como componente da plataforma de cidadania digital (<http://www.planejamento.gov.br/cidadaniadigital/transformacao>), com acesso gratuito.

Ressalta-se também a edição de normativos, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) com o objetivo de simplificar a governança das atividades de logística e compras governamentais, bem como ofertar melhores garantias contratuais aos trabalhadores terceirizados, tais como: i) alteração do Decreto 1.094, de 23 de março de 1994, para estabelecer um modelo de governança que garanta maior transparência e efetividade às atividades de logística pública; ii) IN nº 5, de 26 de maio de 2017, que estabelece regras e diretrizes para a contratação de serviços terceirizados pela APF direta, autárquica e fundacional; e iii) Decreto nº 9.046, de 5 de maio de 2017, que dispõe sobre as condições para a contratação plurianual de obras, bens e serviços, em âmbito federal.

Outra atividade foi a modernização da plataforma tecnológica das transferências voluntárias, no âmbito do Sistema de Transferências Discricionárias da União (Siconv), com destaque para: i) implantação do novo módulo de cadastramento *on-line* dos estados, municípios e as organizações da sociedade civil; ii) implantação do banco de projetos, para cadastramento de propostas; iii) agilidade no pagamento de despesas, por meio do aperfeiçoamento da Funcionalidade de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV); iv) reestruturação da funcionalidade que permite a verificação de regularidade de estados e municípios; v) lançamento do Painel de Transferências Abertas, promovendo a transparência da aplicação dos recursos públicos; e vi) desenvolvimento de funcionalidade para incorporação de documentos de obras no Siconv, com vistas a dar maior transparência do processo.

Com foco na eficiência do gasto, melhoria dos serviços prestados aos usuários, maior controle e transparência no serviço de transporte, foi desenvolvido o TáxiGov, modelo que substituiu os carros alugados e próprios por táxis, pagando-se apenas pela efetiva utilização. A Central de Compras conseguiu o menor preço global em R\$ 12,7 milhões, em Ata de Registro de Preços, representando um desconto de 14,77% sobre o preço tabelado do serviço de táxi no Distrito Federal.

Atualmente com 20 unidades em operação e com perspectiva de implantação dos demais órgãos até o início de 2018, o TáxiGov alcançou números representativos, acompanhados por meio de um Painel de Gestão, disponibilizado aos órgãos beneficiários, reforçando a fiscalização e o monitoramento do modelo.

O aumento da eficiência da gestão pública passa pelo aprimoramento de processos, entre eles, a gestão do patrimônio da União. Nessa área, a atividade principal para a modernização da gestão do patrimônio foi a entrega das duas primeiras versões do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet), a primeira delas comportando o Portal de Atendimento ao Cidadão (patrimoniodetodos.gov.br) e a segunda, com os módulos de geoinformação e de gestão de receitas (parcelamento de débitos).

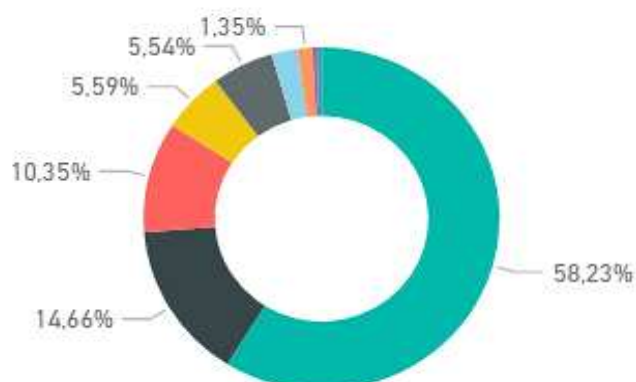
O Portal de Atendimento ao Cidadão permite ao interessado solicitar e acompanhar pela Internet as fases de tramitação de sua demanda. Os serviços mais solicitados pelo cidadão estão dispostos no gráfico a seguir:

Demandas no Portal por Tipo de Serviço

.Qtde por Título do serviço

Título do serviço

- Transferência de Titularidade de Imóvel
- Declaração de Domínio da União
- Utilização/Regularização de Imóvel da União
- Revisão/Cancelamento de Cobrança
- Isenção de Pagamento
- Revisão de Área e Valor de Avaliação
- Permissão de Uso
- Mudança de Regime/Contrato
- Cancelamento de Utilização



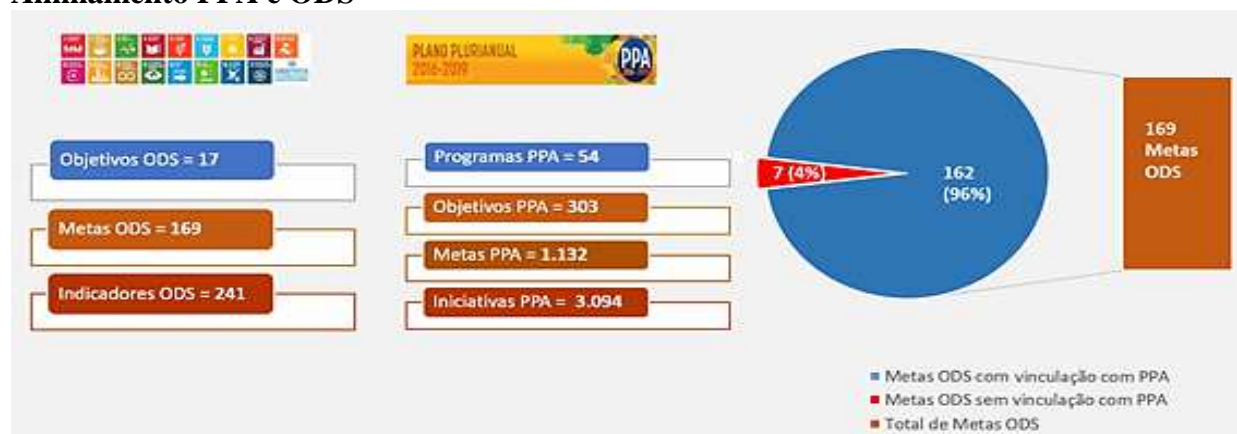
Fonte: SPU/MP – 31/12/2017

Em uma estratégia de racionalização dos imóveis sem interesse para a administração pública, o MP adotou um novo mecanismo para alienação, assumindo a responsabilidade de promover as vendas, sem a necessidade das interveniências de outros agentes. A alienação sem intervenientes resultou em um incremento de 164,71% em relação ao modelo anterior, que contava com a participação de agentes externos. No total, atingiu-se, em 2017, a marca de R\$ 47,16 milhões com a negociação de imóveis da União.

Na área de planejamento, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9.163, de 2017 (PL de Governança), que define as bases para o planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, incorporando os planos nacionais (PPA) e regionais de desenvolvimento, em cumprimento ao Art. 174 da Constituição Federal.

Como forma de acompanhar os esforços dos ministérios finalísticos para o alcance das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), realizou-se o alinhamento dos dezessete ODS aos atributos do PPA 2016-2019, fortalecendo a visão sistêmica e transversal necessária para o monitoramento e avaliação do Plano. Constatou-se que 96% das metas ODS possuem atributo do PPA relacionado a sua implementação.

Alinhamento PPA e ODS



Fonte: Seplan/MP

METAS QUALITATIVAS		
Sequencial	Descrição da Meta	Resultados relevantes
1	04R3 - Implementar o Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	O PMGPU alcançou percentual médio de execução de 61,1%. Foram entregues as duas primeiras versões do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet): a primeira delas comportando o Portal de Atendimento e a segunda as primeiras versões dos módulos de geoinformação e de gestão de receitas (parcelamento de débitos).
2	04R4 - Estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União	Foco na alteração da legislação patrimonial para a simplificação dos procedimentos de gestão dos imóveis da União, em especial no que se refere à regularização dos bens herdados de entidades extintas e aos procedimentos de destinação para políticas públicas e famílias de baixa renda. As atividades estão alinhadas ao esforço do MP de desburocratizar a prestação de serviços, tendo como resultados esperados a redução do tempo de resposta às demandas de interesse público, a economia de recursos humanos e financeiros, o aumento da transparência dos atos de gestão patrimonial, a redução dos custos de transação e a simplificação dos procedimentos de incorporação e destinação de imóveis da União. A expectativa é de que a este projeto seja implantado ao longo de 2018.
3	04R5 - Aprimorar a gestão por resultados por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos, ferramentas e mecanismos de indução e fomento de melhorias na gestão pública	Realização da Jornada de Transformação de Serviços Públicos, que consiste em atividades de catalogação de metodologias e ferramentas de TI, para fornecer à administração pública ferramentas de gestão para melhoria dos serviços prestados aos cidadãos e empresas, com ênfase na sua simplificação e digitalização. As ferramentas e mecanismos de indução e fomento de melhorias na gestão pública têm sido desenvolvidas e ofertadas aos órgãos e instituições. Elaboração do Kit de Transformação de Serviços Públicos, baseado em ferramentas contemporâneas de design. Disponível como componente da plataforma de cidadania digital (http://www.planejamento.gov.br/cidadaniadigital), com acesso gratuito.
4	04R6 - Instituir a Rede de Inovação em Gestão do Governo Federal (InovaGov)	Publicação do Regulamento da Rede, viabilizando a participação dos setores privado, acadêmico e da sociedade civil e tornando claros os objetivos da relação dos diversos perfis. O Regulamento permitiu o engajamento de atores dos setores não-governamentais e a ampliação da InovaGov, que possui atualmente 66 instituições participantes, sendo 52 do Setor Público, sete do Setor Privado, quatro do Terceiro Setor e três representantes da Academia. Desenvolvimento das seguintes atividades: i) continuidade da disseminação da Revista InovaGov, em formato digital; ii) lançamento da nova plataforma de compartilhamento de conhecimentos e experiências, a inova.gov.br ; e iii) intensificação da presença nas redes sociais, havendo atualmente mais de 1.000 seguidores do perfil da rede InovaGov no Twitter. Realização do evento "Inovação Aberta", em parceria com o TCU, contando com falas de especialistas e suas experiências inovadoras, oficinas de trabalho e apresentações-relâmpago ("pitches") de iniciativas. Realização da "III Semana de Inovação em Gestão Pública", que privilegiou o compartilhamento de ideias, que contou com a participação de mais de 600 pessoas.
5	04R7 - Reestruturar o Sistema de Serviços Gerais (Sisg) nos Órgãos do Poder Executivo Federal	Edição de normativos, como: i) alteração do Decreto nº 1.094/1994, com o objetivo de estabelecer um modelo de governança que garanta maior transparência e efetividade às

		<p>atividades de logística pública; ii) IN n° 5/2017, que estabelece regras e diretrizes para a contratação de serviços terceirizados pela APF direta, autárquica e fundacional; iii) Decreto n° 9.178/2017, que atualiza o Decreto n° 7.746/2012, para que toda a APF direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotem práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios; iv) Decreto n° 9.046/2017, que dispõe sobre as condições para a contratação plurianual de obras, bens e serviços, no âmbito do Poder Executivo federal.</p> <p>Lançamento do Painel de Preços, com o objetivo de disponibilizar de forma amigável, dados e informações das compras públicas homologadas pelo Sistema e dar maior transparência.</p> <p>Reformulação do Portal de Compras Governamentais, dispondo uma nova organização de conteúdo por temas e áreas de interesse, com vistas a gerar maior transparência, eficiência e eficácia na publicização de informações, tendo como premissa a facilidade de uso e objetividade no alcance dos resultados esperados dos usuários.</p> <p>Aplicativo SEI, que permite consultar processos eletrônicos administrativos, de forma prática e ágil, por meio de dispositivos móveis, como smartphones e tablets.</p>
6	04R8 - Implantar o Sistema de Transferências Discricionárias da União	<p>A 1ª etapa do projeto está na fase de conclusão e objetiva a realização do mapeamento dos processos de transferências discricionárias da união, a saber: 1. Convênios de Pesquisa e Desenvolvimento, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC); 2. Termo de Compromisso Cultural do Ministério da Cultural; 3. Transferências fundo a fundo do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen); 4. Transferências de recursos de prognósticos (loterias) do Ministério dos Esportes; 5. Transferências de Programas Sigilosos, do Ministério dos Direitos Humanos; e 6. Termos de Execução Descentralizada. A 2ª etapa do projeto tem por objetivo adequar gradualmente o Sistema para que as transferências discricionárias da União dos processos mapeados, sejam executadas na sua integralidade.</p> <p>Implementação de melhorias no Sistema, objetivando reduzir o número de apurações especiais e principalmente simplificar os procedimentos de execução dos objetos das transferências discricionárias, reduzindo assim o tempo médio de execução dos objetos das transferências. Dentre essas melhorias, destacaram-se: i) implantação do Novo Módulo de Cadastramento dos entes e entidades públicas e privadas, ii) melhorias na funcionalidade de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV), iii) conclusão das integrações via webservice com a Imprensa Nacional para publicação de matérias no Diário Oficial da União, iv) integração com o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), v) funcionalidade de verificação de regularidades de estados e municípios, vi) integração com o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) para o registro da prestação de contas dos convênios.</p>

Fonte: Siop – 12/3/2018.

No contexto do **objetivo 1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética**, como ação MP para

aumentar a eficiência do Estado e possibilitar melhorias no desempenho dos processos da administração pública, teve destaque a ampliação do número de órgãos e instituições que utilizam o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no âmbito do Processo Eletrônico Nacional (PEN). Atualmente, a solução está implantada em 70 instituições públicas e outras 93 estão em fase de implantação, refletindo o esforço do Governo Federal na expansão do processo administrativo eletrônico.

No âmbito do Sistema Protocolo Integrado, 37 órgãos e entidades estão integrados à solução, que permite o acompanhamento pelo cidadão dos trâmites dos processos de forma remota e integrada.

No que diz respeito à disseminação da prestação de serviços de forma eletrônica pelos órgãos, foram realizadas entregas no âmbito da Plataforma da Cidadania Digital, iniciativa que facilita o acesso aos serviços públicos digitais em uma plataforma única, tais como: i) nova versão do Portal de Serviços; ii) ferramenta de solicitação e acompanhamento dos serviços públicos; iii) mecanismo de acesso digital único do usuário aos serviços públicos (Brasil Cidadão); iv) mecanismos de solicitação, acompanhamento e avaliação dos serviços públicos; e v) digitalização dos primeiros serviços utilizando as ferramentas da Plataforma.

Quanto à interoperabilidade entre sistemas e serviços da APF, foram lançadas três iniciativas que visam à integração de dados e sistemas de diferentes órgãos. Uma delas é a Plataforma de Análise de Dados do Governo Federal (GovData), ambiente digital que reúne as principais bases de dados do governo federal, permitindo a pesquisa e o cruzamento de informações, estimulando o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes, a detecção e eliminação de fraudes e a redução dos custos logísticos.

A Plataforma de Reconhecimento Digital do Cidadão (Predic) é outra iniciativa que permite a identificação digital do cidadão, facilitando o compartilhamento de dados cadastrais entre os órgãos de governo. As atividades da plataforma serão executadas a partir de 2018.

Adicionalmente, tem-se o Serviço Centralizado de Processo Eletrônico (ConectaGov), que visa à integração de informações e serviços entre diferentes aplicações de órgãos do Governo. A solução tem o objetivo de evitar que uma pessoa tenha de buscar um documento em um órgão de governo e entregá-lo em outro, no momento em que está consumindo um serviço público, otimizando a relação entre governo e sociedade.

Quanto ao fomento do compartilhamento de dados e acessibilidade digital, atingiu-se a publicação dos Planos de Dados Abertos de 65 órgãos públicos, entre os exercícios de 2016 e 2017, atendendo ao Decreto 8.777, de 11/5/2016, que instituiu a Política de Dados Abertos.

Ocorreu a entrega da versão WEB do Avaliador e Simulador de Acessibilidade de sítios e portais (Asesweb), que consiste em uma ferramenta que permite avaliar e corrigir a acessibilidade de páginas, sítios e portais. Implantou-se o tradutor de português para Libras (Vlibras) – suíte que consiste em um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto, responsável por traduzir conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), tornando computadores, dispositivos móveis e plataformas Web acessíveis para pessoas surdas.

Na direção do compartilhamento de serviços, deu-se seguimento à expansão e adequações da Rede de Comunicação do Governo Federal (Infovia Brasília), infraestrutura de comunicação do Governo Federal com capacidade para transportar dados, voz e imagens, com a integração de novos órgãos e entidades públicas à rede, por meio da conclusão de 15 novas obras de acesso e quatro

adequações no backbone (rede principal). Atualmente, existem 84 órgãos públicos conectados à rede, por intermédio de 203 pontos de conexão, uma extensão de rede de fibra ótica de 120 km gerando uma economia anual de cerca de R\$ 58 milhões.

METAS QUALITATIVAS		
Sequencial	Descrição da Meta	Resultados relevantes
1	04RD - Implantar o Processo Eletrônico Nacional nos Órgãos do Poder Executivo Federal	<p>O PEN é composto por três grandes ações: o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido pelo TRF da 4ª Região, o Sistema Protocolo Integrado, e a solução para tramitação de processos eletrônicos entre os órgãos e entidades.</p> <p>Realizadas diversas ações para ampliar o número de órgãos e instituições que utilizam o SEI, dentre as quais se destaca a permanente interlocução junto às instituições de ensino e o início de oferta do serviço de hospedagem do SEI pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), sem custo para os Institutos e Universidades demandantes.</p> <p>No âmbito do Sistema Protocolo Integrado, aproximadamente 37 órgãos e entidades estão integrados à solução, o que permite que o acompanhamento pelo cidadão dos trâmites dos processos em andamento seja realizado de forma remota e integrada. A solução para tramitação de processos eletrônicos entre os órgãos e entidades foi implantada em 2017 e os órgãos que utilizam o SEI estão em processo de integração, por meio da implantação do Módulo desenvolvido pelo MP para essa finalidade.</p>

Fonte: Siop – 12/3/2018.

No que concerne ao **objetivo 1159 - Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade**, o MP vem desenvolvendo atividades para formar quadros qualificados de servidores, com o objetivo de aperfeiçoar os serviços públicos, tornando-os eficientes e coerentes com as demandas da sociedade.

Para ampliar as ações de qualificação profissional dos agentes públicos, por meio da atuação das Escolas de Governo, foi criado o Projeto Escola Virtual (Escola Virtual.gov), que disponibiliza, em um único portal, oportunidades de capacitação para servidores públicos e cidadãos, a partir de um catálogo de cursos unificado da Administração Pública.

Foram promovidas ações de capacitação de agentes públicos em diversos setores, tais como: i) gestão pública: capacitação de assessorias e lideranças em Logística Pública, no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Lideranças (1ª turma); ii) orçamento: cursos de Controle Institucional e Social dos Gastos Públicos, Federalismo Fiscal no Brasil, Introdução ao Estudo da Economia do Setor Público, em parceria com a Escola Virtual da SOF, qualificando 163 mil servidores; iii) avaliação de políticas públicas: iniciada a 3ª turma do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento, com o objetivo de capacitar servidores públicos para formular, implementar e avaliar políticas públicas; iv) capacitação para altos executivos: ofertados eventos em temáticas relacionadas à liderança no setor público, em parceria com instituições nacionais e internacionais.

O aprimoramento do arcabouço normativo relativo à gestão de pessoas, em 2017, contribuiu para dotar o serviço público de referencial moderno e transparente, tendo sido elaborados diversos atos:

- a) reorganização do cargo de Analista em Tecnologia da Informação na Carreira de Tecnologia da Informação;

- b) estruturação da Carreira de Suporte às Atividades Tributárias e Aduaneiras da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) atualização dos percentuais máximos da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC);
- d) definição das localidades estratégicas para fins de concessão da indenização de que trata a Lei nº 12.855, de 2013 (gratificações para servidores em exercício em locais que têm ações vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços).

Também contribuiu para a consecução do objetivo a implantação de ferramentas de TI para o aperfeiçoamento da gestão da força de trabalho e melhoria institucional dos órgãos da APF, com destaque para as novas funcionalidades do Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe):

- a) requerimento eletrônico, pelo qual o servidor efetua solicitações de algum benefício, sem o uso de papel, com redução estimada de 30% no tempo de atendimento;
- b) recadastramento de ações judiciais, que viabiliza o recadastramento de antigos atos, com uma redução mensal estimada de R\$ 14 milhões em pagamentos;
- c) avaliação de desempenho, que possibilita a gestão de todo ciclo de avaliação dos servidores, desde a definição até a apuração de metas;
- d) auxílio moradia, que valida automaticamente se o servidor tem direito ao benefício e se já é ocupante de imóvel funcional;
- e) anistiado político, que automatiza os cálculos e reajustes dos cerca de 5.000 servidores.

Com relação à política de atenção à saúde e segurança do trabalho e de previdência dos servidores públicos federais, os normativos editados foram os seguintes:

- a) revisão dos Decretos nº 67.326/1970 e nº 93.215/1986, incluindo a competência das atividades de atenção à saúde e de segurança do trabalho como atribuição das áreas de gestão de pessoas dos órgãos do Sipep;
- b) publicação do Ofício Circular nº 14/2017-MP, de 3 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a equiparação da Licença à gestante e Licença adotante, com base no Parecer nº 003/2016/CGU/AGU, de 30 de novembro de 2016;
- c) publicação da Portaria Normativa SEGRT/MP nº 1, de 9 de março de 2017, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sipep sobre a assistência à saúde suplementar do servidor do Poder Executivo Federal;
- d) publicação do Ofício Circular nº 505/2017-MP, de 17 de novembro de 2017, que esclarece aos órgãos e entidades da APF sobre a oferta de novos planos pela Geap Autogestão em Saúde.

METAS QUALITATIVAS		
Sequencial	Descrição da Meta	Resultados relevantes
1	04RH - Aprimorar a qualificação profissional dos agentes públicos por meio da atuação das escolas de governo	Entre 2016 e 2017, a questão do credenciamento de cursos de pós-graduação lato sensu junto ao MEC foi razoavelmente solucionada, com as decisões favoráveis em favor de Escolas de Governo como Enap, Fiocruz, Escola Superior do Ministério Público da União, Instituto Serzedello Corrêa (ISC/TCU), Escola de Inteligência (ESINT/ABIN), Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (CEFOR), Academia Nacional de Polícia (ANP) e Esaf, entre outras. Para ampliar o alcance e a eficiência das ações de capacitação, a prioridade foi o projeto do Portal Escola Virtual (Escola Virtual.gov), que disponibiliza, num único portal, oportunidades de capacitação para servidores públicos e cidadãos, a partir de um

		<p>catálogo de cursos unificado das principais escolas de governo e centros de capacitação da Administração Pública. O projeto permitirá a redução de custos pela diminuição de redundâncias, maior agilidade para todos os órgãos de governo que demandam atividades de capacitação.</p> <p>A assinatura do Protocolo de Intenções para adesão ao Portal Escola Virtual foi realizada durante os encontros do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU) e da Rede Nacional de Escolas de Governo, com adesão de diversos órgãos federais.</p>
2	04RI - Aprimorar o arcabouço normativo com vistas à melhoria da gestão de pessoas	<p>Elaborados atos normativos relativos a: i) reorganização do cargo de Analista em Tecnologia da Informação; ii) criação do Plano Especial de Cargos de Apoio da Advocacia-Geral da União; iii) estruturação da Carreira de Suporte às Atividades Tributárias e Aduaneiras; iv) atualização dos percentuais máximos da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC); v) regulamentação de normas relativas à Gratificação de Qualificação; vi) regulamentação da avaliação de desempenho individual, progressão e promoção da Receita Federal; vii) extinção de cargos efetivos vagos e que vierem a vagar, desnecessários ou desalinhados às necessidades do Estado; viii) definição das localidades estratégicas para fins de concessão da indenização de que trata a Lei nº 12.855/2013; ix) aprimoramento do Sipec, em específico, a inclusão da competência das atividades de atenção à saúde e de segurança do trabalho como atribuição das áreas de gestão de pessoas dos órgãos do Sistema.</p> <p>Revisão e publicação de normativos para a uniformização dos procedimentos para: i) concessão dos adicionais e da gratificação aos servidores que atuam em áreas de risco nos locais de trabalho; ii) possibilidade de contratação de serviços para emissão de laudo técnico, em caso de ausência de profissional competente, e, ainda, a possibilidade de emissão do laudo técnico por militar médico com especialização em medicina do trabalho, ou de engenheiro ou arquiteto com especialização em segurança do trabalho; iii) cessões e requisições de pessoal dos órgãos da APF, incluindo as empresas públicas e as sociedades de economia mista.</p>
3	04RJ - Desenvolver e implementar soluções de TI para aperfeiçoar os processos de gestão da força de trabalho e promover a melhoria da capacidade institucional dos órgãos e entidades da administração pública federal	<p>Implantação de módulos no Sigepe, com destaque para: requerimento eletrônico, recadastramento de ações judiciais, avaliação de desempenho, auxílio moradia e anistiado político.</p> <p>Iniciada a segunda etapa do Assentamento Funcional Digital (AFD), com a formalização do processo licitatório junto a Central de Compras para aquisição de scanners e prestação de serviços de digitalização.</p> <p>Concluído o plano de capacitação de dirigentes e técnicos em gestão de pessoas, nas modalidades presencial e a distância.</p>

Fonte: Siop – 12/3/2018.

Relativo ao **objetivo 1160 - Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos**, destacaram-se pesquisas e estudos que ampliam o uso e o aprimoramento das informações estatísticas e geocientíficas, como: i) início da coleta de dados do 10º Censo Agropecuário, levantando informações sobre a área, a produção, as características do pessoal ocupado, o emprego de irrigação, o uso de agrotóxicos, entre outros temas; ii) início da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018, a mais abrangente investigação sobre os padrões de renda e consumo das famílias brasileiras; iii) Divulgação do Atlas Nacional Digital do Brasil 2017, documento que traz as mudanças observadas no processo de ocupação do território

nacional; iv) Lançamento da publicação Ligações Rodoviárias e Hidroviárias 2016, estudo inédito sobre a rede urbana brasileira vista por meio do transporte de passageiros público e coletivo; v) Lançamento da publicação Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil, que propõe a discussão sobre os critérios utilizados na delimitação do território nacional; e vi) Disponibilização do conjunto completo de mapas contendo informações em Geologia (rochas), Geomorfologia (relevo), Pedologia (solos) e Vegetação para todo o Brasil.

METAS QUALITATIVAS		
Sequencial	Descrição da Meta	Resultados relevantes
1	04RM - Ampliar a organização e integração das instituições federais do sistema de informações oficiais, de forma a atender as demandas nacionais e as necessidades da agenda internacional, particularmente aquela relativa aos indicadores de desenvolvimento sustentável	<p>Realização do II Encontro de Produtores de Informação Visando a Agenda 2030, que tem como objetivo reunir produtores de informação para discutir os planos de ação iniciais para a construção compartilhada dos indicadores para acompanhamento dos ODS.</p> <p>Realização de workshop, promovido pela ONU Meio Ambiente e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), para um debate sobre criação de dados, acesso à informação ambiental e cooperação sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que compõem a Agenda 2030 da ONU.</p> <p>Lançamento da versão WEB do Atlas Geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil. O objetivo é incentivar a sociedade a pensar, conhecer e valorizar o uso racional da biodiversidade e dos recursos minerais e energéticos presentes nas águas oceânicas, solo e subsolo marinhos, que constituem parte fundamental do desenvolvimento socioeconômico e da sustentabilidade ambiental do país.</p> <p>Lançamento da publicação Áreas Urbanizadas do Brasil 2015, cujo propósito é fornecer um panorama das áreas urbanizadas do país a partir de uma base consolidada.</p>
2	04RN - Ampliar o uso e aprimoramento das informações estatísticas, geocientíficas e de registros administrativos, em consonância com os conceitos, métodos, definições e classificações adotadas internacionalmente e ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas	<p>Divulgados 190 resultados de estudos e pesquisas estatísticas e 181 produtos geocientíficos que, além de atualizar a realidade brasileira, aprimoraram seu conhecimento por meio da divulgação de novos produtos e resultados que ampliam a cobertura territorial e temática dos levantamentos, pesquisas e estudos produzidos. No rol dos novos produtos e resultados destacam-se: 1) Disponibilização da Base de Faces de Logradouros; 2) Divulgação do Suplemento da Pnad 2014 e 2015: Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal; 3) Divulgação do suplemento Acesso ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e Programas de Inclusão Produtiva, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014; 4) Lançamento do quarto volume da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013: Indicadores de Saúde no Mercado de Trabalho, entre outros.</p>

Fonte: Siop – 12/3/2018.

A UPC responde ainda pela meta “Publicar anualmente relatório em linguagem acessível ao cidadão dos recursos públicos, com foco nas políticas públicas”, vinculada ao **objetivo 1161 - Aproximar as pessoas do Estado fortalecendo as políticas de controle social, transparência governamental e de acesso à informação**, do Programa 2038, sob responsabilidade do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Os principais resultados alcançados pela meta seguem na tabela:

METAS QUALITATIVAS		
Sequencial	Descrição da Meta	Resultados relevantes
1	04RQ - Publicar anualmente relatório em linguagem acessível ao cidadão dos recursos públicos, com foco nas políticas públicas	<p>Lançamento do Portal PPA Cidadão, que visa ao fortalecimento da disseminação de informação sobre o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das metas e objetivos do PPA, e ao acompanhamento dos ODS, no âmbito da Parceria para Governo Aberto (<i>Open Government Partneship – OGP</i>), compromisso internacional firmado por 70 países que objetiva fortalecer práticas relacionadas à transparência dos atos governamentais e promover a participação social. O link para o Portal é ppacidadeao.planejamento.gov.br. O sítio pode ser acessado também por meio da página do PPA http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual.</p> <p>Outro exemplo é o Orçamento Cidadão, que tem por objetivo proporcionar melhor compreensão do conteúdo do orçamento público da União, simplificando a linguagem técnica, aproximando-a do cotidiano. Anualmente, uma versão cidadã do PLOA é encaminhada ao Congresso Nacional e permite ao cidadão conhecer a proposta do ano subsequente. Foi publicada a oitava edição do Orçamento Cidadão, documento que reflete os dados relativos ao Orçamento proposto para o Congresso Nacional para o ano de 2018, disponível no endereço eletrônico http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamento-cidadao.</p> <p>Também é disponibilizada para consulta a Execução Orçamentária, que trata de uma série de Estatísticas de despesas do Orçamento Geral da União, e que visa dar maior transparência às contas públicas e facilitar o acesso dos usuários.</p> <p>Cabe ainda citar o Siop, Painel do Orçamento Federal, que permite a consulta aos dados orçamentários diretamente na base de dados do Sistema, visando à transparência nos processos orçamentários da União.</p>

Fonte: Siop – 12/3/2018.

2.3.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Quadro 2.3.2.1 – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial						
Código	20U0 Tipo: Atividade						
Título	Gestão e Aprimoramento do Planejamento						
Objetivo	Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos Código: 1157						
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
1.713.053,00	1.713.053,00	419.167,03	108.386,63	108.386,63	310.780,40	0	
Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Plano gerido				unidade	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
65.476,68		1.814,19	30.134,34	Plano gerido	unidade	0	

Fonte: Siop e Tesouro Gerencial

Análise Situacional

Dos recursos orçamentários aprovados para a ação, em decorrência dos novos limites de movimentação e empenho estabelecidos pelo Decreto nº 8.961, de 16/1/2017, e suas alterações, foram empenhados 24,5% e, desse percentual, foram pagos 25,8%.

A meta física foi cumprida, tendo sido desenvolvidas atividades de monitoramento, avaliação e revisão dos programas do PPA; realização do Fórum Interconselhos, para expansão do diálogo com a sociedade civil; desenvolvimento de sítios, tutoriais, sistemas ou formatos de divulgação de dados e metodologias relativos ao Plano Plurianual, visando ao planejamento para o próximo exercício; aquisição de software para auxiliar na elaboração e publicação de painéis estatísticos sobre o PPA; acompanhamento, gestão e manutenção de dados da plataforma Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde), no âmbito da Comissão Nacional de Cartografia (Concar).

Os restos a pagar (RAP) inscritos em 2017 serão utilizados no pagamento de despesas relativas à contratação de apoio técnico para prestar informações econômicas e financeiras e aquisição de softwares para subsidiar a divulgação do PPA, o acompanhamento econômico e a avaliação de políticas de governo. Com relação aos RAP de exercícios anteriores, tanto o valor liquidado quanto o de cancelamento referem-se a despesas com locomoção para os eventos relativos à gestão do PPA e avaliação de políticas públicas.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x)Integral ()Parcial					
Código	217N Tipo: Atividade					
Título	Apoio à Elaboração de Estudos de Investimentos em Infraestrutura					
Objetivo	Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos Código: 1157					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
70.000.000,00	8.400.253,00	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
Estudo realizado			unidade	10	-	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: Siop e Tesouro Gerencial

Análise Situacional

Não houve execução física e financeira da ação, uma vez que a assinatura do contrato com o BNDES será realizada em 2018, que viabilizará a elaboração de estudos de desestatização do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e do Legado Olímpico, além de outros estudos para os quais houver interesse público.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x)Integral ()Parcial					
Código	8861 Tipo: Atividade					
Título	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário					
Objetivo	Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos Código: 1157					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.997.836,00	8.997.836,00	4.492.297,76	2.638.377,73	2.638.377,73	1.853.920,03	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
Atividade desenvolvida			unidade	8	5	6
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.310.446,16	1.039.234,84	222.090,97	Atividade desenvolvida	unidade	6	

Fonte: Siop e Tesouro Gerencial

Análise Situacional

A ação empenhou 50% dos recursos da dotação orçamentária final, em decorrência dos novos limites de movimentação e empenho estabelecidos pelo Decreto nº 8.961, de 16/1/2017, e suas alterações. Desse percentual empenhado, foram pagos 58,7%.

A meta prevista foi reprogramada tendo em vista as restrições orçamentárias, além da opção de realizar alguns dos projetos por meio de parcerias com outras instituições públicas. Atingiu-se o desenvolvimento de seis atividades, cujos resultados foram:

- i) manutenção e melhorias no Siop e dos recursos de TI da SOF, ocorrendo a maioria das despesas da ação;
- ii) disseminação do conhecimento sobre o processo orçamentário brasileiro com participação de servidores da SOF em eventos nacionais e internacionais;
- iii) incentivo ao desenvolvimento de pesquisas na área de Orçamento Público, com a realização do concurso Prêmio IX SOF de Monografias;
- iv) participação na XIV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas com aporte financeiro à Esaf e indicação de instrutores;
- v) incorporação do Projeto de implantação da Gestão por Competências, no âmbito da SOF, ao escopo do projeto de arquitetura corporativa orientada a serviços, englobando a implantação de Gestão Integrada na SOF, por intermédio de acordo firmado com a UnB; e
- vi) ampliação da capacitação dos servidores da SOF em um curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Orçamento Público, promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Os restos a pagar inscritos em 2017 serão destinados majoritariamente à execução de contratos vigentes de TI para evolução e manutenção do Siop. Os recursos de RAP liquidados em exercícios anteriores destinaram-se a despesas na área de TI e atividades e eventos para disseminação de conhecimento sobre orçamento público. O cancelamento dos recursos inscritos em exercícios anteriores justifica-se pela não execução de despesas relativas a eventos e serviços gráficos.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X)Integral () Parcial					
Código	20QN		Tipo: Atividade			
Título	Gestão de Assuntos Internacionais					
Objetivo	Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos Código: 1157					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
978.888,00	978.888,00	429.202,67	353.470,48	353.406,78	75.732,19	63,70
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pleito Avaliado			unidade	280	280	280
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
89.389,75	2.138,91	-	Pleito Avaliado	unidade	1	

Fonte: Siop e Tesouro Gerencial

Análise Situacional

A execução física da ação atingiu a meta prevista, com a participação em missões de preparação, monitoramento de projetos e realização de eventos que subsidiaram a avaliação de pleitos financiados com recursos externos, tais como: revisão de carteira, reuniões em organismos financeiros internacionais de desenvolvimento; fóruns de diálogo internacional e de política de comércio exterior; ações de promoção da carteira de investimentos públicos.

O percentual de recursos empenhados foi de 43,8% em relação à dotação orçamentária aprovada, respeitando os limites de movimentação e empenho estabelecidos pelo Decreto nº 8.961, de 16/1/2017 e suas alterações. Desse percentual, foram pagos 82,3%.

Os recursos de restos a pagar inscritos em 2017 serão utilizados também para o custeio de participação em missões com os organismos internacionais e eventos. Com relação aos RAP de exercícios anteriores, os recursos liquidados ocorreram em virtude dessas mesmas atividades.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	216Q		Tipo: Atividade			
Título	Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas					
Objetivo	Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade Código: 1159					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.879.423,00	2.379.423,00	1.475.700,66	150.317,75	149.459,57	1.325.382,91	858,18
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Atividade realizada		unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: Siop e Tesouro Gerencial

Análise Situacional

A execução financeira da ação foi impactada pelos novos limites de movimentação e empenho estabelecidos pelo Decreto nº 8.961, de 16/1/2017 e suas alterações. Foram empenhados 62% da dotação orçamentária aprovada e, desse percentual, foram pagos 10%.

Entretanto, priorizou-se a capacitação de dirigentes e técnicos do Sipec em temas relativos ao Assentamento Funcional Digital (AFD), Siape Folha, construção de manuais de procedimentos por operadores do Siape e Siafi, para o e-social, entre outros. Também foram aprimorados e mantidos os sistemas de gestão de pessoas, como o Conlegis, Portal Sipec, Siga, SISRT, Sisouvidor, Portal do Servidor, entre outros.

Os recursos de RAP inscritos em 2017 destinam-se principalmente ao aprimoramento e manutenção dos sistemas de gestão de pessoas e relações do trabalho.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x)Integral () Parcial					
Código	8785			Tipo: Atividade		
Título	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC					
Objetivo	Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos Código: 1157					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
786.277,00	786.277,00	240.035,81	152.441,96	152.441,96	87.593,85	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
519.377,43		177.684,06	207.406,00	-	-	-

Fonte: Siop e Tesouro Gerencial

Análise Situacional

Na ação, foram empenhados 30,5% dos recursos orçamentários autorizados. Desse percentual, foram pagos 63,5%, compreendendo despesas relativas à implementação do PAC, tais como: serviços administrativos; tecnologia da informação; sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção; capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC. A ação não possui meta física.

A inscrição de recursos RAP no exercício destina-se ao pagamento dessas mesmas atividades. A execução de recursos RAP de exercícios anteriores destinou-se principalmente à

adquisição de material permanente de TI. O cancelamento dos recursos inscritos justifica-se pela não execução de despesas relativas a serviços de tradução.

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x)Integral () Parcial					
Código		10M8 Tipo: Projeto					
Título		Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe.gov					
Objetivo		Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade Código: 1159					
Programa		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária		47.101 – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
16.898.387,00	18.398.387,00	18.199.408,30	11.238.258,85	11.238.258,85	6.961.149,45	0	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida			Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Sistema implantado		Percentual de execução			6	5	5
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
3.994.878,44	2.399.742,54	418.709,27	Sistema implantado	Percentual de execução	1		

Fonte: Siop e Tesouro Gerencial

Análise Situacional

A execução física do exercício de 2017 esteve dentro do previsto, com implantação de 5% do projeto, que consistiu no desenvolvimento de módulos do Sigepe, a saber:

- i) Anistiado Político: gerencia o pagamento de aproximadamente 5.000 anistiados, calculando valores, aplicando reajustes, concedendo benefícios de acordo com a legislação vigente;
- ii) Requerimento: gerencia a comunicação do servidor com sua unidade de gestão de pessoas no que diz respeito aos requerimentos;
- iii) Moradia: gerencia o processo e a concessão do auxílio moradia aos servidores, a partir do cruzamento de dados com a base de imóveis funcionais;
- iv) Nova Versão do Tabelas Auxiliares: gerencia tabelas de situação de vínculo e ocorrências;
- v) Nova Versão do Sigepe Mobile: implantação da nova versão do módulo com funcionalidade de extrato de consignação e simulação de empréstimo com diferentes Consignatários;
- vi) Recadastramento de Ação Judicial: viabiliza o recadastramento de aproximadamente 20 mil ações judiciais constantes da base do Sicaj (antigo sistema). Nesse replanejamento, haverá a digitalização dos documentos, a complementação de informações e a análise se a ação judicial deve continuar sendo paga. Estima-se uma redução de R\$ 150.000.000 por ano de pagamento indevido de ações judiciais;
- vii) Posto de Trabalho e Aprendizagem: gerencia as tabelas de cargos e carreiras, e suas respectivas estruturas remuneratórias. Esse módulo vem substituir 72 transações do Siape;
- viii) Piloto do Boletim de Gestão de Pessoas (BGP): realiza a publicação de atos administrativos da área de gestão de pessoas.
- ix) Piloto do Módulo Avaliação de Desempenho: consiste em uma ferramenta de automação do processo de Avaliação de Desempenho da APF, desde a configuração dos ciclos de avaliação, a

definição dos planos de trabalho (metas institucionais, individuais e fatores de desempenho), até a posterior apuração dos resultados alcançados, determinando os valores das gratificações de desempenho dos servidores. Participam desse Piloto com quatro órgãos: Ministério da Cultura, Funai, Fundação Cultural Palmares e Ministério do Planejamento.

Foram empenhados aproximadamente 99,0% da dotação orçamentária final e, desse percentual, foram pagos 61,7%. Os recursos de restos a pagar inscritos em 2017 destinam-se principalmente ao pagamento de contrato vigente com o Serpro para o desenvolvimento do Sigepe. Quanto aos RAP de exercícios anteriores liquidados, os recursos foram majoritariamente destinados à contratação de apoio técnico e pagamento de contratos de TI, possibilitando a execução física de mais 1% do projeto. O cancelamento dos recursos inscritos em exercícios anteriores justifica-se, principalmente, pela não execução de despesas relativas a contratos com a Dataprev e aquisição de softwares.

Quadro 2.3.2.2 – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	20U3		Tipo: Atividade		
Título	Fortalecimento da Democratização das Relações de Trabalho				
Objetivo	Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade Código: 1159				
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
4.056,44	3.056,44	1.000,00	Iniciativa apoiada	unidade	-

Fonte: Siop e Tesouro Gerencial

Análise Situacional

O valor liquidado de RAP refere-se a despesas com diárias e passagens para eventos relacionados à gestão de pessoas, bem como publicações no Diário Oficial da União. O cancelamento justifica-se pela não execução de despesas relativas a essas mesmas atividades.

2.3.3 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

As informações relativas aos fatores que eventualmente impactaram o desenvolvimento das ações estão elencadas nas análises dos tópicos que compõem esta seção, tais como, os objetivos e as ações orçamentárias integrantes do Programa Temático 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública.

2.3.4 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Quadro 2.3.4.1 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Valores em R\$

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (Cgeor/SPO) - UG/Gestão: 201002/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Termo de Execução Descentralizada	6	2	-	128.744,00	3.200,00	-
Convênio						
Contrato de repasse						
Totais	6	2	-	128.744,00	3.200,00	-

Fonte: Siafi.

Análise Crítica

No exercício de 2017, foram firmados seis Termos de Execução Descentralizada (TED's), sendo:

- i) três da SGP: - realização da XIV Semana de Administração Orçamentária/Financeira e de Contratações Públicas;
 - elaboração e sistematização de modelo de competências para gestores públicos federais;
 - dimensionamento de força de trabalho e da capacidade produtiva.
- ii) dois da Seain: para desenvolver debate sobre temas considerados fundamentais no setor de serviços e seus impactos e para o Encontro Empresarial Brasil China.
- iii) um da SOF: desenvolvimento de uma metodologia para arquitetura corporativa orientada a serviços, com vistas ao aumento da eficiência do setor público.

O valor global dos TED's é de R\$ 8.104.004,55 (oito milhões, cento e quatro mil, quatro reais e cinquenta e cinco centavos). Desse montante, foram repassados (recursos financeiros) no valor de R\$ 128.744,00 (cento e vinte e oito mil, setecentos e quarenta e quatro reais), equivalente a 1,59%.

Quadro 2.3.4.2 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres

Valores em R\$

Unidade Concedente					
Nome: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (Cgeor/SPO) - UG/Gestão: 201002/00001					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Contratos de repasse	Termos de Execução Descentralizada	
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado		3.200,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado		1.098.415,03	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		-	
		Montante Repassado		-	

Fonte: Siafi.

Análise Crítica

As contas prestadas retratam os TED's firmados pela Secretaria de Gestão e Relações de Trabalho (SEGRT, atual SGP), para produção de material didático na modalidade a distância do curso básico Siape Folha - Módulos I e II.

As contas não prestadas referem-se aos TED's da Seain para realização do Seminário Avançado na Agenda de Serviços daquela Secretaria, bem como da SOF, para a implementação de projetos voltados para gestão e o aprimoramento do processo orçamentário.

Quadro 2.3.4.3 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (Cgeor/SPO) - UG/Gestão: 201002/00001				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termos de Execução de Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada			2
	Quantidade reprovada			-
	Quantidade de TCE instauradas			-
	Montante repassado (R\$)			3.200,00
Contas NÃO analisadas	Quantidade			-
	Montante repassado (R\$)			-

Fonte: Siafi.

Análise Crítica

Ambos os TED's da SEGRT (atual SGP), no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), cada, foram concluídos antes do término da vigência.

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Unidade de Coordenação de Programas/Segep/MP-Promoex – UG/Gestão: 201029/00001				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	de ...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	10		
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)	19.455.147,48		
Contas NÃO analisadas	Quantidade	16		
	Montante repassado (R\$)	35.138.219,37		

Fonte: Siafi

Análise Crítica

Encontram-se para análise de prestação de contas na CGEOF/SAA dezesseis convênios referentes ao Promoex, sendo que, do total de repasse deste Ministério no valor de R\$ 54.593.366,85, faltam para análise financeira de prestação de contas o valor R\$ 35.138.219,37, conforme quadro a seguir:

Relação de Prestações de Contas - Promoex					
Unid.	Convênio	Conveniente	Valores Firmados	Valores a Aprovar	Valores Aprovados
1	557096	TCE/PA	1.722.294,98	560.373,64	1.161.921,34
2	557099	TCE/TO	1.283.534,88	768.025,74	515.509,14
3	557103	TCE/MG	3.918.567,62	2.587.828,50	1.330.739,12
4	557106	TCE/PE	1.726.047,97	1.296.785,52	429.262,45
5	557108	TCE/PR	3.537.719,37	2.558.551,43	979.167,94
6	557109	TCE/BA	2.515.632,97	867.349,44	1.648.283,53
7	557111	TC/DF	2.583.848,76	1.883.252,00	700.596,76
8	557123	TCE/CE	1.527.090,32	1.053.266,35	473.823,97
9	557124	TCE/MS	1.720.294,13	1.031.121,59	689.172,54
10	557139	TCE/SP	3.630.006,73	2.751.739,35	878.267,38
11	557554	TCM/PA	1.758.172,67	1.265.470,98	492.701,69
12	557727	TCE/MA	1.712.644,12	1.175.895,32	536.748,80
13	557744	TCE/PI	1.712.364,99	1.202.600,24	509.764,75
14	557752	TCE/RN	1.575.979,97	1.016.248,74	559.731,23
15	557782	TCE/SC	2.466.334,00	1.686.008,06	780.325,94
16	557843	TCE/AM	1.747.685,89	1.201.209,20	546.476,69
T O T A L			35.138.219,37	22.905.726,10	12.232.493,27

Fonte: Siafi

Ressalta-se que a escolha, acompanhamento técnico e avaliação das transferências realizadas no âmbito do Ministério do Planejamento, foram procedidas pela Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Internacional do Departamento de Desenvolvimento e Desempenho Institucional da Secretaria de Gestão Pública (Segep), ficando a cargo da Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/SE, atual SAA/SE) apenas a emissão de Nota de Empenho, Ordem Bancária e análise financeira das prestações de contas.

Quadro 2.3.4.4 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (Cgeor/SPO) - UG/Gestão: 201002/00001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					
Contratos de repasse					
Termo de Execução Descentralizada					X

Fonte: Siafi

Análise Crítica

As contas não prestadas há mais de 120 dias são dos termos sob responsabilidade da Seain, no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) e da SOF, no valor de R\$ 1.097.215,03 (um milhão, noventa e sete mil, duzentos e quinze reais e três centavos).

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira – CEOFI/CGEOF/SAA – UG/Gestão: 201013/00001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					X
Contratos de repasse					

Fonte: Siafi

Análise Crítica

O Convênio nº 700005/2008 (Siconv) nº Interno nº 002/2008, demandado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI, atualmente Setic), foi firmado com o Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos (IPSO). O valor total do repasse foi de R\$ 777.825,00, sendo: R\$ 300.000,00 para 2008, R\$ 300.000,00 para 2009 e R\$ 99.800,00 para 2010, tendo como contrapartida o valor de R\$ 78.025,00, tendo como objeto a manutenção, aperfeiçoamento e integração do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID). Encontra-se na fase de questionamento de alguns itens para sua aprovação ou reprovação de contas.

Ressalta-se que a escolha, acompanhamento técnico e avaliação das transferências realizadas no âmbito do Ministério do Planejamento, foram procedidas pela antiga SLTI, ficando a cargo da Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) apenas a emissão de Nota de Empenho, Ordem Bancária e análise financeira das prestações de contas.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:	Unidade de Coordenação de Programas/Segep/MP-Promoex – UG/Gestão: 201029/00001				
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					X
Contratos de repasse					

Fonte: Siafi

Análise Crítica

O presente relatório mostra uma situação estável, uma vez que os objetos pactuados foram firmados, em sua maioria, no exercício de 2006 com vigência plurianual. O Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (Promoex) teve sua vigência expirada em 13/09/2013. Ressalta-se que embora as prestações de contas tenham sido apresentadas e registradas no Siafi, as análises técnicas das prestações de contas foram concluídas pela unidade técnica e enviadas em 2014 para análise financeira, encontrando-se em andamento.

2.3.5 Informações sobre a Execução das Despesas

Os valores constantes dos quadros relativos às despesas por modalidade de contratação e por grupos e elementos de despesas foram obtidos mediante consultas ao Tesouro Gerencial. O critério utilizado foi o conjunto de unidades gestoras que integram o universo da UPC, e não houve limitação dos créditos de nenhuma Unidade Orçamentária, de forma que os valores obtidos representam a totalidade da execução orçamentária e financeira da UPC.

O Programa de Governo considerado foi o 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, nas ações orçamentárias a seguir relacionadas:

- 20U0 - Gestão e Aprimoramento do Planejamento;
- 20QN - Gestão de Assuntos Internacionais;
- 10M8 - Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe.Gov
- 8861 - Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário
- 8785 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento.
- 217N - Apoio a Elaboração de Estudos de Investimento em Infraestrutura
- 216Q - Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas

As demais ações orçamentárias desse Programa foram excluídas, pois são de responsabilidade da Secretaria de Gestão (Seges), Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic), que apresentam relatórios de gestão de forma individual e devem abordar a execução orçamentária e financeira dessas ações.

No que se refere às ações orçamentárias, houve alterações de unidades responsáveis do exercício de 2016 para o de 2017, sendo considerado nas tabelas abaixo, para o ano de 2016, o valor constante no relatório de gestão do exercício passado.

Quadro 2.3.5.1 – Despesas por grupo e elemento de despesa (Modalidade de Contratação)

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	5.444.359	22,61	3.828.626	22,19	2.796.772	19,27	2.610.031	20,87
d) Pregão	5.444.359	22,61	3.828.626	22,19	2.796.772	19,27	2.610.031	20,87
2. Contratações Diretas (h+i)	2.985.581	12,40	152.876	0,89	336.860	2,32	102.286	0,81
h) Dispensa	26.000	0,11	43.125	0,25	6.246	0,04	1.634	0,01
i) Inexigibilidade	2.959.581	12,29	109.751	0,64	330.614	2,28	100.652	0,80
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	320.921	1,33	190.928	1,11	320.921	2,21	190.928	1,53
l) Diárias	320.921	1,33	190.928	1,11	320.921	2,21	190.928	1,53
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	8.750.960	36,34	4.172.430	24,19	3.454.553	23,80	2.903.244	23,21
6. Total das Despesas da UPC	24.076.604	100	17.251.618	100	14.516.125	100	12.506.482	100

Fonte: Tesouro Gerencial

(*) Foram consideradas as despesas empenhadas. Nas modalidades de contratações nas quais não houve execução orçamentária e financeira, as respectivas linhas foram suprimidas.

Quadro 2.3.5.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa (Despesas Correntes)

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada (*)		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
3. Outras Despesas Correntes								
Nome do elemento de despesa	23.648.714	16.581.876	14.516.189	12.506.482	9.132.525	4.075.394	14.516.125	12.506.482
39. Outros Serviços de Terceiros PJ	22.697.182	15.889.287	13.744.380	11.895.317	8.952.802	3.993.969	13.744.316	11.895.317
Demais elementos do grupo	951.532	692.589	771.809	611.165	179.723	81.425	771.809	611.165
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
Nome do elemento de despesa	427.891	669.743	0,00	0,00	427.891	669.743	0,00	0,00
52. Equipamento e Material Permanente	427.891	669.743	0,00	0,00	427.891	669.743	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

(*) Nos grupos de despesas nos quais não houve execução orçamentária e financeira, as respectivas linhas foram suprimidas.

Análise

Na modalidade Pregão, o aumento decorre de reajuste no contrato referente a serviço de desenvolvimento e manutenção de soluções de software em PHP; ajuste no valor do contrato de suporte de infraestrutura de TI; contratação da empresa para desenvolvimento e manutenção de soluções em JAVA; aquisição de material permanente (conjunto de lâminas- blades) para gestão e aprimoramento do processo orçamentário; aquisição de solução para construção de painéis de BI

estratégicos, para transferência tecnológica e uso de funcionalidades; e fornecimento de licenças, suporte técnico e garantia de funcionamento dos equipamentos de segurança de rede corporativa.

No que se refere à despesa por modalidade de contratação inexigibilidade, para dar continuidade ao desenvolvimento dos Sistemas Sigepe, Siorg e Sistema de Gestão de Acesso (Sigac), foi feita uma nova contratação, tendo vista que o contrato anterior do Serpro/Dataprev encerrou em 2017.

No quadro de despesa por grupo e elemento de despesa, o aumento referente a outros serviços de terceiros PJ, refere-se à contratação do Serpro/Dataprev para dar continuidade ao desenvolvimento dos Sistemas Sigepe, Siorg e Sigac, tendo vista o encerramento do contrato anterior em 2017.

2.4 Desempenho Operacional

Com relação ao desempenho da Secretaria-Executiva e das unidades do Ministério do Planejamento aqui representadas, serão a seguir apresentados os resultados dos *objetivos* identificados no Planejamento Estratégico, bem como os resultados considerados relevantes no âmbito operacional. O Plano data de 2016 e seus resultados ainda não são definitivos. Até 2019 são aguardadas mais realizações na busca dos seus objetivos.

No âmbito do Objetivo Estratégico **Aprimorar o processo orçamentário, com foco no equilíbrio das contas públicas e nos resultados para a sociedade**, estão elencadas abaixo as principais entregas realizadas no último exercício:

a) *Incorporação da Avaliação das Políticas Públicas no Processo Orçamentário* - foram entregues três avaliações-piloto para testar a metodologia, relativas aos Programas Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) e Minha Casa Minha Vida. A validação da metodologia ocorreu em setembro de 2017. Ocorreu então a seleção de dez políticas públicas para passarem por avaliação, seguindo a metodologia testada.

b) *Desenvolvimento de Mecanismos que promovam a integridade e qualidade das projeções fiscais* - iniciou-se o desenvolvimento de estudos, metodologias e apurações especiais, para melhoria efetiva do processo de análise e avaliação das projeções com a despesa com seguro-desemprego. Em relação às projeções de receitas e despesas obrigatórias, de uma maneira geral, foi elaborado estudo em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, em atendimento ao Acórdão nº 746/2017, do TCU, que teve como objetivo central apresentar uma proposta metodológica de avaliação dos riscos das estimativas de receitas e despesas primárias que compõem os relatórios bimestrais de avaliação, exigidos pelo art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e da sua probabilidade de realização. O estudo serve de base para o aprimoramento das metodologias hoje empregadas.

c) *Programa de Educação Orçamentária (PEO)* - foi implantado e está em funcionamento.

d) *Promoção do Acesso aos Dados Orçamentários* – houve a implantação do Painel do Orçamento, onde é possível consultar dados orçamentários e de execução de modo intuitivo e flexível por qualquer cidadão com acesso à Internet. Além disso, houve a disponibilização de dados orçamentários em formato RDF, aderente aos padrões mais avançados de distribuição de dados em formato aberto.

No que diz respeito ao objetivo estratégico **Promover a melhoria da governança das empresas estatais**, foram alcançadas realizações, conforme destacam-se a seguir.

Em conjunto com a Fundação Dom Cabral, foi lançado o Programa Sest de Capacitação para Conselheiros de Administração da União, com o objetivo de atender ao § 4º do artigo nº 17 da Lei de Responsabilidade das Estatais (13.303/2016) e auxiliar a atuação dos Conselheiros de Administração representantes da União na melhoria da eficiência e transparência das Empresas Estatais. O Programa de Capacitação está em andamento e conta com 274 inscritos.

Foi criado o Indicador de Governança da Sest, que tem por objetivo acompanhar o desempenho da qualidade da governança das empresas estatais federais, para fins de mensuração do cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), buscando conformidade com as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência.

Na função de Secretaria-Executiva da CGPAR, bem como na função de Coordenadora do seu Grupo Executivo, a Sest intensificou a dinâmica dos trabalhos da Comissão. Com isso, foram publicadas quatro Resoluções:

- Resolução CGPAR nº 20, que estabelece cronograma para as empresas estatais convocarem Assembleias Gerais para adaptarem seus Estatutos Sociais à Lei 13.303/16 e ao Decreto 8.945/2016;
- Resolução CGPAR nº 21, que trata de rodízio para titulares de áreas internas estratégicas das empresas estatais federais, quais sejam, auditoria interna, *compliance*, conformidade e controle interno, gestão de riscos, ouvidoria e corregedoria. O propósito é estabelecer limites de atuação (três anos, admitida uma única prorrogação) para as respectivas áreas, garantindo um funcionamento mais eficiente e comprometido com os interesses empresariais;
- Resolução CGPAR nº 22, que estabelece diretrizes e parâmetros mínimos de governança para as empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão. O objetivo da resolução é envolver a alta administração no monitoramento e na avaliação dos referidos benefícios de forma a aprimorar os atuais mecanismos de governança; e
- Resolução CGPAR nº 23, que estabelece diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados. O escopo da regulamentação é limitar a participação das empresas estatais federais no custeio do benefício de assistência à saúde na modalidade autogestão e, conseqüentemente, conferir maior sustentabilidade econômica e financeira aos referidos benefícios.

Referente à análise de propostas, orientação e coordenação das atividades relativas à governança corporativa das empresas estatais, destacam-se ainda os seguintes resultados:

- **Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) de 36 empresas:** análise do Programa, apresentando sugestões de melhorias nas regras gerais e indicadores de modo a tornar o instrumento uma importante ferramenta no atingimento de metas e gestão efetiva dos negócios de acordo com o planejamento estratégico da empresa. O Programa de Honorário Variável Mensal (HVM) tem sido exitoso na obtenção de melhorias de gestão das empresas e alinhamento de interesses. O HVM é uma modalidade de remuneração variável que vincula

parcela do honorário mensal dos Diretores ao cumprimento de metas trimestrais. Nessa sistemática, o honorário mensal dos Diretores é dividido em duas partes, uma fixa e outra variável.

- **Extinção, Incorporação e Liquidação de Empresas Estatais:** incorporação da Linha Verde de Transmissora de Energia pela Eletronorte (LVTE) - Grupo Eletrobras; Incorporação reversa da BB COR Participações pela BB Corretora (Grupo Banco do Brasil); Incorporação da Downstream pela Petrobras; extinção da Indústria Carboquímica Catarine ICC; Incorporação da NTN pela TAG e BNDES Plc: liquidação da empresa, sediada na Inglaterra, em andamento.
- **Desinvestimento:** Grupo Eletrobras - Venda da CELG Distribuição (CELG-D); Grupo Petrobras: Petroquímica Suape, CITEPE e Liquigás (deliberação sobre a venda do controle acionário), NTS (cisão e reorganização societária).
- **Comitê de Auditoria:** Início do processo de implantação do Comitê em todas as empresas em adequação à Lei nº 13.303.

Na área de análise econômico-financeira das empresas estatais, foram realizadas revisões nos Planos Contábeis do Módulo de Endividamento e do Módulo Perfil do Setor Produtivo e do Setor Financeiro. Como principais resultados, destacam-se a produção do livro Perfil das Empresas Estatais Federais, de Boletins individuais de empresas estatais, Análises Especiais de reestruturação de empresas, a Análise da Receita Operacional Bruta para fins de classificação de porte (Lei 3.303/2016), entre outros.

No que se refere à demanda das estatais federais relacionadas à gestão de pessoas, foram analisados 542 pleitos, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Pleitos analisados

Assuntos	Nº de Pleitos
Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho – ACT/CCT	65
Programa de Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados – PLR	60
Programas de Desligamento Voluntário de Empregados – PDV	70
Plano de Cargos e Salários – PCS	17
Plano de Funções Gratificadas e/ou Cargos Comissionados – PF	42
Quadro de Pessoal – QP	119
Órgãos de Controle – Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União	23
Projetos de Lei	16
Previdência Complementar	112
Assistência à saúde	18
Total:	542

Fonte: Sest

Dentre os resultados das análises dos pleitos das estatais, destacam-se: redução de 30.107 vagas do quadro de pessoal autorizado das estatais (BB, Correios, Caixa, Infraero, Conab, Serpro, Eletrobras, BNB, Indústrias Nucleares e Casemg); autorização de 457 novas vagas, para o quadro permanente (Amazul, Telebras, Trensurb); autorização de 60 novas vagas para o quadro transitório (Telebras) e Programas de Desligamento Voluntário de empregados (PDVs). O total de desligamentos está exposto no quadro a seguir:

Quadro 2 – PDVs aprovados em 2017

Empresa	Desligamentos (nº empregados)	Economia (R\$ milhões)
1. Amazul ¹	155	41,01
2. Basa ¹	35	5,84
3. BNB ²	234	47,00
4. BB ²	9.309	1.750,00
5. Caixa ²	6.921	1.408,00
6. Codesa ¹	29	5,66
7. CMB ²	333	83,71
8. CPRM ²	51	9,00
9. Conab ²	1.115	293,39
10. Dataprev ²	93	14,00
11. EBC ¹	436	102,36
12. ECT/Correios ²	6.232	539,81
13. Eletrobras ²	668	234,14
14. Eletrobras – CGTEE ²	86	6,5
15. Finep ¹	174	69,84
16. Infraero ²	903	124,21
17. INB ¹	198	62,23
18. Valec/Geipot ¹	29	6,20
19. Valec/RFFSA ¹	221	23,59
Total:	27.222	4.826,49

Fonte: Sest

¹ Desligamentos e economia estimados.

² Desligamentos e economia efetivos até 30.11.2017.

Ainda destaca-se a Nova Lei Trabalhista (Lei nº 13.467/2017): contribuições para a elaboração da Lei nº 13.467/2017 (Nova Lei Trabalhista), inclusive com a participação de estatais (Banco do Brasil, Caixa, Correios, Ebserh, Embrapa e Petrobras), que apresentaram propostas para a regulamentação de itens que impactam as suas relações de trabalho.

No que tange ao objetivo estratégico **Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF**, destacam-se:

Iniciativas Estratégicas	Entregas - Situação em 31/12/2017
Revisão da sistemática de análise de demandas relativas a planos de cargos, carreiras e remunerações	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação Normativa nº 4, de 14 de fevereiro de 2017: estabelece orientação sobre a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas, e dá outras providências. - Medida Provisória nº 792, de 26 de julho de 2017: institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Programa de Desligamento Voluntário, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. - Medida Provisória nº 805, de 30 de outubro de 2017: posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à alíquota da contribuição social do servidor público e a outras questões. - Decreto nº 9.185, de 1º de novembro de 2017: altera o Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, que regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou

	<p>Concurso de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Decretos nº 9.224, 9.225, 9.226, 9.227, 9.228, de 6 de dezembro de 2017: regulamentam a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que específica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. - Projeto de Decreto que extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da APF e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que específica. - Em andamento minuta do Projeto de Lei disciplinando o direito de greve. - Em andamento minuta do Projeto de Lei disciplinando a negociação coletiva no âmbito do Setor Público.
Implementação de mecanismos indutores de desenvolvimento profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Minuta de Projeto de Lei que trata de desenvolvimento profissional revisada e encaminhada à Casa Civil/PR. A minuta contempla a sistematização de métodos e procedimentos para progressão e promoção, que reforçam o mérito como critério primordial para que o servidor alcance patamares acima do atual. - Projeto com ações de aprimoramento na gestão como órgão central do Sipec, relativas às diretrizes e execução da Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS) junto aos órgãos e entidades do Sistema em temas estruturantes de: atenção à saúde, promoção da saúde, realização de exames periódicos, perícias médicas, entre outras iniciativas. Conclusão prevista para o segundo semestre de 2018. - Realizado seminário de Educação Financeira: conjunto de informações para planejamento de gastos pessoais do servidor público.
Reformulação de processos que visem à melhoria da gestão pública relativa à composição da força de trabalho	Concluído.
Definição de metodologia de planejamento estratégico da força de trabalho	Termo de cooperação assinado em 21 de novembro de 2017 com a UnB, para elaboração, capacitação, implementação de metodologia, construção de protótipos de software e de transferência de conhecimentos no período de cinco anos, relativo a técnica de dimensionamento da força de trabalho para atuar no processo decisório de autorização de liberação de concursos e de provimentos junto aos órgãos e entidades do Sipec.
Revisão da sistemática de recrutamento e seleção	<ul style="list-style-type: none"> - Minuta do Decreto de Concursos em aprovação, que disporá sobre normas gerais relativas aos critérios de recrutamento e seleção por parte dos órgãos e entidades do Sipec. - Minuta de Orientação Normativa em aprovação, que disporá sobre a regulação de regras de aferição quanto à veracidade da autodeclaração prestada por candidatos que se consideram negros. Regulamentação das "cotas raciais" com resultado do grupo de trabalho instituído em no primeiro trimestre de 2017.

Fonte: SGP

Além dos resultados citados, foram autorizados provimentos para cargos de diversos órgãos, como Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Iniciativas Estratégicas	Entregas - Situação em 31/12/2017
Difusão de Conhecimento Produzido na Área de Gestão de Pessoas	<p>Projeto de Manualização de Processos: publicação de Manuais de Procedimentos relativos a processos executados nas unidades de gestão de pessoas do Sipec. Está disponível no Portal do Servidor (https://www.servidor.gov.br/gestao-de-pessoas/manual-de-procedimentos).</p> <p>Foram publicados os manuais de procedimentos de aposentadoria; de concessão de auxílios e benefícios; e de provimento.</p> <p>Assinado em 21 de dezembro de 2017 Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), para implantar o Sistema Normativo. O objeto do ACT é a cessão não onerosa do direito de uso do software “Correios Normas”, criado pelos Correios, para a realização da gestão dos normativos em meio eletrônico.</p>
Modernização da Ouvidoria	O Decreto 9.232, de 7 de dezembro de 2017, traz um novo formato ao serviço de Ouvidoria no Ministério do Planejamento sob a responsabilidade da Secretária Executiva. Essa nova estrutura de Ouvidoria do MP absorveu a estrutura e as atividades que eram executadas pela SGP, que passou a responder pontualmente pelas demandas pertinentes aos temas afetos à gestão de pessoas quando demandado, como um dos canais de atendimento interno desta Pasta junto a Ouvidoria Central MP.

Fonte: SGP

Outras iniciativas relevantes:

- **Painel Estatístico de Pessoal (PEP):** lançado ao público em 22 de junho de 2017, substituindo o Painel de Gestão de Pessoas e o Boletim Estatístico de Pessoal. Concentra as informações estatísticas de pessoal do Poder Executivo Federal a partir de janeiro de 2017. Os dados são atualizados mensalmente e a implantação permitiu o aumento da transparência e redução do esforço para a geração de informações. Permite a busca de dados de forma tempestiva; a simplificação e visualização das informações; obtenção dos dados por meio de gráficos, mapas e planilhas, além da impressão e/ou exportação das informações geradas *online*. Até 31 de dezembro 2017 foram realizados mais de 39.000 acessos e buscas por informações no PEP (somente na *landingpage*).
- **Gestão de Órgãos Extintos:** no encerramento do exercício foram registrados os seguintes dados:
 - Gestão de folha de pagamento de servidores oriundos de órgãos extintos, dos ex-Territórios Federais e do Antigo Distrito Federal: 64.615 pessoas e custo anual de R\$ 5.774.302.288,09 (Fonte: Siape);
 - Gestão de benefícios indenizatórios oriundos de anistia política: 5.914 pessoas e custo anual de R\$ 631.395.856,70 (Fonte: Siape);
 - Gestão da complementação de aposentadorias e pensões de empregados oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.: 57.911 pessoas e custo anual de R\$ 672.621.057,28 (Fonte: Sicap); e
 - Gestão de convênios de órgãos extintos: 241 Guias de Recolhimento da União (GRU), totalizando R\$ 10.562.070,72 que retornaram ao tesouro.
- **Capacitações ofertadas como Órgão Central do Sipec:** i) Curso EAD Siape Folha: curso implementado com 3.003 inscritos em 2017; ii) Curso EAD Assentamento Funcional Digital (AFD): curso implementado com 1.997 inscritos em 2017; iii) Encontro sobre eSocial, com participação de 506, abordou a apresentação do eSocial, EFD-Reinf e das adaptações à nova rotina de pagamento de despesas previdenciárias no Sifafi, bem como dos impactos da implantação do eSocial na Gestão de Pessoas; iv) Módulo de Exames Médicos Periódicos:

capacitação de cerca de 50 servidores para operacionalização do módulo; v) Módulo Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal: treinamentos para uso do módulo existente no Siape.

Com relação ao objetivo estratégico **Aperfeiçoar o planejamento e a avaliação das políticas públicas**, foram alcançados os resultados descritos abaixo.

Foi realizada a avaliação do PPA, materializada no Relatório de Avaliação do Plano, entregue ao Congresso Nacional, avançando em estudos relativos ao planejamento de longo prazo, ao aprimoramento de indicadores e à metodologia do PPA. O relatório gerencial, produzido em julho de 2017, apresentou os números de 2016 mais relevantes do ponto de vista da avaliação do PPA, com sínteses gráficas referentes ao primeiro ano do ciclo, incluindo execução financeira, andamento das metas planejadas nos programas temáticos e desempenho dos indicadores. Paralelamente, foram realizadas oficinas internas visando à implantação de melhorias para o próximo Plano Plurianual, que terá vigência no quadriênio 2020-2023.

Ocorreram discussões sobre governança e alinhamento de planejamento de governo juntamente à Casa Civil e a outros órgãos. Isso resultou na publicação do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que "Dispõe sobre a política de governança da APF direta, autárquica e fundacional", com destaque para a instituição do Comitê Interministerial de Governança, coordenado pelo Ministro de Estado da Casa Civil e composto também pelos titulares de MP, MF e CGU. Há previsão de editar normativos adicionais para conduzir a estratégia e a coordenação governamentais quanto ao planejamento e execução de suas ações, já tendo sido enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei sobre o assunto.

Quanto à contribuição na formulação e revisão de marcos regulatórios e programas setoriais, o MP deu suporte técnico relacionado à gestão de políticas públicas e investimentos. Essa atuação esteve voltada para melhorar o gasto público e evitar desperdício de recursos, inclusive com a promoção de avaliações executivas de políticas públicas. Entre os exemplos de contribuições substantivas ao desenho de programas setoriais, podem ser citadas as sugestões ao FIES e aos benefícios do Programa Bolsa Família e Seguro Defeso.

Relevante também foi o Prêmio Seplan de Monografias 2017/2018, em sua primeira edição, ocorreu em fevereiro de 2018. A iniciativa contou a entrega de troféus aos agraciados. O concurso obteve patrocínio da Caixa Econômica Federal (CEF) e apoio da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). A premiação objetivou estimular a pesquisa na área de planejamento governamental, avaliação de políticas públicas e reformas econômicas voltadas a aumentar a competitividade dos diversos setores econômicos brasileiros.

No que toca à relação com os Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFIDs), a Seain continuou sua atuação no sentido de fortalecer a atuação estratégica brasileira junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Interamericana de Investimentos (CII), Fonplata e Corporação Andina de Fomento (CAF).

Por meio da Comissão Interministerial de Organismos Internacionais (Cipoi) - órgão colegiado de caráter consultivo, com a finalidade de opinar especificamente sobre aspectos orçamentários e financeiros da participação da República Federativa do Brasil em organismos, entidades e fundos internacionais - coube à Seain, a partir das orientações da SE e do GM, o trabalho de coordenar a alocação de recursos para o pagamento dos organismos internacionais.

Do ponto de vista do investimento em infraestrutura, coube à Seain, em 2017, exercer o papel de articulação e coordenação de ações visando ao fortalecimento e ampliação da cooperação em investimentos em infraestrutura. Destaca-se a coordenação e realização do Brasil Investment Forum 2017 (BIF 2017), juntamente com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo objetivo foi apresentar as oportunidades de investimentos na economia brasileira em setores estratégicos, com base nas reformas econômicas em curso no país.

Além disso, cabe destacar a publicação do Decreto 9.073 de 31 de maio de 2017 que instituiu o Comitê Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva (CBC-Fundo). O CBC-Fundo é um mecanismo estabelecido pela Seain e pelo Fundo de Investimento da Cooperação Industrial China-LAC Co. Ltd. (Claifund) que classificará projetos considerados prioritários pelo governo brasileiro em setores de infraestrutura, bem como nos demais setores abrangidos pelo Memorando de Entendimentos, e que possam facilitar a cooperação da capacidade industrial entre o Brasil e a China. O Fundo vai operar no Brasil, com foco em projetos a serem desenvolvidos no país de acordo com a regulamentação e diretrizes do Fundo.

Além de acompanhar e contribuir no esforço de reestruturação da Câmara de Comércio Exterior (Camex), coube à Seain coordenar o processo de negociação em Compras Governamentais em pelo menos quatro frentes novas - Mercosul, México, Colômbia, Chile – além das negociações do Mercosul com a União Europeia e a Associação Europeia de livre Comércio (EFTA).

Vale destacar que após 20 anos de tratativas, foi aprovado, em dezembro de 2017, o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul.

2.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho da UPC constam do Planejamento Estratégico do MP 2016-2019 e demonstram os esforços empreendidos de Unidades que compõem este Relatório.

Indicador	Variação de gastos com TI em gestão de pessoas
Descrição	Monitorar a variação dos gastos em automação dos processos de gestão de pessoas
Fórmula de cálculo	$(\text{Gastos com desenvolvimento, sustentação e infraestrutura dos sistemas de gestão de pessoas no ano } t \text{ sobre gastos com desenvolvimento, sustentação e infraestrutura dos sistemas de gestão de pessoas no ano } t-1) * 100$
Índice de Referência	23% em janeiro de 2017
Índice previsto para 2017	40%
Índice alcançado em 2017	40%

Fonte: SGP

Indicador	Índice de atividades relacionadas à melhoria da gestão, governança e transparência nas Empresas Estatais sob responsabilidade da Sest
Descrição	Mede a eficácia da Sest na implantação das atividades relacionadas a fomentar a melhoria da gestão, governança e transparência nas Empresas Estatais.
Fórmula de cálculo	$((\text{Somatório das atividades realizadas no período}) / (\text{somatório das atividades previstas no período})) * 100$
Índice de Referência	Setembro de 2016 – 70%
Índice previsto para 2017	70%
Índice alcançado em 2017	70%

Fonte: Sest

Indicador	Desempenho da Carteira
Descrição	Visa avaliar o desembolso dos projetos aprovados pela Cofix de acordo com o tempo originalmente proposto, onde: Entre 0 e ≤ 30% - Ruim >30% e ≤ 50% - Insatisfatório >50% e ≤ 70% - Regular >70% e ≤ 100% - Bom >100% - Ótimo (porcentagem de desembolso é maior que a porcentagem do tempo decorrido)
Fórmula de cálculo	(% do total desembolsado pelos projetos aprovados pela Cofix / % do tempo decorrido do prazo original(base=100) no ano t)*100.
Índice de Referência	Maior de 2016 – 55%
Índice previsto para 2019	63%
Índice alcançado em 2017	60,75%

Fonte: Seain

Indicador	Número de Avaliações Executivas concluídas
Descrição	Mede a eficácia quanto à elaboração das Avaliações Executivas.
Fórmula de cálculo	Somatório do número de Avaliações Executivas realizadas.
Índice de Referência	Agosto 2016 - 6
Índice previsto para 2017	6
Índice alcançado em 2017	6

Fonte: Seplan

Obs: as avaliações executivas referem-se à análise de políticas públicas do Governo Federal voltadas ao desenvolvimento econômico e social.

Indicador	Tempo médio de respostas do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)
Descrição	Mede a eficiência na prestação de informações ao cidadão.
Fórmula de cálculo	Média aritmética de dias transcorridos entre a data de abertura e a data de resposta de todos os pedidos de informação via SIC.
Índice de Referência	Maior 2016 – 12 dias
Índice previsto para 2019	10 dias
Índice alcançado em 2017	10,92 dias

Fonte: SPO

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das Estruturas de Governança

As instâncias que compõem a estrutura de Governança da UPC podem ser vistas essencialmente sob dois enfoques: decisões colegiadas, as quais se materializam a partir de reuniões regulares realizadas entre os dirigentes de cada unidade, diretores, coordenadores-gerais e demais membros de equipe, conforme a abrangência e repercussão dos temas deliberados; e comissões formais, mediante a participação em conselhos, comissões e comitês que têm como objetivo o aprimoramento das suas capacidades institucionais, conforme seguem de forma exemplificativa.

A UPC, mediante atuação da SGP, coordena o Fórum de Gestão de Pessoas da Administração Pública Federal, composto pelos órgãos e entidades integrantes do Sipec, visando articular e promover o compartilhamento de conhecimento e experiências em gestão de pessoas, para o aperfeiçoamento da gestão pública.

No âmbito das empresas estatais, a Sest atua sobre as seguintes áreas: Política salarial e benefícios, Previdência complementar, Orçamento e TI, Governança Corporativa, Avaliação de empresas e Gestão da Informação e Projetos Estratégicos (desestatização, reestruturação, fusão, incorporação, cisão e liquidação de empresas estatais federais).

As instâncias que compõem a estrutura de Governança da SOF podem ser vistas sob dois enfoques: comissões formais e decisões colegiadas. Dentre as comissões, estão formalmente designadas a Comissão de Gestão da Informação (CGI), colegiado de caráter deliberativo responsável pela normatização e supervisão da gestão da informação no âmbito da Secretaria, criada por meio da Portaria nº 3, de 23 de janeiro de 2007; o Comitê de Liderança do Planejamento Estratégico, instância consultiva e deliberativa instituída pela Portaria nº 51, de 7 de junho de 2010; e a Comissão de Gestão de Pessoas (CGP), instância deliberativa em assuntos relacionados à Gestão de Pessoas na Secretaria, criada por meio da Portaria nº 99, de 16 de agosto de 2010.

No tocante aos assuntos relacionados à infraestrutura, a UPC atua, por meio da SDI, sobre as seguintes áreas: Infraestrutura Social e Urbana, Infraestrutura Logística, Energia, Projetos Especiais e Relações com os Financiadores. Atua, também, na estrutura de governança do PAC. Nesse sentido, no que se refere aos empreendimentos do PAC, as salas de situação servem como estruturas constituídas por grupo de servidores indicados para acompanhar as ações de cada setor, coordenadas pela SDI, realizam o acompanhamento de cronogramas físico e financeiro para assegurar prazos e resultados, gerenciar restrições que possam afetar o desempenho do programa e induzir melhorias nas políticas públicas. Tais salas podem ser consideradas instâncias mistas de governança, já que são compostas por agentes internos (responsáveis pelo processo de monitoramento e coordenação das salas de situação) e externos (responsáveis pela atualização de dados e partícipes do processo de identificação e gerenciamento de restrições).

Externamente, há duas instâncias de governança, definidas no Decreto nº 6.025, de 2007, que instituiu o PAC:

- CGPAC: Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento, instância responsável pelo acompanhamento e supervisão do PAC, com o objetivo de coordenar as ações necessárias à sua implementação e execução, composto pelos Ministros do MP, que o coordena, da Fazenda e da Casa Civil da Presidência da República.
- Gepac: Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento, vinculado ao

CGPAC, com o objetivo de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PAC, sendo integrado por representantes da SDI, da SOF e da Seplan (estes do MP), Subchefia de Articulação e Monitoramento (SAM) da Casa Civil da Presidência da República, da STN e da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), ambas do Ministério da Fazenda. O Gepac atua como instância intermediária entre as salas de situação e o CGPAC, definindo e redefinindo, a partir dos diagnósticos levantados, metas e prioridades de intervenção para empreendimentos ou carteiras.

No âmbito da Seplan, a UPC tem formalmente instituída a Comissão de Gestão de Pessoas (CGP), instância deliberativa em assuntos relacionados à administração do quadro de servidores da Secretaria, conforme a Portaria Seplan nº 1, de 25 de janeiro de 2017, com suas alterações posteriores. A CGP/Seplan é lócus institucional relevante para a supervisão da Carreira de Planejamento e Orçamento, atribuição desempenhada pela Seplan em articulação com a SOF.

Na Seain, as estruturas de governança são o Comitê Interministerial de Política para Organismos Internacionais (Cipoi) e o Comitê de Financiamentos Externos (Cofix).

3.2 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Ao final de 2017, encontravam-se alocados na Corregedoria quatorze servidores, além do seu Chefe. Tal quantitativo, embora tenha aumentado de forma significativa, ainda é insuficiente para o adequado desempenho de suas atribuições regimentais e institucionais, que só vem aumentando ao longo dos anos.

Foram treinados onze servidores da Corregedoria para atuar em Processos Administrativos de Responsabilização de Pessoas Jurídicas. Mesmo assim, ou seja, mesmo com o treinamento regular de servidores deste Ministério, a Corregedoria vem encontrando enorme dificuldade para constituir as comissões disciplinares e dar prosseguimentos às respectivas apurações. Isto porque tais servidores nunca se dedicaram aos trabalhos da Corregedoria com exclusividade e por tempo integral, pois, apesar de todo esforço e acompanhamento, tais servidores quase sempre priorizam atividades concernentes à unidade de origem, relevando para o segundo plano os trabalhos das comissões disciplinares.

De fato, esse tem sido o grande desafio da atualidade, a arregimentação de mais servidores para trabalhar na Corregedoria, mais qualificados e em regime de dedicação exclusiva, em especial para compor as comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar. No final de 2017, a Corregedoria mudou do Bloco C para o 6º Andar do Bloco K da Esplanada dos Ministérios, com aumento do espaço físico e da estrutura logística, destacando-se a instalação de duas salas para realização das audiências devidamente equipadas para oitivas de testemunhas e interrogatórios por meio de vídeo conferência.

Muitas mudanças e avanços ocorreram ao longo dos anos, mas ainda existe realmente muita coisa a se fazer no sentido do aprimoramento da gestão dos procedimentos correicionais e disciplinares no âmbito desta Pasta, em especial no que tange à efetiva e completa estruturação da Corregedoria e a alocação de quantitativo maior de servidores na Unidade.

3.3 Gestão de Riscos e Controles Internos

Desde a publicação da Portaria nº 150, de 4 de maio de 2016, que instituiu o Programa de Integridade no âmbito desta Pasta, o Ministério do Planejamento vem envidando esforços para

melhorar a gestão de riscos na governança pública com a incorporação de boas práticas e ações preventivas. A Portaria nº 426, de 30 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a instituição da Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles da Gestão do MP (PGIRC) tornou-se referência no tema e tem auxiliado outros órgãos da administração pública a instituírem suas políticas, conforme determinado pela IN nº 1 - MP/CGU, de 10 de maio de 2016.

Em decorrência da publicação da PGIRC e para conduzir os trabalhos de gestão de riscos em todas as secretarias do MP, foram criadas as instâncias de supervisão previstas na política, conforme mencionadas a seguir:

- UIRC: Unidade de Integridade, Riscos e Controles: instituída no âmbito de cada secretaria, tem como principal objetivo conduzir a gestão de riscos de seus processos para assegurar o cumprimento dos seus objetivos estratégicos.
- NIRC: Núcleo de Integridade, Riscos e Controles: situado no nível tático e vinculado à AECI, atua como facilitador para a implantação da gestão de riscos e possui atribuições de elaborar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos de gestão de integridade, riscos e controles, além de prestar orientações técnicas às UIRCs.
- SIRC: Subcomitê de Integridade, Riscos e Controles: instituído por meio da Portaria nº 243, de 20 de julho de 2017, e situado no nível estratégico é composto por membros indicados pelos dirigentes titulares dos órgãos do MP. Dentre suas atribuições: propor políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos de comunicação e monitoramento para a gestão de integridade, riscos e controles ao Comitê de Gestão Estratégica (CGE) e auxiliar no funcionamento das instâncias de supervisão, observando as estratégias aprovadas pelo CGE. Ressalta-se que na 1ª Reunião, realizada em agosto de 2017, foram aprovados os seguintes documentos: o Regimento interno do SIRC, o Método de Priorização de Processos (MPP) e a Metodologia de Gerenciamento de Riscos a ser utilizada.

Outro normativo editado nesse ano, devido à disposição do inciso IX do art. 8º do Anexo I do Decreto 9.035, de 20 de abril de 2017, refere-se à Portaria nº 262, de 9 de agosto de 2017, que disciplina o processamento das demandas recebidas dos órgãos de controle no âmbito do MP. Antes da publicação daquela Portaria, nem todas as demandas eram encaminhadas para acompanhamento da Assessoria, o que aumentava o risco de não monitoramento por parte da AECI.

O projeto de gestão de riscos, conduzido pela AECI, por meio de reuniões semanais com representantes das UIRCs e responsáveis pelos processos a serem trabalhados, teve a participação do Escritório de Processos da então Diretoria de Planejamento e Gestão (Dipla/SE, atualmente SPO), pois algumas áreas não tinham seu processo relevante mapeado, sendo condição necessária para a identificação de riscos nesse momento.

Além de conduzir as reuniões semanais, esforços foram direcionados para a conclusão do sistema de gestão de riscos, desenvolvimento do monitoramento a ser realizado pelas instâncias de supervisão, desenvolvimento da metodologia de riscos estratégicos e para a disseminação da PGIRC a outros órgãos, por meio de apresentações e treinamentos sobre o tema.

Ademais, cabe salientar que, por meio da aplicação do Método de Priorização de Processos (MPP) e por entendimento do dirigente da unidade, foram definidos os processos que passarão a ter seus riscos gerenciados por meio da metodologia do MP até dezembro de 2018.

Ainda no que se refere à gestão de riscos, a pedido da Secretaria-Executiva e da Seain, esta Assessoria realizou uma análise com o intuito de identificar e avaliar preliminarmente os riscos envolvidos no funcionamento do Comitê Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva-CBC-Fundo (instância deliberativa colegiada, que funciona como mecanismo de cooperação para a avaliação e a classificação de projetos a serem desenvolvidos na República Federativa do Brasil), instituído em 30 de maio de 2017 pelo Decreto 9.063, de 2017.

No que se refere ao Código de Ética do MP, foi publicada a Portaria nº 382, de 6 de dezembro de 2016, que tem a finalidade de orientar os agentes públicos sobre as normas gerais de conduta que deverão ser observadas no âmbito do Ministério, visando: (i) fortalecer a imagem institucional; (ii) criar ambiente adequado ao convívio social; (iii) promover a prática e a conscientização de princípios de conduta; (iv) instituir instrumento referencial de apoio à decisão ética cotidiana; e (v) fortalecer o caráter ético.

A criação da Ouvidoria - integrada ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (E-OUV) ocorreu em dezembro. Assim, em canal único, servidores e cidadãos podem efetuar manifestações para o órgão também nesta página.

Sobre a comunicação, para assegurar que as ações desenvolvidas pelo Programa de Integridade sejam implementadas de forma apropriada ao longo do tempo, foi reiterado o Plano de Comunicação em parceria com a Ascom no que se refere à Campanha “Não é Legal”, iniciada no 2º semestre de 2016 e continuada em 2017, que destaca, de forma ilustrativa, práticas incompatíveis com o Código de Conduta do Ministério. Dentre as peças criadas e divulgadas por meio de cartazes nos elevadores, e-mails marketing, intranet e *Facebook* estão as disponíveis a seguir.

Programa Não é Legal



Fonte: AECI/MP

Outra campanha que teve continuidade em parceria com a Ascom refere-se aos vídeos do “Ligado no Controle”, que abordam diversos temas relacionados ao Programa de Integridade, desde as várias faces do Controle Interno da Gestão até a implantação da PGIRC, contribuindo para a compreensão do cidadão acerca do tema e auxiliando os órgãos a implementar a IN 01 MP/CGU de forma mais efetiva. Os vídeos foram publicados no *Facebook*, na intranet e no canal do MP no *Youtube*. Também podem ser acessados no sitio do MP, por meio do link: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/controle-interno/controle-interno-da-gestao>.

Figura – Projeto Ligado no Controle



Fonte: AECI/MP

Quanto ao monitoramento, foi iniciado o desenvolvimento do Plano de Monitoramento do Programa de Integridade com a criação de Indicadores de Riscos e de desempenho em cada unidade com o objetivo de verificar a efetividade da sua implantação que permitirá:

- Identificação de pontos falhos, correções e aprimoramentos;
- Tempestividade nas respostas a novos riscos e na remediação de danos gerados;
- Pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas;
- Aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate a ocorrência de atos lesivos; e
- Proporciona a aplicação de medidas disciplinares em caso de violação do programa.

Como parte do Plano de monitoramento, em um contrato firmado com a UnB, foi desenvolvido um painel em *QlikView* para monitorar o andamento da gestão de riscos nas secretarias, o qual permitirá um acompanhamento mais apurado dos eventos identificados que possam afetar negativamente os objetivos estratégicos do Ministério.

Outra atividade de destaque realizada pela AECI foi a divulgação da metodologia para a implantação da PGIRC por meio de capacitações para os demais órgãos da administração federal, conforme destaca-se a seguir:

Órgão	Data	Título	Carga Horária	Público aproximado
MMA	16 a 18/05	Implementando a GR na administração pública	12hs	49
Correios, Dataprev, MDIC	17 a 19/10	Implementando a GR na administração pública	12hs	51
FNDE	16 a 18/09	Implementando a GR na administração pública	12hs	48
Diversos - Enap	abr/17	Implementando a GR na administração pública	20hs	30
Diversos - Enap	jun/17	Implementando a GR na administração pública	20hs	30
Diversos - Enap	ago/17	Implementando a GR na administração pública	20hs	30
Diversos - Enap	nov/17	Implementando a GR na administração pública	20hs	40
Total				278

Fonte: AECI/MP

No âmbito federal, foi instituída uma rede de relacionamento entre diversos órgãos e instituições públicas: Rede de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão (Rede GIRC), coordenada pela AECI/MP, em parceria com o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU), no endereço eletrônico: <https://onda.byyou.com>, com a gestão administrativa da Dataprev.

A Rede GIRC é um dos resultados práticos da IN MP/CGU nº 1, de 2016, na qual instituiu procedimentos para prever riscos e proteger a integridade das instituições e a segurança dos recursos públicos.

Ao final do ano de 2017, a Rede GIRC já constava com mais de 70 órgãos e instituições públicas, tais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Central do Brasil, Serpro, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), Agência Nacional de Saúde, dentre outros.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

As informações constantes dos quadros Força de Trabalho da UPC, Distribuição da Lotação Efetiva, Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC e Despesas do pessoal, abrangem os servidores lotados nas unidades que não apresentarão relatório individualizado no âmbito do MP. São elas: Gabinete do Ministro, Consultoria Jurídica, Assessoria Especial de Controle Interno, Secretaria-Executiva, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura, Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos e Secretaria de Gestão de Pessoas.

Quadro 4.1.1.1 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	1.564	166	61
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	1	1	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	1.563	165	61
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	843	99	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	34	14	8
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	2	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	288	40	35
1.2.5. Anistiados	-	22	-	3
1.2.6. Compor Força de Trabalho	-	374	12	5
2. Servidores com Contratos Temporários	-	54	13	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	173	19	10
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	1.791	198	71

Fonte: Sistema Integrado de Recursos Humanos (Siape)

Quadro 4.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	411	1152
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5+1.1.6)	411	1152
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	264	579
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	31	3
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	2
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	68	220
1.1.5. Anistiados	11	11
1.1.6. Compor Força de Trabalho	37	337
2. Servidores com Contratos Temporários	-	54
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	76	97
4. Total de Servidores (1+2+3)	487	1303

Fonte: Siape

Obs: foram consideradas “área meio”, as Assessorias ligadas diretamente ao GM (Conjur e AECI) e a Secretaria-Executiva. O Gabinete do Ministro e as demais Secretarias foram considerados área fim.

Quadro 4.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	666	585	113	65
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	1	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	665	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	260	37	19
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	20	9	5
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	130	32	27
1.2.4. Sem Vínculo	-	172	34	13
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
1.2.6. Compor Força de Trabalho	-	1	-	-
1.2.7. Servidores de carreira em exercício provisório	-	1	-	-
2. Funções Gratificadas	43	42	19	18
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	25	18	15
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	5	1	3
2.4. Compor Força de Trabalho	-	12	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	709	627	132	83

Fonte: Siape e Decreto nº 9.035, de 2017, alterado pelos Decretos nº 9.163, de 2017 e nº 9.232, de 2017.

Os: as Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal (FCPE), foram contabilizadas conjuntamente com as do Grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS). Os servidores aposentados pela Administração Pública que venham a ocupar cargo DAS são lançados no sistema Siape como "sem vínculo", o que impossibilita o detalhamento da informação.

Análise Crítica

Os quantitativos de ingressos e egressos ocorreram em função das alterações do Decreto nº 9.035/2017, bem como para o devido alinhamento das diretrizes políticas e administrativas do Ministério.

4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 4.1.2 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciári os	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	128.806,87	122,60	18.560,82	4.891,63	4.122,00	0,00	0,00	0,00	0,00	156.503,92
	2016	96.635,46	0,00	10.311,57	41.246,27	198.477,03	0,00	0,00	0,00	0,00	346.670,33
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	150.659.540,15	8.701.171,17	47.692.744,63	5.225.050,27	7.181.159,64	1.798.923,65	-34.018,68	86.955,35	180.882,46	221.492.408,64
	2016	141.022.891,05	4.141.810,28	46.322.541,88	4.728.897,99	7.595.768,05	1.901.717,79	-18.706,49	279.100,31	171.739,21	206.145.760,07
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	3.938.883,57	4.280.301,34	5.476.577,26	384.548,75	472.267,09	58.623,00	-16.772,56	5.187,39	0,00	14.599.615,84
	2016	5.070.554,19	1.722.020,11	4.796.846,31	386.114,76	460.839,07	64.306,32	-21.421,34	52.766,35	0,00	12.532.025,77
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	9.334.299,74	166.239,48	808.168,09	380.868,66	1.365.799,37	189.223,91	-1.076,44	12.452,40	0,00	12.255.975,21
	2016	8.631.110,43	181.169,58	765.467,37	514.239,37	1.510.268,62	210.598,45	-1.996,14	11.329,59	0,00	11.822.187,27
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	28.697.614,71	1.703,62	7.331.859,58	986.166,95	1.112.322,12	395.272,46	-28.751,97	7.588,64	240.672,08	38.744.448,19
	2016	22.276.138,43	3.771,71	6.769.722,74	690.670,44	1.050.076,96	387.422,80	-23.091,53	31.624,19	229.636,48	31.415.972,22
Servidores cedidos sem ônus											
Exercícios	2017	8.811.443,86	0,00	1.056.149,65	229.423,05	185.010,00	82.116,64	0,00	8.035,13	13.119,12	10.385.297,45
	2016	13.495.561,30	0,00	1.495.345,22	330.927,03	340.394,15	144.023,33	0,00	17.333,40	14.616,46	15.838.200,89
Servidores ANISTIADOS											
Exercícios	2017	-170,25	0,00	0,00	1.702,52	567,51	1.645,08	0,00	0,00	0,00	3.744,86
	2016	37.368,72	0,00	2.968,00	1.681,42	0,00	1.868,24	0,00	0,00	0,00	43.886,38
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	4.029.505,10	0,00	322.313,31	99.886,08	316.608,04	0,00	-2.344,06	0,00	0,00	4.765.968,47
	2016	3.592.352,16	0,00	307.838,30	89.748,32	293.086,97	0,00	0,00	0,00	0,00	4.283.025,75
Servidores para compor força de trabalho											
Exercícios	2017	17.768,88	512.693,16	229.313,89	21.012,09	2.950,75	0,00	-549,60	1.063,37	0,00	784.252,54
	2016	48.310,33	483.521,41	227.333,79	25.838,45	702,40	981,32	0,00	0,00	0,00	786.687,70

Fonte: Relatório de Gestão 2016 e Siape.

4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ao final de 2017 contava com um quadro de pessoal composto por 4.561 servidores ocupantes de cargo efetivo. Aproximadamente 47% (quarenta e sete por cento) deste total encontram-se em exercício fora do Órgão, seja por cessão ou em exercício descentralizado. Essa realidade ocorre, entre outras razões, por existirem carreiras típicas de Estado e outras carreiras e cargos que também atuam em exercício descentralizado, compondo a força de trabalho de outros Órgãos.

A força de trabalho efetiva do Ministério no final de 2017, contava com 3.518 servidores, sendo 2.140 de cargo efetivo do quadro de pessoal do MP, 1.007 de outros órgãos da Administração Pública, 309 sem vínculos ocupantes de cargos comissionados e 62 contratados temporários. Desta força de trabalho, 270 servidores encontravam-se afastados de suas funções.

No exercício de 2017, foram concedidas 135 aposentadorias, um acréscimo de mais de 42% em relação ao ano de 2016.

Verificou-se que houve um índice elevado de egressos de servidores, superando o quantitativo de ingressos, o que impacta diretamente no desenvolvimento das atividades deste órgão, uma vez que a força de trabalho se encontra deficitária.

O quadro de pessoal do MP conta com 4.561 servidores, dos quais, 26%, equivalente a 1.207 servidores, já possuem ao menos um dos requisitos para se aposentar, ou seja, mais de 60 anos ou abono permanência.

4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Política de Contratação de Estagiários

O Ministério norteia sua política de contratação de estagiários por meio de metodologia de trabalho para a identificação do perfil necessário dos estudantes de acordo com as atribuições regimentais (competências institucionais) de suas unidades administrativas, na seleção criteriosa por parte dos supervisores e orientadores do estágio e no acompanhamento do desempenho das atividades.

A NO/SPO nº 7, de 28 de dezembro de 2010 estabelece os critérios e os procedimentos para a aceitação de estudantes na condição de estagiários e as condições para a aprendizagem profissional.

O Ministério possui contrato em âmbito nacional com prestação de serviços de agente de integração, na perspectiva de subsidiar as necessidades relacionadas ao preenchimento de oportunidades de estágio de estudantes em todos os estados da federação. A parceria contratual vem obtendo êxito diante a qualidade dos serviços apresentados, pela economia processual e pelo ganho de escala no atendimento aos estudantes e às instituições de ensino.

Entretanto, considerando a rigorosa restrição financeira e orçamentária deste exercício, além de corte significativo no limite de movimentação e de empenho, da contenção das despesas, novas contratações em âmbito nacional ficaram restritas, ressalvadas as excepcionalidades autorizadas pela autoridade competente. A seguir, apresenta-se quadro sinótico, contendo o quantitativo de estagiários por nível de escolaridade, pela despesa gerada no exercício de 2017:

Quadro 4.1.4 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: CGDAP/SAA – ASCOM – SOF - FUNPRESP						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Estagiários - Prestação de serviços de Agente de Integração, visando à continuidade do Programa de Aceitação de Estagiários na Administração Pública, para atender às necessidades da Contratante, relacionadas ao preenchimento de oportunidades de estágio de estudantes.	61.600.839/0001-55	11/01/2013	10/03/2018	Médio e Superior	Ativo
2015	Locação de Veículos com Motorista	00.691.905/0001-55	23/11/2015	22/11/2020	Médio	Ativo
2015	Ascensorista	15.351.310/0001-28	13/04/2015	12/04/2020	Médio	Ativo
2014	Consultores	01.097.636/0001-66	14/04/2014	13/04/2019	Médio e Superior	Ativo
2013	Manutenção Centrais Telefônicas	08.220.952/0001-22	03/06/2013	02/06/2018	Médio e Superior	Ativo
2015	Brigadista	37.077.716/0001-05	15/06/2015	14/06/2020	Médio e Superior	Ativo
2013	Manutenção Ar Condicionado Bloco (K)	01.493.280/0001-80	29/06/2013	28/06/2018	Médio e Superior	Ativo
2016	Motorista	12.778.433/0001-51	30/06/2016	29/06/2021	Médio	Ativo
2017	Recepção	90.169.285/0001-81	03/07/2017	02/07/2022	Médio	Ativo
2015	Lavagem (Veículos)	72.620.735/0001-29	09/07/2015	08/07/2020	Médio	Ativo
2013	Manutenção (Predial)	08.220.952/0001-22	08/07/2013	08/07/2018	Médio e Superior	Ativo
2016	Limpeza	38.054.508/0001-45	01/08/2016	31/07/2021	Médio	Ativo
2016	Manutenção (Equipamentos de Áudio e Vídeo)	38.036.000/0001-14	30/08/2016	29/08/2021	Médio	Ativo
2016	Carregadores	06.091.637/0001-17	03/09/2013	02/09/2018	Médio	Ativo
2014	Vigilância	09.267.406/0001-00	01/10/2014	30/09/2018	Médio	Ativo
2017	Manutenção Ar Condicionado Bloco (SOF)	01.493.280/0001-80	20/10/2017	19/10/2022	Médio e Superior	Ativo
2015	Copeiragem	06.091.637/0001-17	05/11/2015	04/11/2020	Médio	Ativo
2017	Telefonista	09.370.244/0001-30	07/11/2017	06/11/2022	Médio	Ativo
2017	Manutenção (Rede Física Horizontal e Vertical Telefonia)	06.091.637/0001-17	19/11/2017	18/11/2022	Médio e Superior	Ativo
2016	Secretariado	08.414.767/0001-79	16/12/2016	15/12/2021	Médio	Ativo
2018	Manutenção Ar Condicionado Bloco (Bloco C)	01.493.280/0001-80	01/01/2018	31/12/2023	Médio e Superior	Ativo
2017	Auxiliar Administrativo	08.247.960/0001-62	02/01/2017	01/01/2022	Médio	Ativo

Fonte: Siasg

4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

4.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A gestão patrimonial dos imóveis pertencentes ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, cadastrados na UG 201004, passou a ser executada pela Divisão de Material e Patrimônio da Coordenação de Administração de Material e Patrimônio, da SAA, conforme determina a Portaria nº 213/SPOA de 25 de maio de 2012, conforme demonstração a seguir:

UG	RIP	Distribuição Geográfica	Valor do Imóvel	
			Valor Histórico (R\$)	Data da Avaliação
201004	6001.02470.500-5	Avenida Presidente Antônio Carlos, 375, RJ (1)	256.969.462,93	06/12/2015
201004	6001.01951.500-7	Avenida Brasil, 441, Antigo nº 379, São Cristóvão, RJ (2)	3.779.840,87	16/02/2016
201004	9701.24347.500-6	SIG/SUL Quadra 08, lotes 2306 e 2316, DF	1.517.616,10	16/02/2016
201004	9701.24345.500-5	SEPN Quadra 516, Bloco D, lote 08, Asa Norte, DF	21.639.767,47	16/02/2016
201004	9701.24351.500-8	SGMN Bloco E Via N3 C, SUCAD, DF	5.444.411,61	13/04/2015
201004	9701.24349.500-7	SGON, Quadra 05, Lotes 19 a 22, Asa Norte, DF	8.964.357,43	16/02/2016
201004	9701.24341.500-3	Esplanada dos Ministérios Bloco C, lote 07, Asa Sul, DF	41.085.356,62	16/02/2016
201004	9701.17404.500-1	Esplanada dos Ministérios Bloco O, lote 04, Plano Piloto, Asa Norte, DF	27.024.704,35	06/04/2015
201004	9701.24343.500-4	Esplanada dos Ministérios Bloco K, número 16, Asa Norte, DF	34.686.956,62	13/04/2015

Fonte: Spiunet –27/02/2018.

Observações:

(1) Faz-se necessária a transferência do imóvel de RIP 6001.02470.500-5, situado no Rio de Janeiro (RJ), de uso específico do Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão da Folha de Pagamento (Depex/SGP), uma vez que a Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) não faz utilização do presente imóvel e que atualmente está sob sua responsabilidade.

(2) Não obstante o imóvel de RIP 6001.01951.500-7 constar da responsabilidade da UG 201004, o referido imóvel já foi devolvido à SPU/RJ pelo Depex/SGP, sob autos número SEI 05586.003491/2016-04. Sua regularização de titularidade está sendo providenciada no Sistema Spiunet.

Em relação à cessão de espaço físico para terceiros em imóvel da União nos imóveis sob responsabilidade desta UPC, informa-se o que segue:

1) Banco do Brasil SA

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.24341.500-3 (BLOCO C) 9701.243343.500-4 (BLOCO K)
	Endereço	Esplanada dos Ministérios, Bloco C Esplanada dos Ministérios, Bloco K
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000.0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil SA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Bloco C - Inexigibilidade de Licitação Nº 18/2012 Bloco K - Inexigibilidade de Licitação Nº 43/2017
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de Posto de Atendimento Eletrônico e de Posto de Atendimento Bancário
	Prazo da Cessão	15/5/2017 28/2/2022
	Caracterização do espaço cedido	Bloco C - ÁREA DE 36,46 M ² Bloco O K - ÁREA DE 139,96 M ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor mensal a título de retribuição pela área cedida Bloco C - R\$ 1.038,38 Bloco K - R\$ 7.104,36
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O rateio das despesas refere-se ao consumo de energia elétrica correspondente à fração da área ocupada, cujo percentual para o cálculo do rateio é: Bloco C - 0,2106% das despesas totais da área total do prédio Bloco K - 0,8027% das despesas totais da área total do prédio.

Fonte: SAA/MP

2) Caixa Econômica Federal

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.24341.500-3 (Bloco C) 9701.24345.500-5 (SOF) 9701.243343.500-4 (Bloco K)
	Endereço	Esplanada dos Ministérios, Bloco C Esplanada dos Ministérios, Bloco K Quadra 516, Bloco D, Lote 08
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de Licitação Nº 1/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de Posto de Atendimento Eletrônico e de Posto de Atendimento Bancário
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Bloco C - 216,41 M ² Bloco K - 2,10 M ² SOF - 2,10 M ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor mensal a título de retribuição pela área cedida Bloco C - R\$ 4.108,44/MÊS Bloco K - R\$ 33,65/MÊS SOF - R\$ 37,42/MÊS
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O rateio das despesas refere-se ao consumo de energia elétrica correspondente à fração da área ocupada, cujo percentual para o cálculo do rateio é: Bloco C - 1,2500% da área total da edificação Bloco K - 0,0121% da área total da edificação SOF - 0,0216% da área total da edificação

Fonte: SAA/MP

3) MR Alimentos Ltda

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.243343.500-4
	Endereço	Esplanada dos Ministérios, Bloco K
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.530.859/0001-51
	Nome ou Razão Social	MR Alimentos LTDA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato Administrativo Nº 58/2017
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração de serviços de restaurante
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do espaço cedido	567,95 m ²
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de despesas, já que os estabelecimentos possuem medição própria (água e energia elétrica)

Fonte: SAA/MP

4) MR Alimentos Ltda

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.24341.500-3
	Endereço	Esplanada dos Ministérios, Bloco C
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.530.859/0001-51
	Nome ou Razão Social	MR Alimentos Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato Administrativo nº 77/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de posto de atendimento eletrônico e de posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do espaço cedido	557,37 M ²
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de despesas, já que os estabelecimentos possuem medição própria (água e energia elétrica)

Fonte: SAA/MP

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

4.3.1 Principais Sistemas de Informações

Sistemas Estruturantes	
Siop	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
Sigepe	Sistema de Gestão de Pessoas
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
Siconv	Sistema de Convênios
Siasg	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
Sispac	Sistema do Programa de Aceleração do Crescimento
governoeletronico.gov.br	Portal do Programa de Governo Eletrônico
servicos.gov.br	Portal de Serviços do Governo Federal
Siest	Sistema de Informação das Estatais
Siapa	Sistema Integrado de Administração Patrimonial
Sispes	Sistema Esplanada Sustentável
Sistemas Corporativos	
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
Softwares Públicos	
SPB	Portal do Software Público Brasileiro
Sistemas Departamentais	
SIGS-Seain	Sistema de Gerenciamento Integrado da SEAIN

Fonte: Setic

4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

No uso da atribuição que lhe confere o art. 7º do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, a antiga Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI/SE) definiu uma equipe de Coordenação do Petic, coordenando o Grupo de Trabalho para a elaboração deste instrumento estratégico. Esse Grupo foi instituído por representantes de todas as áreas do MP, por meio da Portaria nº 1-DTI de 28 de junho de 2016.

O Petic foi elaborado com o intuito de assegurar que os objetivos e metas da TIC do MP fossem alinhados aos objetivos e metas organizacionais do Planejamento Estratégico Institucional. A partir da publicação deste plano, a equipe de governança da DTI, em conjunto com todas as áreas do MP, elaborou o PDTIC – 2017 a 2019.

O plano foi alinhado ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (Petic/MP), ao Plano Estratégico Institucional, ao Plano Plurianual e à Estratégia de Governança Digital. Com esse alinhamento à estratégia da organização, assegura-se que os esforços em investimentos e custeios em TI visem alcançar os objetivos estratégicos da organização.

Em abril de 2017, ocorreu a fusão da DTI com a STI, por meio do Decreto nº 9.035/2017, resultando na Setic.

4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

4.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

São adotados critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, desde que não inviabilize a contratação ou restrinja a competitividade. Na medida do possível, são incluídos critérios de sustentabilidade nas licitações realizadas pela Coordenação-geral de Aquisições (CGEAQ/SAA), a exemplo da exigência de registro em órgãos fiscalizadores e observância a Normas, Decretos e Leis, bem como à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Anvisa e Inmetro.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de Acesso do Cidadão

As Unidades do MP integram o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do Ministério, que fornece ao cidadão um canal para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e informações. O *site* do Ministério também traz, na página de cada Unidade, a relação dos principais contatos institucionais. Além disso, as Unidades possuem canais para acesso do cidadão, conforme o tema, mencionados a seguir.

A Sest disponibiliza informações de interesse público em transparência ativa na página da Secretaria no *site* do MP, no endereço eletrônico: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/>.

Com relação aos assuntos orçamentários, as solicitações de informações podem ser feitas, por meio dos seguintes canais:

- Orçamento Federal em Formato Aberto (RDF)
https://www1.siop.planejamento.gov.br/siopdoc/doku.php/acesso_publico:dados_abertos
- Acesso público às informações orçamentárias na página do Siop
<https://www1.siop.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico>
- Painel do Orçamento
https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true

Para os assuntos referentes à Gestão de Pessoas, os canais de acesso disponibilizados pela SGP são:

- Conlegis
Portal de pesquisa de legislação sobre recursos humanos no âmbito da APF direta, autárquica e fundacional - <https://conlegis.planejamento.gov.br> – onde estão disponíveis, entre outras, as seguintes normas: instrução normativa, portaria, portaria normativa, portaria interministerial, orientação normativa, ofício circular, nota técnica, nota informativa.
- Ouvidoria do Servidor
De outubro de 2003 a dezembro de 2017, a área de Gestão de Pessoas manteve a Ouvidoria do Servidor - www.ouvidoriadoservidor.gov.br - como canal de acesso ao cidadão e ao servidor público federal, de forma a promover registros de denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informação referentes a procedimentos e ações de agentes pertencentes aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. A Ouvidoria do Servidor foi substituída pela Ouvidoria, conforme Decreto nº 9.232, de 2017, vinculada à Secretaria-Executiva.
- Painel Estatístico de Pessoal (PEP)
Com o objetivo de melhorar a gestão dos recursos públicos, reduzir o tempo para o acesso às informações e disponibilizar os dados de forma moderna, simples e transparente, a SGP lançou o PEP - <https://pep.planejamento.gov.br/> - que concentra as informações estatísticas de pessoal do Poder Executivo Federal. A iniciativa apoia os gestores públicos, cidadãos e imprensa na realização de análise de dados de Despesas de Pessoal, Servidores, Remunerações, Ingressos por Concurso ou Processo Seletivo, Cargos e Funções e Aposentadorias. O PEP recebeu 39.000 acessos na página principal durante o exercício.

Para os assuntos referentes ao Plano Plurianual, a UPC possui o Núcleo de Atendimento sobre o PPA e sobre o Siop, na Seplan: e-mail seplan-ppa@planejamento.gov.br, telefone (61) 2020-4800.

A atuação da SDI na relação com a sociedade ocorre, fundamentalmente, por meio dos seguintes canais de acesso ao cidadão: o balanço semestral do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); os sites do PAC e do “Agora, é Avançar”; por meio da participação em processos de discussão e mediação sobre obras que possam causar impactos sociais mais sensíveis e, por fim, pelos aplicativos PAC, DesenvolveBR e Avançar.

Existe ainda, no site do PAC e do “Agora, é Avançar”, um canal de contato, por meio do qual o cidadão pode efetuar questionamentos ou solicitar informações acerca do Programa e das obras, obtendo respostas da equipe da SDI.

O Aplicativo Desenvolve Brasil, Programa pioneiro na governança digital, aprimora o monitoramento dos empreendimentos de infraestrutura no país, que contam com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Por meio do aplicativo, o cidadão pode acompanhar a evolução das obras nos estados e municípios.

A ferramenta amplia a participação da sociedade na gestão governamental e torna mais transparentes as ações do governo. Com o aplicativo é possível verificar informações como, situação, localização e investimentos previstos. Integrado às redes sociais, ele permite que o cidadão contribua com o envio de fotos, avaliações, comentários e compartilhamento das páginas dos empreendimentos. O lançamento do aplicativo inaugura uma vertente importante do governo federal que é a comunicação digital direta com o cidadão. Está disponível na versão Android e iOS.

No que se refere aos assuntos internacionais, existe a orientação de atender de forma tempestiva a todas as demandas que venham em caráter externo. Assim, é possível elencar:

- Reuniões com empresas e grupos interessados em apresentar pleitos e justificativas para alteração tarifária no âmbito do comércio exterior;
- Atendimento por telefone e por meio de reunião com outros Ministérios interessados em compreender a dinâmica para realizar o pagamento das contribuições aos organismos internacionais;
- Atendimento *on line* e por telefone, por parte da Assessoria do Gabinete, dos órgãos de outros entes federativos interessados em preencher a Carta Consulta, que é o formulário padrão requerido para solicitação de financiamento externo;
- Reunião com Prefeitos, Governadores e altos dirigentes de outros poderes, por parte do Gabinete e da SEAIN, para esclarecer e apresentar as dinâmicas dos pleitos de financiamento externo submetidos por estas autoridades;
- Fundo China: os projetos serão enviados por meio de Cartas-Consulta. O proponente apresentará a Carta-Consulta para a Secretaria-Executiva do Fundo, de acordo com os requisitos apresentados no Manual Operacional. O Grupo Técnico avaliará as Cartas-Consulta e apresentará uma proposta de classificação das mesmas ao Comitê Diretivo para decisão final.

O proponente deverá acessar o link <http://www.sigs.planejamento.gov.br/sigs/fbc/> e seguir as orientações do manual para o preenchimento das informações iniciais e solicitação de senha. As informações são analisadas pela equipe da Seain e se estiver tudo correto a senha é enviada para a pessoa responsável que deverá preencher a Carta-Consulta com as informações sobre o projeto.

5.2 Carta de Serviços ao Usuário

A Carta de Serviço é um instrumento de gestão pública, que contém informações sobre os serviços públicos prestados de forma direta ou indireta pelos órgãos e entidades da administração pública. Ela contempla as formas de acesso, padrões de qualidade e compromissos de atendimento aos usuários.

Dessa forma, o MP, por meio da Carta de Serviços, expõe os serviços disponíveis:

- Conferir autenticidade de certidões de imóveis da União
- Obter imóvel da União para uso da Administração Pública Federal e entidades sem fins lucrativos
- Rever área e valor de avaliação de imóvel da União
- Emitir Darf para pagamento de taxas sobre imóvel da União
- Obter informações financeiras de imóvel da União oriundo da RFFSA
- Alterar regime ou contrato de utilização de imóvel da União
- Obter isenção de pagamento de taxas sobre imóvel da União
- Recuperar uso de terreno da União
- Regularizar utilização de imóvel da União para fins privados
- Cancelar inscrição de ocupação de imóvel da União
- Cadastrar-se para participar de processo de compras públicas pelo sistema Comprasnet
- Obter autorização de obras em imóvel da União
- Reativar contrato de aforamento de imóvel da União
- Validar Certidão de Autorização para Transferência - CAT de imóvel da União
- Atualizar cadastro de ocupante de imóvel da União oriundo da RFFSA
- Consultar e emitir Darf de parcelamento de débitos sobre imóvel da União concedido até julho de 2009
- Compensar Créditos de Receita Patrimonial
- Transferir titular de imóvel da União
- Emitir certidões de imóveis administrados pela SPU
- Remeter plantas e valores de imóveis da União (exclusivo para Municípios)
- Consolidar propriedade de imóvel aforado
- Regularizar dívidas de imóvel da União oriundo da RFFSA
- Adquirir imóvel aforado da União por remição
- Obter permissão de uso para eventos em imóvel da União
- Revisar ou cancelar cobrança de taxas sobre imóvel da União
- Consultar histórico financeiro de imóvel da União
- Consultar dados cadastrais de imóvel da União
- Obter a gestão municipal de praias urbanas
- Consultar e emitir Darf de parcelamento de débitos sobre imóvel da União concedido a partir de 1º de agosto de 2017
- Obter declaração de domínio de imóvel da União
- Impugnar traçado de demarcação da SPU

Para cada um dos serviços, a Carta informa: a) o que é o serviço; b) quem pode utilizá-lo; c) etapas para a realização; d) canais de comunicação; e) legislação; f) outras informações pertinentes ao serviço.

A Carta de Serviços está disponível para consulta na página do Ministério, no endereço: https://servicos.gov.br/orgao/http-estruturaorganizational-dados-gov-br-id-unidade-organizational-2981?pk_campaign=busca

5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

No âmbito do processo orçamentário, para avaliar o grau de satisfação dos Cidadãos é feita a Pesquisa de opinião sobre o Orçamento Cidadão. Por sua vez, para avaliar a satisfação dos usuários dos serviços da SOF, tem-se as seguintes pesquisas:

- 1 Avaliação do processo de elaboração da proposta orçamentária (Avaliação do PLOA);
- 2 Avaliação do processo de elaboração da proposta de diretrizes orçamentárias (Avaliação do PLDO);
- 3 Avaliação do processo de alterações orçamentárias.

Todas as pesquisas são realizadas anualmente, imediatamente após a conclusão dos respectivos processos.

Para avaliar a qualidade dos eventos promovidos pela Sest, aplica-se questionário junto aos participantes a fim de colher informações, sugestões e opiniões. O questionário avalia a percepção sobre os temas abordados (atualidade e aplicabilidade, relevância dos conteúdos e atendimento dos objetivos propostos) e sobre a organização do evento (adequação da carga horária dos conteúdos debatidos, infraestrutura, e material de suporte ao evento). Em geral, as respostas indicam satisfação dos participantes com os eventos realizados pela Sest em 2017.

O Decreto 9.232, de 2017, transferiu as atividades da Ouvidoria do Servidor para a Ouvidoria-Geral do MP, vinculada à Secretaria-Executiva. Até a data da transferência, os canais da Ouvidoria do Servidor haviam recebido e tratado:

- Serviço de Informação ao Cidadão: 726 solicitações;
- Sisouvidor: 10.351 solicitações; e
- Alô Segep (órgãos e entidades do Sipec): 127.074 demandas.

5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade

Orçamento Cidadão

Com o objetivo de contribuir para a formação de uma sociedade melhor informada e mais participativa na gestão dos recursos públicos e de proporcionar melhor compreensão aos cidadãos do conteúdo do orçamento público da União, desde 2010, a SOF publica, anualmente, o Orçamento Cidadão.

O Orçamento Cidadão é elaborado a partir das informações contidas no PLOA, apresentando os valores globais do orçamento proposto e destacando seus principais projetos e áreas de atuação. O documento simplifica a linguagem técnica, aproximando-a do cotidiano da população e tem como objetivos manter a sociedade informada, estimular a participação na gestão dos recursos públicos e proporcionar melhor compreensão aos cidadãos do conteúdo do orçamento público da União. Para tanto, a revista apresenta, ainda, gráficos e tabelas para facilitar a compreensão dos dados orçamentários.

A última versão do Orçamento Cidadão pode ser acessada no endereço eletrônico: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamento-cidadao/apresentacao>.

Painel do Orçamento

Desenvolvido e implantado no segundo semestre de 2016, como uma extensão do Siop, o Painel do Orçamento Federal é uma ferramenta por meio da qual qualquer cidadão com acesso à Internet pode consultar os dados orçamentários e de execução da esfera federal desde 2000 até o exercício corrente, atualizado diariamente, com variedade de filtros e visões, tanto no formato de tabela quanto de gráficos, e com resultados facilmente exportáveis em formato de planilha.

A fim de facilitar o entendimento da linguagem orçamentária e das informações apresentadas, foi disponibilizado acesso tanto para o Manual *On Line* do Painel quanto para a versão mais atual do Manual Técnico do Orçamento (MTO) no próprio Painel do Orçamento Federal. O Painel foi desenvolvido utilizando a ferramenta *Qlikview* que, apesar de proprietária, não possui custo elevado para aquisição, vem sendo adotada por vários órgãos da Administração Federal. Mas seu principal diferencial é que se trata de uma ferramenta de fácil evolução pela equipe técnica, o que gera grande agilidade no atendimento de novas demandas dos usuários.

O painel traz como benefício a transparência de informações que antes eram disponibilizadas apenas por meio de relatórios estáticos em formato PDF, com pouca possibilidade de parametrização pelos usuários finais, ou acessíveis apenas a quem possuía acesso controlado por senha e restrito ao Siop.

Siop – Dados Abertos

O menu “Dados Abertos” do Siop apresenta o Orçamento Federal em formato aberto, ou seja, possibilita o acesso às informações sobre o orçamento em RDF (*Resource Description Framework*), um formato de dados digital, estruturado e legível por máquina.

Dessa forma, o Dados Abertos permite à sociedade lidar com o grande volume de informações do orçamento e extrair dele as informações de seu interesse de modo automático. Assim, é um local aberto para realizar consultas quaisquer sobre os orçamentos desde 2000.

Empresas Estatais

A Sest fornece para o Portal da Transparência a remuneração dos servidores públicos que ocupam cargo em Conselho de Administração e disponibiliza no sítio eletrônico do MP diversas informações referentes à sua atuação, estrutura, Resoluções da CGPAR, legislação pertinente, relatórios e outras publicações.

Nesse sítio, a Sest também disponibiliza acesso livre ao Boletim das Empresas Estatais Federais, a Revista Eletrônica das Empresas Estatais, ao livro anual “Perfil das Estatais”, as Portarias bimestrais de execução orçamentária das Empresas Estatais Federais, consulta ao Siest (dados desde 2002), com destaque para informações contábeis e cadastrais das empresas, Programa de Dispêndios Globais (PDG), Política de Aplicação das Instituições Financeiras e valores de endividamento. Essa consulta permite extrair dados no formato ‘xls’, ‘pdf’ ou ‘rtf’, facilitando inclusive, que esses dados sejam trabalhados pelo usuário.

Tais informações podem ser acessadas por meio do endereço eletrônico <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais>

Gestão de Pessoas

São disponibilizadas informações no site do Ministério, nos endereços: <http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/unidades/secretaria-de-gestao-de-pessoas> e <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orgaos-extintos>

Quanto ao Painel Estatístico de Pessoal (PEP) - <https://pep.planejamento.gov.br/> - a iniciativa apoia gestores públicos, cidadãos e imprensa na realização de análise de dados de despesas de pessoal, servidores, remunerações, Ingressos por Concurso ou Processo Seletivo, Cargos e Funções e Aposentadorias.

Concentra as informações estatísticas de pessoal do Poder Executivo Federal, possibilitando melhor gestão dos recursos públicos, reduzindo o tempo para o acesso às informações e disponibilizando os dados de forma moderna, simples, transparente e célere.

Desenvolvimento da Infraestrutura

O Balanço do PAC é um documento por meio do qual são apresentados os resultados do Programa. Em 2017, foram produzidos dois balanços: o 4º Balanço do PAC 2015-2018, divulgado em 24 de fevereiro de 2017; e o 5º Balanço do PAC 2015-2018, divulgado em 30 de agosto de 2017.

Desde 2015, os balanços tiveram alterações em sua estrutura, o que diferencia as últimas duas edições daquelas mais antigas. Os balanços apresentados referentes ao exercício de 2015 são compostos por uma apresentação; um resumo da execução financeira e orçamentária de todo o PAC, e das ações concluídas; além de outros três capítulos, dedicados a cada um dos eixos do Programa: Eixo Infraestrutura Logística, Eixo Infraestrutura Energética e o Eixo Infraestrutura Social e Urbana.

Os balanços são complementados por Cartilhas Regionais, que trazem detalhes sobre o PAC e sobre os investimentos realizados em cada estado e no Distrito Federal.

Também estão presentes, no sítio eletrônico do PAC e do “Agora é, Avançar”, a lista completa de obras dos Programas, mapa interativo com a geolocalização das obras, notícias sobre os programas, diversas apresentações, informações sobre medidas institucionais, legislação, vídeos e infográficos, entre outras informações.

Existe ainda uma ferramenta do Governo Federal chamada “Dados Abertos”, que pode ser acessada por meio do link <http://dados.gov.br/>, por meio da qual é disponibilizada toda a base de dados das obras do Programa.

Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Disponibilização de documentos oficiais no *site* do MP nos links principais:
<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja> e
<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/desenvolvimento>.

“PPA Cidadão” (<https://ppacidadao.planejamento.gov.br/sitioPPA/>): portal desenvolvido para veicular o PPA de forma amigável e intuitiva, organizando seus atributos, as informações do

Monitoramento Ano-Base 2016, além das agendas Transversais, Temáticas e ODS. Adicionalmente, é possível que o cidadão construa um recorte personalizado do PPA.

No “Portal Brasileiro de Dados Abertos” (<http://dados.gov.br/>), estão disponíveis os dados da Programação Qualitativa do PPA Federal para o período de 2016-2019, de maneira anualizada, além de outros dados referentes a edições anteriores do Plano Plurianual da União.

“Fórum Interconselhos”, evento realizado nos dias 8 e 9 de novembro de 2017, reúne, periodicamente, representantes dos diversos conselhos nacionais e entidades representativas da sociedade para colaborarem na elaboração e no monitoramento da execução dos Planos Plurianuais.

5.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

De outubro de 2003 a dezembro de 2017, a SGP manteve a Ouvidoria do Servidor (www.ouvidoriadoservidor.gov.br) como canal de acesso ao cidadão e ao servidor público federal, de forma a promover registros de denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informação referentes a procedimentos e ações de agentes pertencentes aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal nos temas afetos a gestão de pessoas.

Os sites do PAC e do “Agora, é Avançar” disponibilizam diversos recursos visuais para facilitar o acesso a informações e a navegação em seu site. Além disso, existem diferentes maneiras de se pesquisar as obras vinculadas aos programas, o que facilita o acesso e a verificação do andamento das obras.

A busca por informações sobre empreendimentos pode ser realizada por eixo, por tipo, por estado, por empreendimento, por estágio e por município.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

O processo da aplicação dos procedimentos de depreciação referente aos bens móveis está em consonância com o Manual Siafi Web – macrofunção: 020330 – Depreciação, Amortização, e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, e em especial, as normas: Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.137/2008, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T 16.10 Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público; Resolução do CFC nº 1.136/2008, que aprovou a NBC T 16.9 Depreciação, Amortização e Exaustão; e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo é o método das cotas constantes, no qual se utiliza da taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo, caso seu valor residual não altere.

A estimativa da vida útil econômica dos ativos e as taxas utilizadas para os cálculos da depreciação seguem metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), descrita no Manual Siafi - Macrofunção 020330.

Quanto ao reconhecimento e mensuração dos bens intangíveis, informa-se que o módulo de amortização do sistema CITSMATR-GRP do intangível está em fase de desenvolvimento.

No âmbito da Unidade Prestadora de Contas não há itens patrimoniais sujeitos à exaustão.

As informações da depreciação dos bens imóveis do Ministério são apuradas pelo SPIUnet, nos termos da Portaria Conjunta MF/MP nº 703, de 10 de dezembro de 2014. Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente de sua classificação, ou seja: reavaliados quando há benfeitorias; alteração de área construída; e ocorrência de sinistros (incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, e outros).

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação: $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde: Kd = coeficiente de depreciação n = vida útil da aquisição x = vida útil transcorrida da aquisição. Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10 sobre o resultado apurado foi positivo, pois evidenciou no Balanço Patrimonial, o equilíbrio entre o valor dos bens móveis com a sua utilização e o valor de mercado.

A depreciação foi reconhecida no resultado apurado do órgão, constando no Balanço Patrimonial demonstrando o montante acumulado para os bens móveis de R\$ 47.649.619,27

(quarenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e sete centavos) sobre o montante bruto dos bens móveis de R\$ 95.341.136,44 (noventa e cinco milhões, trezentos e quarenta e um mil, cento e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos). A depreciação acumulada representa aproximadamente 49,97% do total dos bens móveis o que demonstra um ajuste no valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

6.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

O Sistema de Custos do Governo Federal (Sicgov) está estruturado na forma de um subsistema organizacional vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal, sob a gestão da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União. O referido sistema foi implementado por meio da Portaria 157/STN, de 9 de março de 2011, tendo a STN como órgão central e as unidades de gestão interna do Poder Público da União como órgãos setoriais.

Conforme definição da STN, o Sistema de Custos é um Data Warehouse que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal, tais como: Siorg, Sigepe, Siafi e Siop.

O MP não possui Setorial de Custos devidamente formalizada e estruturada de acordo com as Portarias STN nº 157, de 2011, e Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011. Entretanto, utiliza os relatórios extraídos do Sistema de Informação de Custos para subsidiar a elaboração dos relatórios para a Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR).

6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas ANEXO I

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

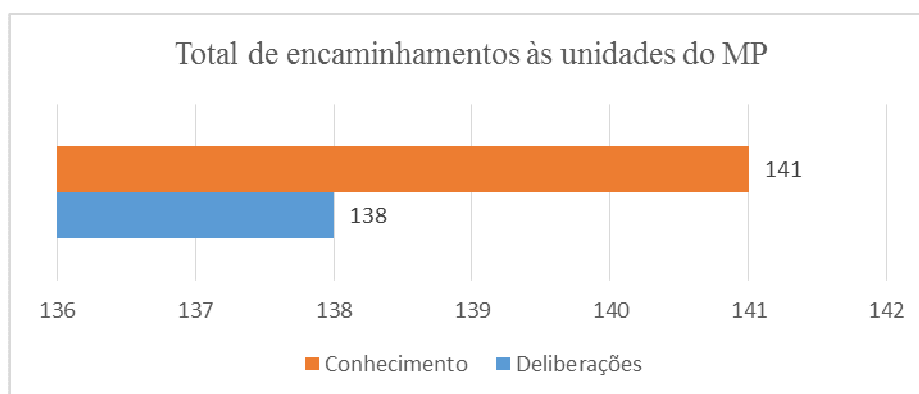
Visão Geral sobre as Deliberações feitas pelo TCU em Acórdãos

A Corte de Contas, por meio de acórdãos, encaminha deliberações que podem resultar em determinações, recomendações ou apenas para conhecimento. Foi registrado no banco de dados da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI/MP) 154 acórdãos encaminhados ao MP, no período de 2017.

É importante ressaltar que esse número se reflete a partir dos encaminhamentos registrados no protocolo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e que foram tramitados para conhecimento e monitoramento da AECI.

Cabe ainda destacar a importância da publicação da Portaria nº 262, de 9 de agosto de 2017, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que disciplina o processamento das demandas recebidas dos órgãos de controle no âmbito do MP. Antes de publicação daquela Portaria, nem todas as demandas eram encaminhadas para acompanhamento da Assessoria, o que aumentava o risco de não monitoramento por parte da AECI.

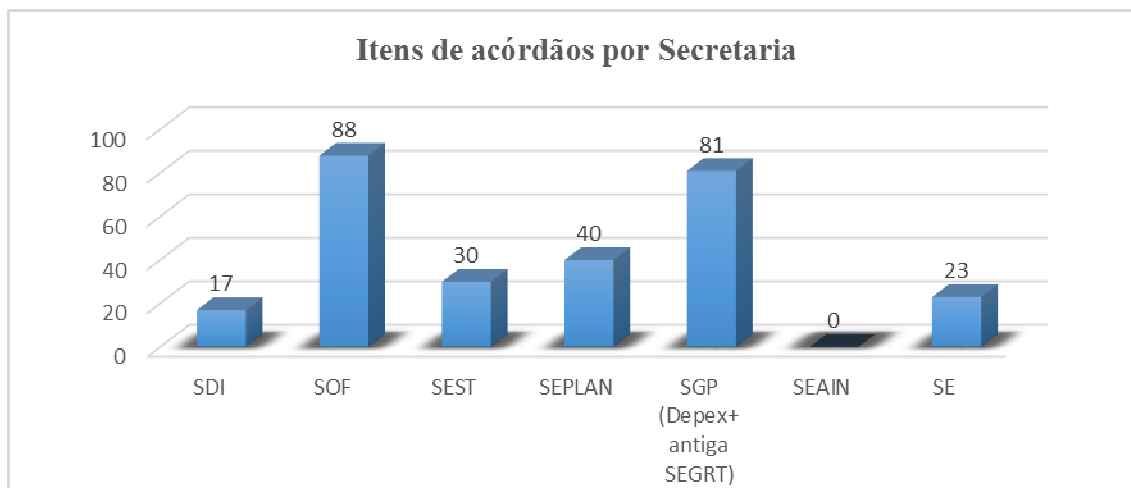
Em referência às secretarias que contemplam este Relatório (SOF, Seplan, Sest, SGP, SE, SDI, Seain), foi registrado um total de 279 deliberações (itens) emanadas nos acórdãos recebidos, sendo, 138 para algum tipo de providência (recomendação ou determinação) e 141 apenas para conhecimento da unidade competente daquela decisão. O gráfico abaixo representa a quantidade de demandas acompanhadas pela AECI e devidamente registradas no Banco de Dados da Assessoria.



Fonte: AECI/MP

Para uma visualização mais ampla das deliberações nas unidades gestoras, foi levantado o quantitativo de demandas¹ encaminhadas para cada área contemplada neste Relatório, conforme gráfico a seguir.

¹ Foram registrados todos os itens dos acórdãos, mesmo aqueles que são apenas para conhecimento.



Fonte: AECl/MP

Praticamente todas as deliberações com recomendações e determinações, e monitoradas pela AECl, foram respondidas ao TCU. As que ainda continuam em atendimento estão registradas no “Quadro 7.1 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento”.

Formas de Acompanhamento das Deliberações do TCU

A Portaria nº 262, de 9 de agosto de 2017, dispõe que todas as demandas recebidas por órgão de controle devem ser encaminhadas para conhecimento e acompanhamento da AECl.

A Assessoria, a partir de seu conhecimento, acompanha as deliberações por meio do SEI, com auxílio de um Banco de Dados criado pela própria AECl.

Quadro 7.1 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Secretaria de Orçamento Federal (SOF)

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
014.981/2017-3	1712/2017-TCU-Plenário	9.2 e 9.3	Aviso nº 645-Seses-TCU-Plenário	22/08/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Orçamento Federal e Defensoria Pública da União				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.2. Determinar à Secretaria de Orçamento Federal, em conjunto com a Defensoria Pública da União, com fundamento nos arts. 5º e 15 da Lei 4.320/1964 e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art.250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de sessenta dias, efetuem a revisão da classificação orçamentária, quanto ao indicador de resultado primário, de despesas tipicamente discricionárias, a exemplo de locação de imóveis e contratação de serviços complementares à atividade-fim do órgão (conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações), inseridas na ação "2725 - Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão", de modo a classificá-las com Identificador de Resultado Primário (RP) "2" (Primário Discricionário), em observância ao princípio orçamentário da especificação, com fundamento nos arts. 5º e 15 da Lei 4.320/1964 e no disposto no art. 9º, inciso VII, da Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, aprovada pelo Decreto 9.035/2017, e no art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei 13.408/2016 (LDO 2017), c/c o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e o art. 58 da LDO 2017;</p> <p>9.3. Determinar à Secretaria de Orçamento Federal, com fundamento nos arts. 5º e 15 da Lei 4.320/1964 e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de noventa dias, efetue a revisão, no âmbito de todo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União de 2017, da classificação orçamentária, quanto ao indicador de resultado primário, de despesas tipicamente discricionárias, a exemplo de locação de imóveis e contratação de serviços complementares à atividade-fim do órgão (conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações) eventualmente classificadas com Identificador de Resultado Primário (RP) "1" (Primário Obrigatório), em observância ao princípio orçamentário da especificação, com fundamento nos arts. 5º e 15 da Lei 4.320/1964 e no disposto no art. 9º, inciso VII, da Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, aprovada pelo Decreto 9.035/2017, e no art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei 13.408/2016 (LDO 2017), c/c o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e o art. 58 da LDO 2017.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Por meio do Ofício nº 70745/2017-MP, de 14 de setembro de 2017, a AECI/MP encaminhou à Semag/TCU a Nota Técnica nº 16258/2017-MP, de 5 de setembro de 2016, da SOF, que tratou do item 9.2 da referida decisão, por meio de avaliação conjunta com a Defensoria Pública da União (DPU). A SOF informou que, diante da oposição de embargo de declaração pela DPU e da consequente suspensão da executabilidade do Acórdão supra, a proposta orçamentária para 2018 encaminhada ao Congresso Nacional não contemplou a reclassificação orçamentária das despesas da DPU. Caso os embargos de declaração opostos pela DPU não logrem êxito, em cumprimento ao Acórdão nº 1712/2017-TCU, a reclassificação deveria ocorrer por meio de proposição de modificação do Projeto de Lei Orçamentária Anual, enquanto não iniciada a votação na Comissão Mista de Orçamento, ou, caso não restasse tempo hábil, por meio de portaria da SOF durante a execução orçamentária de 2018. Informou, ainda, que, no que se refere ao exercício de 2017, a adequação deveria ser realizada também por meio de portaria SOF, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 (LDO-2017). Por fim, a SOF informou que tem tomado providências no sentido de realizar estudos internos para subsidiar discussões com a DPU. (Processo SEI 03000.002154/2017-81);</p> <p>Por meio do Ofício nº 86616/2017-MP, a SOF encaminhou à Corte de Contas o Plano de Ação com o pedido de prorrogação de prazo para cumprimento do item 9.3 da decisão, visto que a determinação somente poderia ser cumprida para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO-2019), cujo prazo para encaminhamento ao Poder Legislativo é 15 de abril de 2018. Por fim, mediante o Ofício 0380/2017-TCU, em atenção à solicitação de prorrogação desta SOF, a Corte de Contas acatou-a, prorrogando para 15/04/2018 a data de atendimento. (Processos SEI 03500.001787/2017-31 e 03500.001245/2017-68).</p>				

No Relatório de Gestão do exercício de 2016, consignou-se que o Acórdão 214/2016-TCU-Plenário encontrava-se pendente de cumprimento. A SOF considera ter cumprido as exigências do referido Acórdão, conforme detalhado a seguir:

1) Acórdão 214/2016-TCU-Plenário – A Corte de Contas decidiu: “1.6.1. Recomendar à Secretaria de Orçamento Federal, com base no art. 20 do Anexo I do Decreto 8.189/2014 e no art. 8º da Lei 10.180/2001, e à Casa Civil da Presidência da República, com fulcro na Lei 10.683/2003, art. 2º, inciso I, que, em conjunto, apresentem análise a respeito das oportunidades de melhoria quanto à definição de metas e prioridades nas leis de diretrizes orçamentárias, para fins de orientar a elaboração dos orçamentos anuais e permitir o acompanhamento e o monitoramento pelos controles externo e social, considerando as limitações identificadas em sucessivos Relatórios e Pareceres Prévios das Contas de Governo acerca da indefinição ou adoção de metas e prioridades genéricas para a administração pública federal, encaminhando o resultado ao Tribunal no prazo de noventa dias”. Esta recomendação vem sendo cumprida nos últimos exercícios, considerando-se que as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 e de 2018 estabeleceram que as prioridades e metas da APF correspondem às **programações orçamentárias** constantes do Anexo de Prioridades e Metas. Tais anexos discriminam as prioridades da Administração em Programa, Ação, Produto e Unidade de Medida, permitindo acompanhar o cumprimento das metas, consoante objetivo constitucional da LDO (Processo SEI 03500.000369/2016-45).

2) Acórdão 214/2016-TCU-Plenário – “1.6.2. Dar ciência à Secretaria de Orçamento Federal, na qualidade de órgão específico do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, e à Casa Civil da Presidência da República, na qualidade de órgão responsável pela coordenação e integração das ações de governo, acerca da falta de regulamentação do prazo para a publicação da Receita Corrente Líquida (RCL), que, a critério do Poder Executivo, poderia ser objeto de proposição nos futuros projetos de lei de diretrizes orçamentárias”. Referente a este item, cabe esclarecer que o demonstrativo da Receita Corrente Líquida da União, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), é publicado mensalmente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União. Ademais, em razão de a RCL ser parâmetro utilizado como referência para o cálculo dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), cujo cumprimento deve ser demonstrado no Relatório de Gestão Fiscal, emitido quadrimestralmente pelos titulares dos Poderes e órgãos especificados pela LRF, a STN publica, de forma quadrimestral, os demonstrativos específicos da RCL.

Não obstante o aludido item fugir às competências desta Secretaria de Orçamento Federal, vislumbra-se do item 03.00.04 do Manual de Demonstrativos Fiscais - 8ª Edição - versão 29/12/2017, páginas 129 a 133, de que trata a Portaria nº 403, de 28 de junho de 2016, da STN, que os prazos para publicação da RCL (demonstrativo integrante do RREO e do RGF) estão devidamente regulamentados (Processo SEI 03500.000369/2016-45).

No Relatório de Gestão do exercício de 2016, registrou-se que o Acórdão 2823/2015-TCU-Plenário, atinente ao Plano de Ação para contenção do estoque de restos a pagar, estava em atendimento. Em relação ao sobredito Acórdão, destaca-se que:

1) Acórdão 2823/2015-TCU-Plenário – O TCU decidiu: “9.1. determinar à Secretaria de Orçamento Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional que apresentem, até 30/11/2015,

plano de ação conjunto com medidas que busquem conter, nos próximos exercícios, o aumento do estoque de Restos a Pagar (RAP) processados e não processados, em especial dos restos a pagar relativos às despesas obrigatórias, em atendimento ao princípio da anualidade orçamentária, previsto no art. 165, III, da Constituição Federal, c/c o art. 2º da Lei 4.320/1964, e ao princípio da gestão fiscal responsável, previsto no art. 1º da Lei Complementar 101/2000, devendo o referido plano de ação expor as razões da atual situação dos restos a pagar e a expectativa de sua evolução, com e sem a adoção das medidas formuladas no plano”.

Em face da determinação, foi interposto Pedido de Reexame pela SOF em 27/11/2015. O referido recurso foi conhecido com efeito suspensivo e, no mérito, foi provido parcialmente para definir o prazo de 90 dias para atendimento da determinação, que venceria, portanto, em 12/12/2016. Nesse sentido, SOF e STN, em atendimento à determinação em comento, apresentaram a Nota Técnica Conjunta SOF/STN nº 35/2016-MP, de 12 de dezembro de 2016, contendo Plano de Ação para conter o estoque de Restos a Pagar, com previsão de término da implementação em dezembro de 2017.

Adicionalmente, em 1º de agosto de 2017, foi enviado a diversos órgãos da administração pública um questionário sobre as causas específicas de inscrição de RAP em cada Ministério, por meio das Notas Técnicas Conjuntas nºs 36 a 45/2017-MP. As referidas Notas expuseram os dados coletados pela SOF e pela STN e buscaram identificar as principais causas de inscrição em restos a pagar. Assim, após receber as respostas ao questionário, a SOF, em conjunto com a STN, consolidou as informações, em consonância com a fase de interpretação dos resultados prevista no Plano de Ação requerido pela Corte de Contas.

Com base nas informações levantadas, e com o intuito de adequar a prática dos gestores aos normativos legais, a SOF e a STN encaminharam aos Subsecretários de Planejamento e Orçamento (SPOAs) o Ofício Circular nº 558/2017, de 12 de dezembro de 2017, com recomendação para que orientem os respectivos órgãos e unidades orçamentárias a empenharem as despesas pertinentes a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual, em cada exercício, pela parte nele a ser executada. Em complemento às medidas supracitadas, a SOF e a STN, no dia 27 de dezembro de 2017, encaminharam mensagem eletrônica aos SPOAs e aos Coordenadores-Gerais de Orçamento e Finanças, com o intuito de reiterar o teor do Ofício Circular Conjunto nº 6/2017 e da Mensagem 2017/1683454, emitida no SIAFI.

As ações adotadas pela SOF e STN no âmbito do Plano de Ação de RAP foram relatadas à Semag/TCU por meio da Nota Técnica Conjunta nº 57/2017, de 22 de dezembro de 2017, a qual solicita a dilação do prazo estabelecido no plano de ação para 31/3/2018, tendo em vista a necessidade de depuração e aprofundamento das informações colhidas junto aos órgãos e o esforço conjunto para prover medidas eficientes para conter o estoque de RAP. O Plano de Ação está em sua fase final e terá como produto o envio de relatório ao TCU. (Processo SEI 03000.203492/2015-76).

Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 006.220/2015-O	7080/2016	1.7.1	Ofício 12240/2016-SEFIP	15/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Gestão de Pessoas/Departamento de Órgãos Extintos e Gestão de Folha de Pagamento				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar que a Sr ^a Bernadette Canguçu de Mesquita Sá seja submetida à nova junta médica, nos termos da Lei nº 8.112/90.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Aguardando perícia médica a ser realizada pela Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor/SIASS/UFRJ/PR4/DVST-Sede, solicitada por intermédio do Ofício nº 78903/2016-MP. O TCU foi informado por meio do Ofício nº 50505/2017-MP.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
024.043/2016-8.	1246/2017	9.3	Ofício nº 0420/2017 TCU/SecexSaúde	26/06/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Nos termos do art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, recomendar aos Ministérios da Saúde, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União que, em conjunto, elaborem plano de ação visando suprir o quadro de pessoal do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), em virtude do grande potencial de aposentadorias a partir de 2019 e das incertezas geradas pela publicação da Lei 13.328/2016 quanto à coexistência de carreiras distintas no mesmo órgão, informando ao TCU, no prazo de 90 (noventa dias), as providências adotadas nesse sentido				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O Denasus elaborou cronograma, com data prevista para conclusão em 3/8/2018, para coleta e análise de informações que permitam planejar o processo de composição e recomposição de pessoal, bem como de adequação de competências profissionais. De posse dessas informações, o MP, em conjunto com o Ministério da Saúde, poderão apresentar soluções efetivas para a problemática apontada pelo referido Acórdão.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
015.357/2012-0	2190/2017	9.3.4	Ofício 5920/2017-TCU/Sefip	30/10/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, diretamente ou por meio dos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec):				
9.3.4.1. apure a ocorrência de possível cadastramento incorreto de ações judiciais e rubricas no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) ou eventual falha nas críticas para efeito de cálculo do limite remuneratório constitucional e adote as medidas cabíveis para correção das falhas;				
9.3.4.2. para aplicação do "abate teto" em conformidade com o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, promova o contraditório dos beneficiários que, conforme apontado nestes autos, recebem acima do teto constitucional, se consideradas todas as suas fontes pagadoras.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em andamento – prazo para conclusão de 180 dias.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
025.068/2013-0	1361/2017	9.1, 9.2, 9.7	Ofício 0897/2016-TCU/Selog	07/08/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Gestão de Pessoas Secretaria de Orçamento Federal Secretaria de Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
Monitoramento do Acórdão 2622/2015 – Plenário: a) considerar implementadas as recomendações constantes dos itens 9.2.4, 9.3 e 9.5.3 do Acórdão nº 2.622/2015-TCU-Plenário (parágrafos 51.2, 122, 143.1 da instrução peça 203); b) considerar em implementação e no prazo, as recomendações constantes dos itens 9.1, 9.2.1 (e subitens), 9.2.2 (e subitens), 9.2.3 (e subitens), 9.4 (e subitens), 9.5.1, 9.5.2, 9.5.4, 9.5.5, 9.6, 9.7, 9.8 e 9.9.1 do Acórdão nº 2.622/2015-TCU-Plenário (parágrafos 34.1, 52.1, 60.1, 143.2, 76.1, 85.1, 95.1e 153.1 da instrução peça 203), observando que a continuidade do monitoramento dessas será realizada conforme Plano de Monitoramento do Anexo 1; c) considerar não implementadas as recomendações dos itens 9.9.2 e 9.9.3 do Acórdão nº 2.622/2015-TCU-Plenário (parágrafos 161e 201 da instrução peça 203), observando que a continuidade do monitoramento dessas será realizada conforme Plano de Monitoramento do Anexo 1.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
As recomendações estabelecidas nos supracitados Acórdãos, por sua amplitude e complexidade, ensejaram um esforço conjunto da Seges, da SGP e da SOF, que subscreveram a Nota Técnica Conjunta nº 46/2016-MP, de 18 de outubro de 2016. que encaminhou o Plano de Ação conjunto contendo as ações a serem implementadas, as etapas, os responsáveis por cada etapa e os respectivos prazos para atendimento. Tal como estabelecido no cronograma do referido Plano, as ações foram iniciadas e algumas etapas concluídas. Prazo final para conclusão: Novembro/2018.				

No Relatório de Gestão do exercício de 2016, o Acórdão 7075/2016 - TCU-Plenário, destinado ao Departamento de Órgãos Extintos, foi registrado como decisão pendente de cumprimento. Considera-se terem sido cumpridas as exigências do referido Acórdão, conforme detalhado a seguir, assim como de outros Acórdãos:

- 1) Acórdão 7075/2016 - TCU- Primeira Câmara - A Corte de Contas decidiu: “1.7.1. Determinar ao Departamento de Órgãos Extintos do Ministério do Planejamento Orçamento de Gestão que proceda, no prazo de trinta dias, à correção do adicional por tempo de serviço atualmente pago ao servidor, uma vez que, consoante a discriminação dos tempos de serviço e as informações constantes do Siape, o interessado possui apenas vinte e oito anos de serviço público. Por meio do ofício 4791/2017-MP, de 30/01/2017, o Depex informou que, após revisão do percentual devido a título de Adicional de Tempo de Serviço do ex-servidor, constatou-se que a referida vantagem estava sendo paga corretamente, no percentual de 28% e no valor de R\$ 1.003,80 (um mil e três reais e oitenta centavos), calculado sobre o vencimento básico integral que corresponde a R\$ 3.585,02 (três mil quinhentos e oitenta e cinco reais e dois centavos), posto não ser aplicável a proporcionalidade da aposentadoria ao anuênio. Esclareceu, ainda, que o interessado ingressou no serviço público em 1º de julho de 1967 e se aposentou em 23 de agosto de 1995, com provento proporcional à 30/35, utilizando para tanto a contagem em dobro da Licença Prêmio por Assiduidade - LPA (Processo SEI 05586.004313/2016-92).
- 2) Acórdão 2377/2015 - TCU - Plenário – A Corte de Contas decidiu “9.4. Dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos órgãos centrais de gestão de pessoal da APF dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para que deem conhecimento do item 9.3 deste Acórdão aos interessados, cujos atos de pensão tiveram registro negado por este Tribunal, com base no entendimento firmado no Acórdão 2515/2011 - TCU – Plenário”. A SEGRT editou a Orientação Normativa nº 3/2017/SEGRT/MP, de 21 de março de 2017, publicada no DOU - Seção 1, Pág. 79, de 23 de março de 2017, que estabelece novos procedimentos a serem

adotados em relação às hipóteses de concessão de pensão a pessoa designada maior de 60 (sessenta) anos ou inválida, a filho emancipado e não inválido, a irmão emancipado e não inválido, a menor sob guarda e a pessoa designada até os 21 (vinte e um) anos ou inválida e revogou a Orientação Normativa nº 7/SEGEP/MP, de 19 de março de 2013, que tinha como um dos fundamentos o Acórdão nº 2515/2011-TCU-Plenário.

- 3) Acórdão 2638/2015 - TCU - Plenário –A Corte de Contas decidiu “9.4. Dar conhecimento deste Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), recomendando quer avalie a conveniência e oportunidade de rever a Orientação Normativa MPOG/SRH 11/2010”. Por meio do Ofício 30471/2017 - MP, de 26/04/2017 a SEGRT, após estudo e avaliação de conveniência e oportunidade sobre o caso em questão, ratificou os termos da Orientação Normativa SRH/MP nº 11, de 2010.

Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (Sest)

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 023.312/2011-4	1064/2016-TCU-Plenário	9.5	Ofício 1107/2016-TCU/SECEX-AM, de 13.05.2016	23.05.2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) que oriente as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto (empresas públicas, sociedades de economia mista, subsidiárias e controladas e demais empresas estatais) para que não repassem recursos financeiros a órgãos ambientais de qualquer esfera, seja ela federal, estadual ou municipal, a título de execução de compensação ambiental de forma indireta, uma vez que não há previsão legal para que os recursos destinados pelo empreendedor para apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação sejam arrecadados, geridos ou gastos pelos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização ambiental ou pela gestão das unidades de conservação.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Sobrestamento. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) apresentou recurso com efeito suspensivo em 25.05.2016. Processo pendente de julgamento em 31/12/2017.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
032.651/2013-9	8.909/2015	9.2, 9.3.3 e 9.4	E-mail da Conjur/MP	21.10.2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento de Coordenação e Governança de Empresas Estatais				
Descrição da determinação/recomendação				
1 - O TCU realizou auditoria na remuneração dos Diretores da empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB), empresa dependente.				
2 - Ao final, decidiu-se: i) suspender o pagamento de gratificação natalina para Diretor da INB (item 9.2 do Acórdão); ii) avisar o Dest que o pagamento de gratificação natalina para Diretor de empresa <i>dependente é ilegal</i> (item 9.3.3); e iii) abrir processo separado para examinar o pagamento de gratificação natalina pela INB a <i>partir de 2013 por recomendação do Dest</i> (item 9.4).				
3 - Essa decisão se baseou na Súmula TCU nº 171, transcrita a seguir. <i>“Carece de amparo legal o pagamento de quaisquer vantagens, entre as quais a gratificação instituída pela Lei nº 4.090, de 13.07.62, oriundas da condição de ‘empregado’, a membro de Diretoria de empresa pública ou sociedade de economia mista, excetuados, apenas, os que hajam exercido regularmente a opção prevista nos §§ 1º e 2º do art. 4º, acrescidos ao Decreto-lei nº 1.798, de 24.07.80, pelo Decreto-lei nº 1.884, de 17.09.81”</i>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
2016 - A Sest: 1 - aguarda a análise do TCU quanto ao embargo de declaração; e 2 - tem orientado as empresas estatais federais a observar o referido Acórdão, quando cabível;				
2015 - O Dest adotou as seguintes providências: 1- interpôs embargos de declaração junto ao TCU em 3.11.2015; e 2- encaminhou cópia do acórdão a todas as empresas estatais federais (Ofício Circular nº 347/2015-MP, de 30.11.2015); Processo pendente de julgamento em 31/12/2017				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
029.389/2014-3	2.600/2016	9.2 e 9.3	Ofício nº 10482/2016-TCU/Sefip, de 25/10/2016	Novembro 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais				
Descrição da determinação/recomendação				
1. Trata-se de representação autuada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip), por força do subitem 1.8.4 do Acórdão nº 5.815/2013-2ª Câmara, <i>verbis</i> : <i>“(…) 1.8.4. encaminhe cópia das peças 45 e 46 à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para que verifique as medidas implementadas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest/Mpog) em função do item 1.6 do Acórdão 7.456/2010-TCU-2ª Câmara e, se for o caso, para que autue processo específico com o objetivo de apurar o eventual pagamento da gratificação natalina fundamentada nas Leis nos 4.090/1962 e 4.749/1965, cumulativamente com a parcela prevista no § 2º, alínea ‘c’, do art. 3º do Decreto-Lei nº 2.355/1987, na remuneração dos dirigentes das empresas públicas ou sociedades de economia mista vinculadas, dependentes de recursos federais para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral;”</i>				
2. O TCU teve como objetivo apurar o <i>“eventual pagamento da gratificação natalina fundamentada nas Leis nos 4.090/1962 e 4.749/1965, cumulativamente com a parcela prevista no § 2º, alínea ‘c’, do art. 3º do Decreto-Lei nº 2.355/1987, na remuneração dos dirigentes das empresas públicas ou sociedades de economia mista vinculadas dependentes de recursos federais para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral”</i> .				
3. Os autos foram direcionados ao representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o qual opinou que a presente representação seja considerada, parcialmente, procedente, a fim de ser comunicado à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST-MP) que o TCU considera irregular o pagamento da gratificação natalina aos diretores de empresas estatais dependentes de recursos federais para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral, remunerados na forma do <i>caput</i> do art. 3º do Decreto-Lei nº 2.355/87.				
4. O Tribunal determinou à SEST : <i>“que adote as providências de sua alçada, nos termos do art. 40, inciso VI, alínea “i”, e parágrafo único, do Decreto 8.818/2016, em face do pagamento de gratificação natalina aos diretores do Banco do Nordeste do Brasil S/A (Acórdão TCU nº 8.909/2015), em desacordo com os princípios da economicidade, da eficiência e da indisponibilidade do interesse público, consoante entendimento expresso no subitem 9.2.1 deste Acórdão, fixando o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência, para que informe a este Tribunal sobre as providências adotadas e resultados alcançados;</i>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Sest: a) apresentou, no prazo regimental, embargos de declaração a fim de se buscar esclarecimentos sobre o alcance temporal do entendimento daquela Corte de Contas e, conseqüentemente, maior clareza quanto as providências a serem tomadas (Ofício nº 69.279/2016, de 08.11.2016; e b) encaminhou o Acórdão nº 2.600/2016 por meio de Ofícios Circulares às empresas estatais (Ofício nº 771/2016-MP), aos Ministérios Supervisores (Ofício nº 773/2016-MP) e aos Conselheiros de Administração (Ofício nº 774/2016-MP), todos em 17.11.2016, informando sobre a apresentação de embargo de declaração junto ao TCU e link para seu acompanhamento. c) Processo pendente de julgamento em 31.12.2017				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
029.389/2014-3	1428/2017	9.1	Ofício nº 3914/2017-TCU/Sefip, de 15/08/2017	23/08/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para, no mérito, rejeitá-los;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Sest:</p> <p>d) apresentou, no prazo regimental, através do Ofício 66993/2017-MP de 25.08.17, recurso de reexame a fim de reformar o acórdão 2600/2016 em sua totalidade; sustentou perda de objeto; deferimento do efeito suspensivo; inexistência de ofensa aos princípios da economicidade, eficiência e indisponibilidade do interesse público; revogação tácita do Decreto Lei 2.355/1987 com o advento da Lei 13.303/2016; inexistência de configuração de praxe dissociada da praxe do mercado; papel da Sest no processo decisório; revogação da súmula 171 do TCU; segurança jurídica e efeitos prospectivos;</p> <p>e) encaminhou o Acórdão nº 1428/2017 por meio de Ofícios Circulares às empresas estatais (Ofício nº 418/2017-MP), aos Ministérios Supervisores (Ofício nº 419/2017-MP) e aos Conselheiros de Administração (Ofício nº 417/2017-MP), todos em 15.09.2017, informando sobre a interposição do recurso de reexame junto ao TCU.</p> <p>f) Processo pendente de julgamento em 31.12.2017</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
021.932/2014-0	2.322/2015	9.6 e 9.7	Ofício nº 0655 /2015-TC11/SecexEstataisRJ, de 29/9/2015	Março 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento de Coordenação e Governança de Empresas Estatais/Secretaria				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1. O TCU avaliou os instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e controle utilizados por Furnas para garantir o alcance dos objetivos e os resultados com os empreendimentos estruturados sob a forma de sociedades de propósito específico (SPE).</p> <p>2. Os trabalhos de auditoria do TCU tiveram por escopo avaliar precipuamente: (i) critérios de seleção de parceiros; (ii) escolha de funcionários para atuar nos conselhos diretivos; (iii) estruturas internas de governança das sociedades; e (iv) conflitos de interesse em casos de sócios privados que atuam como fornecedores no negócio.</p> <p>3. O disposto no Acórdão e o Voto para o Dest/Sest foram respectivamente: <i>“determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Dest) que avalie os mecanismos de governança das empresas estatais nas suas participações em Sociedades de Propósito Específicos (SPE) e promova os necessários aprimoramentos com vistas a evitar a ocorrência de achados semelhantes aos identificados no presente trabalho;”</i> <i>“Entendo, outrossim, pertinente envolver o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Dest) na solução dos achados apontados pela equipe de fiscalização.</i></p> <p>4. Os achados de auditoria relacionados às atribuições do DEST/SEST foram: (...) c) insuficiência de regras sobre seleção e desempenho de conselheiros; d) fragilidade das estruturas internas de governança corporativa; (..) f) perda de rentabilidade em projetos associados a SPE.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>O Dest/Sest encaminhou resposta ao TCU por e-mail, em 04.04.2016, descrito a seguir:</p> <p>Dentre as competências do Dest, previstas no Decreto 8578/205, artigo 8º, inciso XI, consta: <i>contribuir para o aumento da eficiência e transparência das empresas estatais e para o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de monitoramento econômico-financeiro e para o aperfeiçoamento da gestão dessas empresas.</i></p> <p>O Decreto nº 3735/2001, artigo 1º, parágrafo 1º define empresa estatal como: <i>(..) consideram-se empresas estatais federais as empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. (grifo nosso)</i></p> <p>Sendo assim, o acompanhamento realizado pelo Departamento restringe-se às SPEs controladas diretamente ou indiretamente pelas empresas estatais. De toda sorte, informam-se a seguir as providências tomadas pelo Dest e que se relacionam com os achados do Acórdão:</p> <p>i. insuficiência de regras sobre seleção e desempenho de conselheiros;</p> <p>competência do Dest: <i>inciso V do artigo 8º (Anexo I do Decreto 8.578/2015): operacionalizar a indicação, coordenar e orientar a atuação de representantes do Ministério nos conselhos de administração de empresas;</i></p> <p>O Dest, para o cumprimento da referida atribuição:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. realiza anualmente Seminários aos Conselheiros sobre governança corporativa; 2. promove parcerias para realização de treinamentos; 3. encaminha orientação para atuação nas Assembleias em assuntos de sua competência; 4. tem equipe especializada para atendimento e orientação ao Conselheiros; 5. envia mensalmente ao Conselheiro cópia de todas as análises efetuadas pelo Dest referentes aos assuntos de sua competência, por exemplo: destinação de resultado, remuneração de dirigentes (incluindo a variável), análise e avaliação de empresas ; e 6. foi aprovada pelo Grupo Executivo da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, Resolução sobre os requisitos mínimos para atuação como Conselheiro. <p>ii. fragilidade das estruturas internas de governança corporativa;</p>				

O Dest :

1. realiza anualmente Seminário de Governança Corporativa com as empresas estatais para difundir melhoras práticas de governança corporativa;
2. ao analisar os pleitos de criação, assunção, fusão e cisão de empresas, e outros, os quais tenham por consequência a elaboração ou alteração de estatuto, inclui ajustes relativos à estrutura de governança corporativa como a previsão de assembleia geral, auditoria interna, Conselho Fiscal, entre outros;
3. encaminhou para tramitação Resolução da CGPAR, já aprovadas pelo Grupo Executivo, sobre a obrigatoriedade de implementação de Comitê de Auditoria em todas as estatais.
4. orienta que as empresas estatais devem realizar suas operações de acordo com as normas da Lei das S.A – nº 6.404/76;
5. disponibiliza em seu sítio eletrônico (<http://prod.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/legislacao/resolucao>) as seguintes Resoluções CGPAR:

Resolução CGPAR nº 7, de 29 de setembro de 2015: Estabelece a obrigatoriedade para os conselhos fiscais das empresas estatais federais de adotar plano de trabalho anual;

Resolução CGPAR nº 6, de 29 de setembro de 2015: Estabelece a obrigatoriedade para as empresas estatais federais de submeter suas demonstrações financeiras anuais à auditoria independente;

Resolução CGPAR nº 5, de 29 de setembro de 2015 : Estabelece a obrigatoriedade para as empresas estatais federais de divulgar em seus respectivos sítios eletrônicos as informações que menciona e de manter canal de atendimento e recebimento de denúncias;

Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010: Trata da adoção, pelas empresas estatais, das diretrizes, objetivando o aprimoramento das práticas de governança corporativa, relativas ao Conselho de Administração;

Resolução CGPAR nº 2, de 31 de dezembro de 2010: Trata da adoção, pelas empresas estatais, das diretrizes objetivando o aprimoramento das suas práticas corporativas

iii. perda de **rentabilidade** em projetos **associados à SPE.**

O Dest :

1. ao analisar os pleitos de criação e assunção de empresas solicita a utilização de indicadores relacionados à rentabilidade: **TIR, VPL, Payback, EBITDA, ROI, ROA, bem como o acompanhamento e a atualização periódica dos planos de negócios;**

Encontra-se em andamento Projeto de elaboração de planilha de viabilidade econômico-financeira com itens padronizáveis mínimos para orientação às empresas estatais, bem como premissas que devem ser utilizadas na elaboração de Plano de Negócios. Este deverá ser composto por: Plano Estratégico, Plano de viabilidade econômico-financeiro, Plano Operacional e Plano de comunicação, se for o caso.

Pendente de julgamento em 31.12.2017

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 19.681/2012-7	3561/2014 - PLENÁRIO	9.2, 9.3 e 9.4	Ofício 0568/2014-TCU/SEMAG, de 16/12/2014	19/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest/MP)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.2. (...), determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest/MP), em virtude das deliberações do Acórdão 3.145/2011-TCU-Plenário, que:</p> <p>9.2.1. formalize e apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, agenda que contemple, entre outros aspectos, cronograma de atividades com atores externos e internos ao órgão, no sentido de demonstrar, efetivamente, a adoção de ações pertinentes ao pleno cumprimento da determinação aposta no subitem 9.1.2 do Acórdão referido;</p> <p>9.2.2. esclareça, com base no detalhamento apresentado no Quadro 2 do anexo do relatório de monitoramento, sobre as divergências apresentadas no Quadro 4 do mesmo relatório, e informe a medidas adotadas em relação aos fatos apurados (subitem 9.1.3 do Acórdão referido);</p> <p>9.2.3. realize (...), para o exercício de 2015 e seguintes, modificações e segregações no Programa de Dispêndios Globais (PDG), no sentido de inserir itens orçamentários referentes às inversões financeiras direcionadas às controladas em conjunto, às Entidades de Propósito Específico (EPE) controladas e às empresas estatais controladas pelos demais entes da Federação, bem assim avaliar a possibilidade de criação de subitens que melhor caracterizem a natureza da entidade para a qual são destinados recursos financeiros, informando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as ações adotadas no sentido de garantir o efetivo cumprimento da deliberação (subitem 9.1.4 do Acórdão referido);</p> <p>9.2.4. apresente a este Tribunal, no prazo de trinta dias, agenda que contemple, entre outros aspectos, cronograma de atividades com atores externos e internos ao órgão, no sentido de demonstrar, efetivamente, a adoção de ações pertinentes ao inteiro cumprimento da determinação inserta no subitem 9.1.5 do Acórdão referido, acompanhada de elementos concretos (cópia de comunicações externas e internas, notas técnicas, relatórios etc.);</p> <p>9.2.5. apresente a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, informações atualizadas sobre o estágio em que se encontra o projeto de elaboração do Manual Técnico do Orçamento de Investimentos (subitem 9.2 do Acórdão referido).</p> <p>9.3. (...), recomendar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest/MP), que, em razão de sua competência para contribuir com a transparência das empresas estatais e aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento econômico-financeiro e gestão dessas empresas, (...), desenvolva metodologia no sentido de fazer constar do Programa de Dispêndios Globais (PDG) as despesas ou dispêndios por fonte de recursos, evidenciando a aplicação dos recursos direcionados ao atendimento de disposições legais e compromissos gerenciais formalizados que impliquem a necessidade de suas vinculações a certas receitas ou recebimentos.</p> <p>9.4. (...), determinar à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, em conjunto, e com o apoio técnico do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest/MP), em razão (...), desenvolvam, ouvidos os ministérios supervisores e as empresas estatais aos quais estão vinculadas, metodologia que permita a apuração objetiva do atributo da dependência das empresas estatais em relação ao ente controlador, segundo definição estabelecida (...), considerando as características da atividade econômica da estatal ou do grupo a que pertença, e, para fins de apuração das necessidades de financiamento, a natureza dos recursos recebidos e despendidos, excluindo-se, para tanto, os recursos adicionais obtidos diretamente de investidores e credores, e incluindo-se aqueles que refletem as mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações que resultam em aumento dos recursos econômicos disponíveis.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>O item 9.2 foi cumprido, conforme relatado no Relatório de Gestão de 2014.</p> <p>Para o item 9.3, o assunto foi tratado nas reuniões ordinárias CGPAR nº. 88 e 02 de maio de 2016, nº. 95 de 05 de dezembro de 2016 e nº. 98 de 08 de junho de 2017. O Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial das Empresas Estatais está sendo tratado no Projeto de Lei nº. 9215/2017.</p> <p>O item 9.4 foi discutido internamente na Sest e chegou-se à conclusão de que o instrumento adequado seria a edição de Resolução CGPAR sobre a matéria. O Grupo Executivo da CGPAR, em sua 79ª Reunião, de 27/07/2015, concordou em iniciar os debates sobre a futura norma. Esse item foi considerado em cumprimento, de acordo com o item 9.3 do Acórdão 1960/2017-Plenário.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 19.681/2012-7	1960/2017 - PLENÁRIO	9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.5 e 9.6	Aviso 801-Seses-TCU- Plenário de 11.09.17	21/09/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest/MP)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. considerar cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.2.1; 9.2.2; 9.2.3; 9.2.4 e 9.2.5 do Acórdão 3561/2014-Plenário;</p> <p>9.2. considerar não atendida a recomendação contida no subitem 9.3 do Acórdão 3561/2014-Plenário;</p> <p>9.3. considerar em cumprimento a determinação contida no subitem 9.4 Acórdão 3561/2014-Plenário;</p> <p>9.4. determinar à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério da Fazenda e à Casa Civil da Presidência da República que encaminhe a este Tribunal, no prazo de noventa os resultados dos estudos para a definição da metodologia que permita a apuração objetiva do atributo da dependência das empresas estatais em relação ao ente controlador, consoante determinado no item 9.4 do Acórdão 3561/2014-TCU-Plenário;</p> <p>9.5 dar ciência à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais sobre os seguintes pontos:</p> <p>9.5.1. necessidade de aperfeiçoar as rubricas destinadas ao registro dos arrendamentos mercantis e financeiros, que atualmente consignam apenas se os bens são relativos à tecnologia da informação ou não (demais) ;</p> <p>9.5.2. obrigatoriedade de as informações registradas no Programa de Dispêndios Globais guardarem absoluta fidedignidade com os dados existentes nos relatórios e registros contábeis das empresas estatais, sendo competência dessa secretaria realizar os procedimentos para assegurar tal conformidade (art. 41, inciso IV, do Decreto 9035/2017) ;</p> <p>9.5.3. necessidade de orientar e acompanhar as empresas estatais federais quanto à manutenção de informações detalhadas sobre suas participações nas parcerias com entidades privadas, contemplando, entre outras, informações sobre a forma e o vínculo societário, as atividades ou o objeto das avenças, bem assim destacando as operações que envolvam fluxos econômicos e financeiros decorrentes ou não de inversões financeiras;</p> <p>9.5.4. necessidade de controlar a aplicação das receitas vinculadas recebidas pelas empresas estatais federais, notadamente aquelas feitas mediante aporte da União, devendo ser envidados esforços no sentido de aperfeiçoar tais controles;</p> <p>9.6. remeter cópia integral da presente deliberação ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ao Ministério da Fazenda, à Casa Civil da Presidência da República, à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em 18.12.2017, foi protocolado Ofício nº. 101963/2017-MP junto ao TCU encaminhando Nota Técnica 21880/2017-MP, relatando que a Secretaria elaborou modelo de sistemática para determinação do atributo da dependência, conforme competências e ritos previamente definidos, bem como a previsão da etapa intermediária com vistas à recuperação e melhoria da empresa. Encaminhamento da matéria ao Poder Legislativo por meio da Mensagem Presidencial nº 482, de 24 de novembro de 2017, gerando o Projeto de Lei nº 9215/2017, que "Dispõe sobre a verificação da situação de dependência e sobre o Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial aplicável às empresas estatais federais" e, atualmente, aguarda despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.</p> <p>Em cumprimento, de acordo com o Acórdão 1960/2017-TCU-Plenário.</p> <p>Processo pendente de julgamento pelo TCU em 31/12/2017</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 19.681/2012-7	2687/2017 - PLENÁRIO	1.6	Aviso 14-GP/TCU de 03.01.18	10.1.2018
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST/MP)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:</p> <p>1.6.1. onde se lê no Acórdão 1960/2017-Plenário "...9.4...no prazo de noventa os resultados dos estudos para a definição da metodologia que permita a apuração objetiva do atributo da dependência das empresas estatais em relação ao ente controlador, consoante determinado no item 9.4 do Acórdão 3561/2014-TCU-Plenário", leia-se "...9.4...no prazo de noventa dias os resultados dos estudos para a definição da metodologia que permita a apuração objetiva do atributo da dependência das empresas estatais em relação ao ente controlador, consoante determinado no item 9.4 do Acórdão 3561/2014-TCU-Plenário".</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em 18.12.2017, foi protocolado Ofício nº. 101963/2017-MP junto ao TCU encaminhando Nota Técnica 21880/2017-MP, relatando que a Secretaria elaborou modelo de sistemática para determinação do atributo da dependência, conforme competências e ritos previamente definidos, bem como a previsão da etapa intermediária com vistas à recuperação e melhoria da empresa. Encaminhamento da matéria ao Poder Legislativo por meio da Mensagem Presidencial nº 482, de 24 de novembro de 2017, gerando o Projeto de Lei nº 9215/2017, que "Dispõe sobre a verificação da situação de dependência e sobre o Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial aplicável às empresas estatais federais" e, atualmente, aguarda despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.</p> <p>Cumprimento do item 9.4 do Acórdão 3561/2014-TCU-Plenário, determinados no Acórdão 1960/2017-TCU-Plenário.</p> <p>Processo pendente de julgamento pelo TCU em 31.12/2017.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
020.145/2015-2.	2339/2016	9.4	CD e Apresentação	Setembro 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Coordenação e Governança de Empresas Estatais				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1. O Tribunal de Contas da União – TCU elaborou relatório de consolidação das auditorias integrantes dos trabalhos de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) – Governança e Gestão das Aquisições (Ciclo 2015), com vistas a avaliar as práticas de governança e gestão de aquisições na APF e se essas estão aderentes às boas práticas e à legislação correlata.</p> <p>2. Ao final, recomendar à Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) que avaliem as orientações contidas no presente Acórdão e adotem as medidas necessárias à implementação na sua esfera de atuação</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>2017- A Sest efetuou as seguintes providências:</p> <p>1. Continuação da implantação do previsto no plano de ações a ser implantado de forma a cumprir a determinação do referido órgão, cujas ações da CGPAR foram:</p> <p>i. Discutir com o TCU a minuta com sugestões das empresas</p> <p>ii. submeter mais uma vez para apreciação do GE/CGPAR com as sugestões do TCU integralmente incorporadas;</p> <p>iii. discutir a minuta de Norma CGPAR mais uma vez com as empresas estatais; e</p> <p>A minuta de norma CGPAR está em fase final de elaboração e será discutida mais uma vez com o TCU antes de ser encaminhada para o GE.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 006.373/2013-5	1521/2016- Plenário	9.6. 9.8.	Ofício 0294/2016-TCU/SecexAdministração, de 21.6.2016	28.6.2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>(...)</p> <p>9.6. fixar em 31/12/2016 a data-limite para que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest/MP), envie a este Tribunal, no formato a seguir apresentado, o plano de que trata o subitem 9.2 do Acórdão 2.303/2012-Plenário, devidamente atualizado, de substituição de terceirizados irregulares das empresas mencionadas no subitem anterior desta deliberação, bem como as justificativas, complementadas por documentos comprobatórios, no caso de alteração no cronograma de substituição;</p> <p>(...)</p> <p>9.8. fixar em 31/12/2016 a data-limite para que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest/MP), envie a este Tribunal, de forma consolidada, as justificativas que respaldem as informações apresentadas pelas empresas mencionadas no subitem anterior desta deliberação, adicionadas por documentos comprobatórios, no que diz respeito à não-identificação de terceirização irregular;</p> <p>(...)</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Sest interpôs pedido de reexame contra o Acórdão nº 1521/2016-Plenário em virtude das determinações constantes nos itens 9.6 e 9.8 não possuírem relação direta com as atribuições legais desta Secretaria e por determinar novas e elevadas obrigações que extrapolam suas competências, consumirem recursos finalísticos e destoarem das determinações anteriores sobre o mesmo objeto, vide os Acórdãos nº 2.132/2010 e nº 2.303/2012.</p> <p>O TCU informou (Ofício nº 0397/2016-TCU/SecexAdministração, de 5/8/2016) que conferiu efeito suspensivo aos itens 9.5 a 9.8 do Acórdão nº 1521/2016, em Despacho exarado nos autos do processo pelo Relator, Ministro Bruno Dantas, apenas em relação à Sest, implicando também o desnecessário encaminhamento das informações requeridas às empresas estatais ao Tribunal até a apreciação definitiva do recurso – o que, até o momento, não ocorreu.</p> <p>Portanto, as providências para cumprimento das determinações e recomendações concernentes a esta Secretaria constantes no presente Acórdão estão em suspenso até segunda ordem do TCU.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
013.603/2016-7	1447/2016	1.5.1	Ofício 1394/2016-TCU/Selog, de 14.06.2016	Junho 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>O Tribunal de Contas da União – TCU recomendou à Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) que avaliem as orientações contidas no presente Acórdão e adotem as medidas necessárias à implementação na sua esfera de atuação para edição de Resolução que trata de Livre Provedimento em Estatais.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>2017 - A Sest efetuou as seguintes providências:</p> <p>1. Continuação da implantação do previsto no plano de ações a ser implantado de forma a cumprir a determinação do referido órgão, cujas ações da CGORA foram:</p> <p>i) submeter para apreciação do GE/CGPAR;</p> <p>ii) aprovar no âmbito do GE a Minuta de Resolução a ser submetida aos Ministros.</p> <p>Refere-se ao cumprimento conjunto e consolidado dos Acórdãos TCU – Plenário – 2328/2015, 2622/2015 e 2339/2016 (e 1447/2016 de acompanhamento).</p>				

No Relatório de Gestão do exercício de 2016, consignou-se que os Acórdãos 6751/2016 - 1ª Câmara e 2915/2016 – TCU-Plenário encontravam-se pendentes de cumprimento. A Secretaria considera ter cumprido as exigências dos referidos Acórdãos, conforme detalhado a seguir:

- 1) Acórdão 6751/2016 – TCU - 1ª Câmara: A Corte de Contas decidiu “1.7.2. à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Fazenda e à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest/MP) que adotem, no prazo de noventa dias, providências para que não ocorram novos aportes ao Serpro sem a respectiva classificação da empresa como estatal dependente, em atenção ao disposto no art. 2º, inciso III, da Lei Complementar 101/2000”. A normatização de critérios para enquadramento de empresas como estatal dependente e não dependente deverá ser efetuado pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), por meio de Resolução.

A escolha desse instrumento está em consonância com o impacto das decisões relacionadas à alteração na classificação das empresas para a sua gestão, para a política fiscal do governo e para a viabilidade futura das empresas como negócio viável e sustentável. A repercussão da decisão sobre enquadramento de qualquer empresa como dependente de imediato obrigará a inclusão no orçamento fiscal e da seguridade, todas suas operações relacionadas a gestão financeira e orçamentária deverão ser desenvolvidas em sistemas como Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). Inclusive a empresa precisará seguir as regras de gestão estabelecidas para a administração direta.

Ademais, a classificação de empresa estatal no orçamento fiscal e da seguridade por meio do seu enquadramento como empresa dependente provocará maior concorrência pelos recursos desses orçamentos. Isso se deve à restrição ao crescimento das despesas daqueles orçamentos após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, também conhecida como Emenda do Teto do Gasto, que restringe a expansão das despesas a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Do exposto, o enquadramento de empresas estatais como dependente e sua consequente inserção no Orçamento Fiscal e Seguridade trará consequências importantes na gestão da empresa e na gestão fiscal. Por isso, há a necessidade de se construir regras negociadas com os Ministérios Setoriais, Ministério da Fazenda, Casa Civil e Ministério do Planejamento.

Em 07/12/2016, foram opostos embargos de declaração pela Advocacia Geral da União com pedido de efeito suspensivo. Em 2017, a Sest não recebeu qualquer manifestação a respeito das prioridades genéricas para a APF, encaminhando o resultado ao Tribunal no prazo de noventa dias”. Esta recomendação vem sendo cumprida nos últimos exercícios, considerando-se que as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 e de 2018 estabeleceram que as prioridades e metas da APF correspondem às programações orçamentárias constantes do Anexo de Prioridades e Metas. Tais anexos discriminam as prioridades da Administração em Programa, Ação, Produto e Unidade de Medida, permitindo acompanhar o cumprimento das metas, consoante objetivo constitucional da LDO (Processo SEI 03500.000369/2016-45).

- 1) Acórdão 2915/2016 – TCU Plenário: A Corte de Contas decidiu “9.1 Plano de Ação para sustentabilidade econômico-financeira da Infraero, com: 9.1.1. prazos, metas e responsáveis pela implementação das medidas; 9.1.2. benefícios esperados de cada medida; 9.1.3. sistemática de controle e avaliação, com indicadores para acompanhamento das medidas”. A decisão foi atendida por meio da Nota técnica nº. 100/2017/SE-SCA/SAC-MT, encaminhado por meio do Ofício 13482/2017-MP de 22 de fevereiro de 2017.

Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan)

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-023.984/2015-5	ACÓRDÃO Nº782/2016-TCU Plenário	9.1.1 / 9.1.2 / 9.1.3 / 9.1.4 / 9.1.5 / 9.1.6	Aviso nº 311-Seses-TCU- Plenário de 14/04/2016	19/04/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1.1 estabeleça indicadores de efetividade para monitoramento da dimensão estratégica do Plano Plurianual 2016/2019;</p> <p>9.1.2 altere o conceito do atributo "indicador de programa temático", fornecendo parâmetros de qualidade e validade;</p> <p>9.1.3 disponibilize de forma estruturada e organizada na Internet valores esperados ao final do quadriênio para os indicadores dos programas temáticos;</p> <p>9.1.4 disponibilize de forma estruturada e organizada na Internet valores anuais de referência para as metas;</p> <p>9.1.5 detalhe os valores globais, tanto anualmente como por objetivos, disponibilizando a memória de cálculo de sua definição;</p> <p>9.1.6 proveja mais tempo para as discussões oficiais dos processos de elaboração para o próximo PPA, bem como para os processos de monitoramento e avaliação do PPA 2016/2019;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>9.1.1: poderá ser atendida por ocasião da próxima revisão do PPA 2016-2019 e também pode ser incorporada como medida permanente nas próximas edições do Plano Plurianual. A iniciativa é selecionar um conjunto de indicadores estratégicos, ou seja, um rol de indicadores com papel representativo para acompanhamento da dimensão estratégica, que possam ser relacionados à visão de futuro, aos eixos estratégicos ou mesmo a algumas diretrizes estratégicas. Tais indicadores serão selecionados pelos órgãos responsáveis a partir dos indicadores dos programas temáticos, os quais terão destaque em relação aos demais, e devem constituir um número reduzido, a fim de facilitar sua interpretação e comunicação.</p> <p>9.1.2: será atendida até o final de 2018, por meio da atualização do guia metodológico dos indicadores do PPA e da implementação da ficha de indicadores, reunindo os necessários atributos para a sua caracterização, e da ficha de análise quanto à adequabilidade dos indicadores em relação às políticas.</p> <p>9.1.3: considerando que a definição de índices finais para os indicadores de programas temáticos não se adequa à metodologia atual do Plano Plurianual, a Seplan avaliará, juntamente com os Órgãos envolvidos na construção da próxima edição do Plano Plurianual, a possibilidade da implementação desta recomendação, levando-se em consideração que cada indicador incluído no Plano pode ensejar uma metodologia específica para sua projeção, bem como as especificidades dos diversos setores de políticas públicas.</p> <p>9.1.4: a Seplan entende que já é atendida parcialmente, visto que está sendo feita anualmente análise tempestiva da situação de cada meta do Plano, informando as medidas corretivas a serem adotadas quando há indicativo de que metas estabelecidas não serão atingidas até o término do Plano, de forma a propiciar a correção de rumos e o monitoramento concomitante da sociedade. Adicionalmente, quanto à previsão de valores anuais de referência para as metas, a Seplan avaliará a possibilidade da sua inclusão no Plano quando da discussão sobre parâmetros metodológicos do próximo PPA.</p> <p>9.1.5: o relatório foi elaborado e publicado no sítio do MP no final do mês de outubro de 2016 (em http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/relatorio-objetivos.pdf). Obs: como a Lei que institui o PPA 2016-2019 não especifica os valores no nível dos Objetivos, os valores apresentados no relatório foram baseados na previsão que embasou o Projeto de Lei. A Lei do PPA também não especifica os valores globais por ano, o que inviabilizou este detalhamento.</p> <p>9.1.6: Em relação à elaboração, embora o prazo constitucional de envio do PPA ao Congresso Nacional (até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial, ou seja, 31 de agosto) represente uma restrição ao período de discussões oficiais dos processos de elaboração, a Secretaria busca aprimorar instrumentos e processos de modo a antecipar as discussões a respeito das políticas e dos atributos do Plano, compensando a restrição temporal. Em relação aos prazos dos processos de monitoramento e avaliação, a Secretaria também busca aprimorar ferramentas de modo a otimizar o tempo disponível para os mesmos. Por exemplo, em relação aos instrumentos, está prevista a atualização do Guia de Indicadores e a construção de catálogos de Indicadores e Metas. Já em relação aos processos, há previsão de inclusão de novos campos no SIOP para captação de informações estratégicas, aperfeiçoamento do Relatório Anual de Avaliação do PPA e aprimoramento da participação social no monitoramento do PPA.</p> <p>Essas providências foram comunicadas ao TCU por meio dos seguintes documentos: Ofício nº 25785/2016-MP, de 6/5/2016, o qual encaminhou Nota Técnica nº 6161/2016-MP; Ofício nº 63772/2016-MP, de 14/10/2016, o qual encaminhou Nota Técnica nº 14773/2016-MP; e Ofício nº 77277/2017-MP, de 29/09/2017, o qual encaminhou a Nota Técnica nº 17409/2017-MP.</p>				
Processo SEI: 03000.001125/2016-11.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-033.142/2015-7	Acórdão 948/2016 - TCU - Plenário	9.1.1 / 9.1.2 / 9.1.3	Aviso n.330 -GP/TCU de 05/05/2015	06/05/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1.1 disponibilize, em meio de amplo acesso público, as informações originais constantes dos Planos Plurianuais, relativas a valor global dos programas, valor de referência, indicadores, objetivos, metas e iniciativas, de forma a permitir a comparabilidade entre os valores inicialmente estimados e os incluídos por meio de revisões ocorridas no decorrer dos respectivos planos;</p> <p>9.1.2 crie mecanismos que promovam a melhoria da integração, articulação e diálogo institucional entre a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos e a Secretaria de Orçamento Federal, com o intuito de melhorar a integração entre planejamento e orçamento;</p> <p>9.1.3 aperfeiçoe os mecanismos de transparência, abertura e acessibilidade dos documentos e dados orçamentários, com ênfase na tempestividade, especialmente no que se refere à disponibilização dos relatórios de avaliação do PPA, do Orçamento Cidadão, atualizado conforme a lei orçamentária anual aprovada, e, para fins gerenciais, dos dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>9.1.1: Os dados abertos dos Planos Plurianuais foram disponibilizados no link http://dados.gov.br/dataset?q=PPA&sort=score+desc%2C+metadata_modified+desc. A Seplan pretende manter as informações originais mencionadas permanentemente no link mencionado, de forma a permitir a comparabilidade entre os valores inicialmente estimados e os incluídos por meio de revisões ocorridas no decorrer dos planos, em especial no vigente, o PPA 2016-2019.</p> <p>9.1.2: Em relação a este item, a Seplan e a SOF vêm trabalhando diuturnamente para melhorar a integração entre planejamento e orçamento. Nesse sentido, podem-se destacar: o trabalho conjunto de estruturação do sistema de avaliação de políticas públicas no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP); as discussões para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2019 e para o alinhamento do processo de atualização do PPA 2017; e o início dos debates para a elaboração do PPA 2020-2023. Vale ressaltar que a SOF incluiu reuniões com a Seplan na portaria de prazos sobre a elaboração do PLOA 2019.</p> <p>9.1.3 Os dados e informações sobre o PPA vigente (2016-2019) encontram-se disponibilizados de forma bastante didática e organizada no link http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual. A Seplan busca continuamente aperfeiçoar os mecanismos de transparência do PPA e dos dados do SIOP, os quais serão acrescentados periodicamente no link mencionado. Além disso, ao longo do PPA 2016-2019, diversas inovações vêm sendo implementadas para dar mais transparência às ações do governo e para fazer com que o PPA cumpra seu papel de plano de médio prazo para a APF, tais como: ações de aproximação com os órgãos setoriais (reuniões mais frequentes e aplicação de questionários de <i>feedback</i>); inserção de campo para monitoramento de todas as iniciativas no Siop; elaboração de template padrão para o Relatório de Avaliação; melhoria de relatórios do Siop; realização de reuniões distintas para Coordenadores dos Órgãos e para novos preenchedores; revisão do Guia de Monitoramento; elaboração do Sumário Executivo do Relatório de Avaliação (incluindo Estatísticas Inovadoras); criação do relatório de avaliação visão setorial; e ferramentas inovadoras que visam ampliar a transparência do PPA para a sociedade e servir como instrumento orientador para os Órgãos (ex.: PPA Cidadão, já disponível em ppacidadeao.planejamento.gov.br).</p>				
Processo SEI: 03000.001328/2016-15.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 012.659/2017-7	Acórdão 1320/2017-TCU-Plenário	3.1.1, 3.1.2 e 3.1.31	Ofício 0214/2017-TCU/Semag, de 18/7/2017	28/07/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, Casa Civil, Presidência da República				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Trata-se da apreciação conclusiva sobre as Contas da Presidente da República referentes ao exercício de 2016.</p> <p>3.1.1 Ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que, em conjunto com os órgãos setoriais, revise as metas do PPA 2016-2019, quando do processo de revisão do Plano, com a finalidade de corrigir as distorções que ainda permanecem no atual formato de plano (item 3.2).</p> <p>3.1.2 Ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e com os órgãos setoriais, que, na seção da Prestação de Contas do Presidente da República relativa ao desempenho das metas do PPA, apresentem e considerem os parâmetros esperados para cada meta no exercício (item 3.2).</p> <p>3.1.31 Recomendar ao Ministério do Planejamento, Casa Civil e Presidência da República que consolidem em normativo único todos os dispositivos editados sobre a estratégia governamental e seu monitoramento e avaliação, identificando claramente a forma de organização dos planos de longo, médio e curto prazos, com seus objetivos e metas, além do papel do centro de governo, dos ministérios setoriais, eventuais conselhos e comitês e da CGU na formulação, monitoramento e avaliação desses planos e das políticas públicas neles contidas, aproveitando, caso entenda viável, as conclusões do grupo de trabalho do TCU encaminhadas aos titulares das pastas (Declaração de Voto do Ministro Augusto Nardes).</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Quanto às medidas adotadas referentes aos apontamentos do TCU vale ressaltar que:</p> <p>3.1.1: Quanto a este item o TCU, em sua análise quanto à qualidade e a confiabilidade das metas do Plano, apontou 58 deficiências nas metas de 12 programas temáticos do PPA. A Seplan, em conjunto com os órgãos setoriais, analisou cada um dos apontamentos, inclusive os de sugestões, e, a partir disso, elaborou um plano de ação para sanar aqueles considerados pertinentes (enviado ao TCU como anexo da Nota Técnica 1413/2018-MP). Esse plano de ação está sendo executado tempestivamente. Além disso, durante a execução do Plano, o Ministério do Planejamento vem buscando, constantemente, aperfeiçoar não só o que foi apontado pelo TCU, mas também todo o conjunto do Plano, tanto em sua metodologia como em seu conteúdo.</p> <p>3.1.2: A Seplan, a partir do monitoramento do Exercício de 2016 do PPA, trabalhou em diversas inovações para que o PPA considerasse os parâmetros esperados para cada meta no exercício, tais quais: captação de informações da ficha de metas; inclusão de classificação do desempenho das metas; e captação de tipologias padronizadas de medidas para o atingimento das metas até 2019, em relação àquelas metas classificadas “com medidas ou considerações sugeridas”. Desta forma, no Anexo 2 do Volume II do Relatório de Avaliação do Ano-base 2016, é possível verificar a evolução de cada uma das metas do PPA. Além disso, no Sumário Executivo do Volume I do Relatório de Avaliação foram apresentados gráficos consolidando o desempenho das metas do PPA em 2016, bem como as medidas sugeridas para a plena execução do Plano. Para a PCPR de 2017 já foi possível incorporar a análise da situação de cada meta selecionada, informando-se as medidas corretivas a serem adotadas quando houvesse indicativo de que metas estabelecidas não seriam atingidas até o término do Plano. Complementarmente, quanto à previsão de valores anuais de referência para as metas, a Seplan avaliará a possibilidade da sua inclusão no Plano quando da discussão sobre parâmetros metodológicos do próximo PPA.</p> <p>3.2.31: Em busca de atender a recomendação do TCU, os órgãos citados (Casa Civil-CC/PR, MP, Ministério da Fazenda e Controladoria Geral da União-MTCGU) elaboraram, em conjunto, minuta de Projeto de Lei (PL) de Governança. A proposta visa estabelecer para os poderes da União regras de governança com o propósito de garantir que as ações planejadas sejam executadas com vistas a atingirem seus objetivos e resultados de forma transparente. O Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, foi publicado no DOU de 23/11/2017, Seção 1, páginas 3 e 4, dispendo sobre a política de governança da APF direta, autárquica e fundacional. Também foi publicada no DOU de 23/11/2017, Seção 1, página 5, a mensagem Nº - 468, de 22 de novembro de 2017, que encaminha ao Congresso Nacional o texto do projeto de lei que "Dispõe sobre a política de governança da APF direta, autárquica e fundacional".</p> <p>Em observância ao Ofício nº 0214/2017-TCU/Semag, essas providências foram informadas ao TCU, em 6/2/2018 pelo Ofício 9032/2018-MP, o qual encaminha a Nota Técnica 1413/2018-MP, de 1/2/2018, e respectivo anexo contendo o Plano de Ação citado no item 3.1.1, ambos elaborados pela Seplan. Além disso, a resposta às recomendações constará também no CAPÍTULO V - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO da Prestação de Contas do Presidente da República de 2017, conforme solicitado pela CGU na NORMA DE EXECUÇÃO Nº 2, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017 (Processo SEI 03000.002987/2017-41).</p> <p>Processo SEI: 03100.000511/2017-48.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 018.218/2017-2	ACÓRDÃO Nº2127/2017 — TCU — Plenário	9.2, 9.3.1, 9.3.2.1, 9.3.2.2, 9.3.3, 9.3.6 e 9.3.8	Aviso nº 848-Seses- TCU-Plenário, de 27/09/2016	29/09/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério da Fazenda, Casa Civil				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.2 Fixar prazo de 60 (sessenta) dias para que a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério da Fazenda, com o apoio dos demais ministérios, se manifestem acerca das ações já empreendidas para melhorias no arcabouço de planejamento e orçamento e na capacidade de articulação, monitoramento e avaliação da coerência do conjunto de programas e ações governamentais, de forma a sanar as ocorrências apontadas no presente relatório.</p> <p>9.3. recomendar à Casa Civil da Presidência da República, com fundamento no princípio da eficiência (art. 37 da Constituição Federal) e no art. 3º da Medida Provisória 782/2017, que lhe atribuiu competências relacionadas ao exercício da coordenação e integração, avaliação e monitoramento das ações do Governo, que, em articulação com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e com o Ministério da Fazenda, com apoio dos demais ministérios pertinentes, desenvolva, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação para sanar falhas e inconsistências identificadas neste relatório, em harmonia com as medidas já empreendidas, a serem informadas conforme o subitem 9.2 deste acórdão e que contemplem os aspectos apontados a seguir, de modo a aprofundar a eficiência e a efetividade de ações, políticas públicas, planos e programas de governo:</p> <p>9.3.1. edição de proposta legislativa para estabelecimento de diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado", em conformidade com o artigo 174, § 1º, da Constituição Federal, considerando a relevância da definição de plano de desenvolvimento nacional de longo prazo e sua integração ao sistema de planejamento e orçamento federal previsto no art. 165 da Constituição Federal,</p> <p>9.3.2. aprimoramento do modelo do Plano Plurianual (PPA) para:</p> <p>9.3.2.1. que o plano constitua instrumento efetivo de planejamento de médio prazo do Governo Federal, que oriente a distribuição de recursos em seu período de vigência, viabilize o acompanhamento e atendimento das metas estabelecidas e induza sustentabilidade fiscal, transparência e efetividade dos programas, em conformidade com o artigo 165, § 7º, da Constituição Federal;</p> <p>9.3.2.2. que o plano favoreça a gestão, a transparência e o controle, ao contemplar aspectos como: a) explicitação de indicadores de efetividade para monitoramento da dimensão estratégica; b) seleção de indicadores para os programas, com descrições específicas e parâmetros de validade e qualidade; c) indicação dos valores esperados dos indicadores ao final do quadriênio; d) indicação de metas específicas a serem realizadas anualmente; e) indicação dos valores detalhados por ano e por objetivos, com disponibilização à sociedade das memórias de cálculo para sua definição; f) indicação de como será a integração dos objetivos e programas com a dimensão estratégica do PPA e com o plano de longo prazo que vier a ser implantado.</p> <p>9.3.3. aprimoramento da governança orçamentária para: a) induzir a Administração Pública Federal à definição e utilização de indicadores de efetividade para seus programas e ações; b) sistematizar o monitoramento e a avaliação do desempenho de programas e políticas públicas; e c) valorizar o princípio da eficiência, ao relacionar alocações orçamentárias ao desempenho dos programas e resultados alcançados;</p> <p>9.3.6. definição de arranjos institucionais com o propósito de aprimorar a coerência e a coordenação: a) entre programas e ações que integram o PPA; b) de planos e políticas nacionais, regionais e setoriais com o PPA federal e com planos, políticas e programas já existentes; c) de novas leis e emendas com os objetivos das políticas, programas e ações governamentais já existentes; d) entre políticas públicas que dependam de integração setorial e federativa, melhorando a eficiência do gasto governamental;</p> <p>9.3.8. elaboração e manutenção de Sistema de Indicadores-Chave Nacionais, indicadores estes refletidos nas diretrizes estratégicas do PPA, que informe, periodicamente, posição e evolução do nível do desenvolvimento nacional, permitindo comparabilidade com outros países.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>9.2: Segundo o Relatório de Políticas e Programas de Governo (RePP), o TCU verificou a existência de problemas sistêmicos e estruturantes nos pilares da atuação estatal. Para o TCU, esses problemas são dotados de potencial para, em conjunto ou isoladamente, comprometer de maneira sistemática e transversal o alcance de metas e objetivos do conjunto de programas e ações governamentais e a capacidade de entrega do Estado. Para sanar as inconsistências apontadas no relatório, algumas ações foram tomadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falha apontada: ausência de planejamento nacional de longo prazo. <p>Medidas adotadas: elaboração, no âmbito do Poder Executivo Federal, do Projeto de Lei de Governança (PL</p>				

9163/2017).

- **Falha apontada:** PPA tem a efetividade comprometida no cumprimento do papel de plano de médio prazo.
Medidas adotadas: trabalho conjunto entre Seplan e SOF para melhorar a integração entre planejamento e orçamento, além de inovações implementadas para dar mais transparência às ações do governo: ações de aproximação com os órgãos setoriais; inserção de campo para monitoramento de todas as iniciativas no Siop; melhoria de relatórios do Siop; elaboração do Sumário Executivo do Relatório de Avaliação (incluindo Estatísticas Inovadoras); criação do relatório de avaliação visão setorial; e ferramentas inovadoras para ampliar a transparência, como o PPA Cidadão).

- **Falha apontada:** falta de uniformidade e padronização dos planos nacionais setoriais.
Medidas adotadas: foi enviado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei (PL 9163/2017) que contempla dispositivos na direção de estabelecer princípios, diretrizes e práticas de governança pública, voltadas à melhoria do desempenho das organizações no cumprimento de sua missão institucional. Também foram apresentados requisitos mínimos para a elaboração dos planos nacionais, setoriais e regionais. Outra iniciativa que vem sendo implementada é a revitalização da Biblioteca Digital da Seplan, que tem como escopo consolidar documentos como os PPAs federais e estaduais e os planos setoriais existentes, organizando-os em um único lócus e permitindo, assim, uma visão geral do planejamento governamental.

- **Falha apontada:** deficiências no Monitoramento e Avaliação governamental, com destaque à falta de mecanismos de monitoramento e avaliação integrados do desempenho das políticas públicas que possibilitassem um acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) de forma multissetorial, multinível e de longo prazo.

Medidas adotadas: criação de câmaras temáticas, que terão como missão a governança compartilhada, proporcionando um espaço de convergência e proposição de políticas públicas, ações e instrumentos para implementação dos ODS, de forma a acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos objetivos. Além disso, como forma de melhorar o processo de Monitoramento e Avaliação governamental, vale ressaltar a implementação do Novo Monitoramento Participativo do PPA 2016-2019, que visa a promover o controle social e aproximar ainda mais a sociedade civil da elaboração e implementação de políticas públicas constantes no PPA.

Essas providências foram comunicadas ao TCU por meio do Ofício nº 1746/2017/SE/CC-PR, de 27/11/2017, o qual encaminhou a Nota Técnica nº 21272/2017-MP da Seplan.

9.3.1, 9.3.2.1, 9.3.2.2 e 9.3.8: para sanar as deficiências apontadas pelo TCU foi elaborado um plano de ação onde constam as atividades a serem implementadas pela Seplan e os respectivos prazos para a implementação. As ações previstas estão sendo cumpridas conforme os prazos estabelecidos.

Essas providências foram comunicadas ao TCU por meio do Ofício nº 1746/2017/SE/CC-PR, de 27/11/2017, o qual encaminhou a Nota Informativa nº 10109/2017-MP e respectivo anexo contendo o plano de ação.

9.3.3 e 9.3.6: para responder a esses itens foi elaborado plano de ação conjunto entre a SOF e a Seplan, onde constam as atividades a serem implementadas conjuntamente pelas Secretarias e os respectivos prazos para a implementação.

Essas providências foram comunicadas ao TCU por meio do Ofício nº 1746/2017/SE/CC-PR, de 27/11/2017, o qual encaminhou Nota Informativa nº 10143/2017-MP e respectivo anexo contendo o plano de ação.

Processo SEI: 03000.002510/2017-66

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-030.261/2016-3	Acórdão 1948/2016 - TCU - Plenário	9.2	Aviso n.806 –Seses-TCU- Plenário de 11/09/2017	21/09/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União				
Descrição da determinação/recomendação				
9.2. recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que divulguem os avanços e as boas práticas apontados neste relatório, que julgarem pertinentes, para demais órgãos da Administração Pública.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
9.2: A Seplan encontra-se em processo de seleção das boas práticas pertinentes apontadas no relatório do TCU, avaliando a melhor forma de divulgá-las aos demais Órgãos da Administração Pública.				

Processo SEI: 03000.002440/2017-46

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC011.8842016-9	ACÓRDÃO N° 3001/2016 – TCU - Plenário	9.4.3 /9.4.3.2 /9.4.4 / 9.4.4.1.1/ 9.4.4.1.2/ 9.4.4.1.3/ 9.4.4.2 / 9.4.4.3/ 9.4.4.4.1 / 9.4.4.4.2 / 9.4.4.4.3	Aviso n° 901-Seses-TCU-Plenário, de 24/11/2016	12/01/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Ministério da Educação				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.4.3. ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que:</p> <p>9.4.3.2. quando da elaboração das leis de diretrizes orçamentárias anuais, inclua o Fies em seu Anexo de Riscos Fiscais, com a apresentação, a cada ano, da projeção dos impactos fiscais estimados decorrentes do programa, a curto, médio e longo prazos;</p> <p>9.4.4. ao Ministério da Educação, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que:</p> <p>9.4.4.1. elaborem, em conjunto e apresentem ao Tribunal de Contas da União, no prazo de noventa dias, Plano de Trabalho, com prazos e responsáveis, que contemple, no mínimo, ações sobre:</p> <p>9.4.4.1.1. a estratégia a ser adotada para que o Fies possa efetivamente contribuir para a política educacional, representada pelo cumprimento das metas fixadas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, abrangendo aspectos da execução, acompanhamento e avaliação do programa, além de alterações em sua concepção, caso necessário;</p> <p>9.4.4.1.2. os aspectos relativos ao monitoramento, à avaliação e à mitigação dos impactos fiscais gerados pela expansão do Fies no período de 2010 a 2015; e</p> <p>9.4.4.1.3. o monitoramento, a avaliação e as estratégias de atuação quanto aos índices de inadimplência do Fies.</p> <p>9.4.4.2. realizem os estudos e adotem as medidas previstas na Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal previamente à criação ou expansão de despesas com concessão dos financiamentos do Fies, notadamente no art. 16 daquela lei, considerando que tais dispêndios devem ser considerados como expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;</p> <p>9.4.4.3. realizem estudos e adotem as medidas previstas na Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, previamente à criação ou expansão de despesas com a administração dos financiamentos do Fies, destinadas à remuneração dos agentes financeiros, notadamente no art. 17 da lei, considerando que tais dispêndios devem ser considerados como despesas obrigatórias de caráter continuado;</p> <p>9.4.4.4. elaborem em conjunto e apresentem ao Tribunal de Contas da União, no prazo de noventa dias, Plano de Trabalho, com prazos e responsáveis, que abarque, no mínimo, ações e medidas relativas:</p> <p>9.4.4.4.1. aos contratos de financiamento já assinados, com indicação das fontes de financiamento a serem utilizadas, considerando o vultoso volume de recursos necessários para sua manutenção;</p> <p>9.4.4.4.2. à estratégia a ser adotada com relação ao número de financiamentos a serem concedidos nos próximos anos, com indicação da estimativa plurianual do número de vagas e também das fontes de custeio a serem utilizadas para a despesa gerada;</p> <p>9.4.4.4.3. à sustentabilidade do Fies, de forma a estabelecer tendência de redução da dependência do programa quanto a recursos do Tesouro Nacional, com medidas que possibilitem minimizar a desvalorização real dos ativos do Fundo e aumentar a expectativa de retomo dos financiamentos concedidos;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Quanto aos itens 9.4.3 e 9.4.3.2 do Acórdão 3001/2016, foi publicado o Acórdão TCU 539/2017 de 29/03/2017 no qual é informado ao MP que “(...) caso não seja possível cumprir o subitem 9.4.3.2 na elaboração da LDO 2018, solicite explicitamente a este Tribunal, de forma motivada, que o referido subitem passe a ser cumprido a partir da LDO 2019.” Diante dessa possibilidade facultada pelo Tribunal ao MP e levando-se em conta a competência da Seplan para a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais que acompanha o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a AECI/MP enviou ao Tribunal de Contas, Ofício n° 32180/2017-MP, o qual encaminhou Nota Técnica n° 7071/2017-MP, da lavra da Seplan, com justificativas e solicitação de cumprimento do referido item 9.4.3.2 do Acórdão 3001/2016, a partir da LDO 2019. No momento, a Seplan encontra-se em fase de recebimento de informações dos Ministérios e Órgãos competentes para fins de elaboração do Anexo de Riscos Fiscais que acompanhará o PLDO-2019, inclusive das informações necessárias ao cumprimento do item 9.4.3.2 do Acórdão 3001/2016.</p> <p>No que concerne aos demais itens do Acórdão 3001/2016, foi acordado em reuniões do Comitê de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Federais (CMAP), instituído pela Portaria Interministerial n° 102/2016, que o Ministério da Fazenda ficaria com a coordenação do processo de avaliação e proposição de mudanças do FIES. Sabendo disso, e tendo a ciência de responder às recomendações do TCU, a Seplan esteve reunida com representantes da Secretaria de Assuntos Econômicos (SEAE) do Ministério da Fazenda e do IPEA, com o intuito de discutir o Acórdão e dar início às tratativas para elaboração de um plano de trabalho conjunto, o qual vem sendo desenvolvido ao longo do prazo estipulado pelo Tribunal.</p> <p>O aludido Plano de Trabalho interministerial do Acórdão 3001/2016 do TCU foi elaborado para atender aos subitens 9.4.4.1 e 9.4.4.4 do Acórdão e, adicionalmente, aos subitens 9.4.4.2 e 9.4.4.3, relacionados às despesas com a concessão dos financiamentos e com a administração dos financiamentos do Fies. Esse Plano de Trabalho foi enviado ao TCU e discrimina entregas parciais segundo cronograma dividido em nove fases, com prazos que se estendem de agosto de 2017 a agosto de 2018. O Grupo de Trabalho criado para executar o plano, que conta com o envolvimento do MEC, MP e MF, tem seguido rigorosamente o cronograma (com exceção da fase 6, que obteve pequena dilação de prazo junto ao TCU) e, até o presente momento, já foram cumpridas as seis primeiras fases. Para o ano de 2018, estão previstas as entregas da Fase 7 (Elaboração de Plano Plurianual do FIES, prazo até junho), da fase 8 (Criação de Indicadores de Desempenho, prazo até junho) e da fase 9 (Definição da Estratégia de Governança sobre os Indicadores de Desempenho, prazo até agosto). Por fim, ressalta-se a intensa participação da Seplan junto ao Comitê Gestor recém criado (Lei n° 13.530/2017), que conta com dois representantes do MP.</p>				
Processo SEI: 03000.003823/2016-51				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 028.938/2016-0	ACÓRDÃO N° 1968/2017 - TCU - Plenário	9.2 / 9.2.1 / 9.2.2 / 9.2.3 / 9.3	Ofício 0269/2017-TCU/Secex Ambiental, de 13/9/2017 e Ofício 0294/2017-TCU/Secex Ambiental, de 18/9/2017	26/09/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Casa Civil; Presidência da República				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do voto e relatório que a subsidiaram ao Ministério do Planejamento, Casa Civil e Presidência da República, recomendando, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que na formulação do normativo recomendado no subitem 3.1.31 do Parecer Prévio das Contas de Governo de 2016, considerem as análises e conclusões deste processo, especialmente quanto aos seguintes aspectos:</p> <p>9.2.1. estruturação de monitoramento integrado das políticas públicas, considerando as características inerentes aos ODS (multissetorial, multinível e de longo prazo);</p> <p>9.2.2. conveniência de se adaptar sistemas existentes, a exemplo do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), e do Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO), em construção, possibilitando avaliações transversais ao longo do tempo, de forma contínua e permanente, compreendendo as três esferas da federação;</p> <p>9.2.3. estabeleçam mecanismos de coordenação interministerial para promover o alinhamento e consistência das políticas públicas, considerando uma perspectiva integrada de governo (whole-of-government approach);</p> <p>9.3. recomendar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, ao Ministério do Planejamento, Casa Civil e Presidência da República, que 90 dias após a edição do normativo recomendado no subitem 3.1.31 do Parecer Prévio sobre das Contas de Governo 2016 (TC -012.659/2017-7), encaminhem a este Tribunal um plano para sua implementação.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Conforme Nota Técnica n° 20471/2017-MP do processo SEI n° 03100.000682/2017-77, o Governo Federal está desenvolvendo uma série de ações com vistas a aprimorar a governança da Agenda 2030, dentre elas, a instalação da Comissão Nacional dos ODS e o alinhamento PPA-ODS, que resultou na criação das Agendas ODS no SIOP, cujos resultados estão disponíveis no sítio PPA Cidadão.</p> <p>Em relação, ao item 9.3, a publicação do Decreto N° 9.203, de 22 de novembro de 2017, com a criação do Comitê Interministerial de Governança (CIG), e a proposição do Projeto de Lei n° 9163 são algumas das medidas que o governo vêm implementando para melhorar a coordenação interministerial, promover o alinhamento de políticas e estabelecer instrumentos de planejamento de longo prazo. Conforme expresso na Nota Técnica n° 160/2018-MP do processo SEI n°. 03100.000632/2017-90, a elaboração de um plano de ação referente à estratégia nacional de desenvolvimento deve se dar a partir da sanção da Lei originária do PL n° 9.163/2017.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-031.699/2016-2	ACÓRDÃO N°2388/2017 — TCU — Plenário	9.3	Aviso n° 978-Seses-TCU-Plenário, de 26/10/2017	07/11/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Casa Civil; Ministério da Integração Nacional				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.3. recomendar, com fulcro no art. 250, inciso III, do RI/TCU, à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (IVIP) e ao Ministério da Integração Nacional que analisem a conveniência e a oportunidade de criação de uma rede de Gestão Compartilhada entre as instituições responsáveis pelo desenvolvimento regional tais como Sudam/Basa, Sufrema e representantes da sociedade civil, para alinhamento das ações e otimização dos recursos humanos e financeiros da Região Norte;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Casa Civil da Presidência da República está coordenando a elaboração de um plano de trabalho com a participação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério da Fazenda e Ministério da Integração Nacional que responde às recomendações e determinações dos Acórdãos n°. 2.388/2017, n°. 1.655/2017 e n°. 1.827/2017, os quais tratam da temática do desenvolvimento regional. O referido Plano está em fase final de elaboração.</p>				
Processo SEI: 03000.002792/2017-00				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 011.432/2015-2	ACÓRDÃO N° 1655/2017 — TCU — Plenário	9.5 / 9.5.1 / 9.5.2	Aviso n° 560-Seses- TCU-Plenário, DE 04/08/2017	14/11/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Casa Civil; Ministério da Fazenda; Ministério da Integração Nacional				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.5. recomendar à Casa Civil, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério da Integração Nacional e ao Ministério do Planejamento que, com fulcro no arts 10, 2° e 3°, inciso II, § 1", do Decreto 6.047, de 22 de fevereiro de 2007:</p> <p>9.5.1. considerem a utilização de formas de repasse de recursos públicos alternativas para que os municípios menos desenvolvidos sejam alcançados;</p> <p>9.5.2. avaliem a oportunidade e a conveniência de propor instrumentos de regulação ou propostas legislativas, adicionalmente às que já existem, com o objetivo de propiciar planejamento de longo prazo para a diminuição das distorções regionais na distribuição de recursos evidenciadas neste trabalho;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Casa Civil da Presidência da República está coordenando a elaboração de um plano de trabalho com a participação do MP, MF e Ministério da Integração Nacional, que responde às recomendações e determinações dos Acórdãos n°. 2.388/2017, n°. 1.655/2017 e n°. 1.827/2017, os quais tratam da temática do desenvolvimento regional. O referido Plano está em fase final de elaboração.</p> <p>Processo SEI: 03000.002057/2017-98</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 020.126/2015-8	ACÓRDÃO N° 1827/2017 — TC U — Plenário	9.1.1 / 9.1.1.1 / 9.1.1.2 / 9.1.1.3 / 9.1.1.4 / 9.1.1.5 / 9.1.1.6 / 9.1.2 / 9.2	Aviso nº 1328 - GP/TCU, DE 19/12/2017	27/12/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Casa Civil; Ministério da Integração Nacional				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. determinar à Casa Civil da Presidência da República que, no exercício das competências que lhes foram atribuídas pelo art. 30 da Medida Provisória 782/2017, em especial aquelas relacionadas ao exercício da coordenação e integração das ações do Governo e à avaliação e monitoramento da ação governamental:</p> <p>9.1.1. em articulação com os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Integração Nacional e com o apoio dos demais ministérios pertinentes e, quando cabível, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, apresente, no prazo de 90 (noventa) dias, com o objetivo de sanar falhas e inconsistências que prejudicam a efetividade de ações, políticas públicas, planos e programas para a redução das desigualdades regionais, a relação de possíveis causas que acarretam ou contribuam, de forma decisiva, para a ocorrência das lacunas a seguir apontadas:</p> <p>9.1.1.1. ausência de regionalização de indicadores, objetivos e metas nos programas governamentais que integram o Plano Plurianual do Governo Federal 2016-2019 e que impactam significativamente o nível de desenvolvimento das regiões brasileiras, comprometendo o estabelecimento e o monitoramento de uma estratégia consistente para redução das disparidades regionais;</p> <p>9.1.1.2. ausência de processo específico e coordenado de elaboração dos planos nacionais, regionais e setoriais que permita o aprimoramento da integração intersetorial e federativa no processo de planejamento do governo federal, de sorte a promover articulação e sinergia das políticas públicas estabelecidas no âmbito dos Planos Plurianuais do nível federal e dos entes subnacionais;</p> <p>9.1.1.3. ausência do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) formalmente aprovado por lei e concebido por meio de um processo de planejamento participativo e de articulação eficaz, que compreenda programas, projetos e ações e defina metas para as políticas públicas federais consideradas relevantes para o desenvolvimento da região, conforme preconiza a Lei Complementar 125/2007;</p> <p>9.1.1.4. ausência de um processo sistematizado de avaliação dos programas e das ações do Governo Federal na Região Nordeste, conforme preconiza a LC 125/2007;</p> <p>9.1.1.5. ausência de estratégias para institucionalização de um planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado e integrado com visão de longo prazo, conforme preceitua a Constituição Federal, art. 174, § 1º e art. 165, § 40; e</p> <p>9.1.1.6. deficiência nos sistemas de informação do governo, que não permitem que se identifique, de forma regionalizada, a destinação de recursos para os entes federados para fins de transparência, monitoramento e avaliação;</p> <p>9.1.2. em articulação com os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Integração Nacional e com o apoio dos demais ministérios pertinentes e, quando cabível, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, apresente, no prazo de 90 (noventa) dias, com o objetivo de sanar falhas e inconsistências que prejudicam a efetividade de ações, políticas públicas, planos e programas para a redução das desigualdades regionais, plano de ação com a especificação, entre outros, de ações concretas que visem a enfrentar as causas apontadas na forma do subitem anterior, dos responsáveis e dos prazos necessários à sua implementação, bem como a forma como tais ações serão executadas;</p> <p>9.2. recomendar à Casa Civil da Presidência da República que lidere a implementação de processo específico e coordenado de elaboração dos planos nacionais, regionais e setoriais, que permita o aprimoramento da integração intersetorial e federativa no processo de planejamento do Governo Federal, de sorte a promover a articulação e sinergia das políticas públicas estabelecidas no âmbito dos planos plurianuais do nível federal e entes subnacionais e a assegurar a eficiência do gasto governamental;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Casa Civil da Presidência da República está coordenando a elaboração de um plano de trabalho com a participação do MP, MF e Ministério da Integração Nacional que responde às recomendações e determinações dos Acórdãos nº. 2.388/2017, nº. 1.655/2017 e nº. 1.827/2017, os quais tratam da temática do desenvolvimento regional. O referido Plano está em fase final de elaboração.				
Processo SEI: 03000.003308/2017-51				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 007.561/2015-6	ACÓRDÃO Nº 1594/2016 - TCU - Plenário	9.5.1 / 9.5.2 / 9.5.3	Ofício 8883/2016-TCU/Sefip, de 11/7/2016 e Aviso nº 581-GP/TCU de 13/07/2016	15/07/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), por meio da Secretaria de Orçamento Federal e da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos				
Descrição da determinação/recomendação				
9.5.1. realize sistematicamente o planejamento da força de trabalho, inclusive com definições de perfil profissional, levando em consideração necessidades futuras do órgão;				
9.5.2. adote, a partir do atendimento à recomendação de definição de perfis profissionais, meios para aprimorar a análise da adequação dos aprovados ao perfil e ações de enfrentamento de possíveis desajustes;				
9.5.3. mantenha informações sobre concursos públicos autorizados, desde a solicitação até a execução do certame, que garantam o compartilhamento de conhecimento com responsáveis por tais processos no futuro;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em resposta aos itens mencionados, a SOF e a Seplan, em conjunto, elaboraram plano de ação para atendimento às recomendações e determinação do TCU, conforme Anexo da Nota Técnica Conjunta nº 44/2016-MP, de 04/10/16. Conseqüentemente, a alocação dos Analistas de Planejamento e Orçamento nomeados em julho de 2017 foi precedida pela aplicação de questionários em que os novos servidores identificaram sua formação e interesses acadêmicos, além de conhecimentos, habilidades e atitudes.				
Um questionário semelhante foi direcionado aos demais servidores em efetivo exercício na Secretaria, objetivando uma pesquisa ampla das competências individuais existentes na Seplan. Aos Coordenadores-Gerais, dirigiu-se um questionário analogamente estruturado, para levantamento das competências necessárias e desejáveis aos servidores que tenham ou venham a ter exercício no quadro de pessoal da Secretaria. No caso da alocação dos novos Analistas de Planejamento e Orçamento, as informações provenientes dos questionários já representaram ganhos substantivos na gestão da força de trabalho da Seplan, no ano de 2017. Por fim, cabe reiterar o compromisso da Secretaria com a observância tempestiva do Plano de Ação conjunto com a SOF, tal qual encaminhado ao TCU.				
Processos SEI: 03000.002264/2016-61 & 03500.001146/2016-03				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 011.713/2015-1	Acórdão 1942/2015 - TCU - Plenário	9.8	Ofício 0400/2015-TCU/SecexAmbiental, de 19/8/2015	26/08/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Presidência da República; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Justiça; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações; Ministério da Integração Nacional; Secretaria da Receita Federal; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária				
Descrição da determinação/recomendação				
9.8. determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com art. 250, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, à Presidência da República, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Ministério da Integração Nacional, à Secretaria da Receita Federal, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e ao Conselho Deliberativo a que se refere o Decreto 8.414/2015, que apresentem, conforme parágrafos 196,197 e 202 ao 207 do Manual Anop, aprovado pela Portaria Segecex 4/2010, no prazo de 120 dias, plano de providências para às determinações e às recomendações do relatório de Auditoria Operacional de Governança de Solos Não Urbanos (parágrafos 18-125).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O Item 9.8 trata da determinação de elaboração de plano de providências para atendimento às deliberações do relatório de Auditoria Operacional de Governança de Solos Não Urbanos. Essas deliberações abrangem diversos órgãos do Governo Federal e demandam articulação e integração das ações a serem implementadas. Nesse sentido, a Presidência da República, especificamente a Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (SAG), organizou, desde setembro de 2016, Grupo de Trabalho Interministerial para analisar e responder às determinações e recomendações do Acórdão 1942/2015.				
Como resultado do Grupo de Trabalho, o plano de providências foi elaborado, contendo respostas iniciais e prazos. Sobre as deliberações que concernem a este Ministério, houve manifestação conforme Nota Técnica nº 5612/2015-MP, de 2 de dezembro de 2015, encaminhada ao Tribunal de Contas da União. Nos mesmos termos dessa manifestação, o MP reitera sua disponibilidade para prestar apoio metodológico e fornecer capacitação aos Órgãos Setoriais envolvidos, caso demandado.				
Processo SEI: 03100.200863/2015-30				

No Relatório de Gestão do exercício de 2016, registrou-se que o Acórdão 1071/2016-Plenário encontrava-se pendente de cumprimento. A Seplan considera ter cumprido as exigências, conforme detalhadas a seguir:

- 1) Acórdão nº 1071/2016-TCU-Plenário - A Corte de Contas decidiu: "9.6.3. ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão acerca do descumprimento do § 2º do art. 3º da Portaria MP 16/2013, referente à não disponibilização de informações sobre as renúncias associadas às olimpíadas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), embora ela se enquadre na categoria de financiamento extraorçamentário dos Jogos Rio 2016, cujas iniciativas deverão ser tratadas em campo de preenchimento específico nesse sistema (item III.2);". Em atenção ao item 9.6.3 do referido Acórdão, considerando-se as competências dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, coube à Secretaria da Receita Federal/MF, na forma do Ofício nº 448/2016-RFB/Gabinete, prestar informações sobre a estimativa de renúncia fiscal nos anos de vigência do PPA 2016-2019, com base na Lei nº 12.780/2013, a qual dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016. Por seu turno, a Seplan incluiu essas informações no Siop, em 2017, dentro do período de Revisão do PPA 2016-2019. Posteriormente, ainda no ano de 2017, novos dados de renúncias fiscais foram obtidos junto à Receita Federal, ocorrendo atualização pela Seplan no âmbito do processo de Monitoramento anual de financiamentos extraorçamentários do PPA. Há de se frisar que novas atualizações nessas informações podem ocorrer como parte das rotinas de gestão do PPA 2016-2019. Enfim, cabe informar que o processo SEI/MP sobre o assunto mencionado é o seguinte: 03100.000459/2016-49.

Secretaria-Executiva (SE)

No Relatório de Gestão do exercício de 2016, registrou-se que o Acórdão 1273/2015-Plenário encontrava-se pendente de cumprimento. Em atendimento a essa recomendação, a Secretaria-Executiva considera ter cumprido as exigências, conforme detalhadas a seguir:

- 1) Acórdão 1273/2015-TCU-Plenário: A Corte de Contas recomendou “à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (em articulação com a Casa Civil da Presidência da República, com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e com a Controladoria Geral da União) que, com fulcro no art. 24-B, da Lei 10.683/2012, elabore plano de longo prazo com objetivo de fortalecer a governança nas organizações públicas de todas as esferas, com vistas ao desenvolvimento nacional”. Em face a essa recomendação, em complemento ao Ofício Conjunto MP/CGU nº 27052/2016-MP/CGU e para o efetivo atendimento da demanda, foi encaminhado Projeto de Lei nº 9.163/2017 ao Congresso Nacional, que dispõe sobre a política de governança da APF direta, autárquica e fundacional. Ademais, o Decreto nº 9.203, de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e que já se encontra em vigor, viabiliza o atendimento da referida recomendação. O decreto foi publicado no DOU de 23 de novembro de 2017. Nesse decreto, fica instituído o Comitê Interministerial de Governança (CIG), com a finalidade de assessorar o Presidente da República na condução da política de governança da APF. O CIG é composto pelos membros titulares do Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ministro de Estado da Fazenda, Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União. É importante ressaltar que no dia 19 de fevereiro de 2018 foi realizada a 1ª Reunião do CIG.

7.2 Tratamento de Recomendação do Órgão de Controle Interno

Quadro 7.2 – Recomendações do Órgão de Controle Interno

Recomendação do Órgão de Controle Interno – Exercício de 2017				
Recebida	Atendida	Em monitoramento	Nº Rec.	Providências Adotadas
SOF				
1	1	0	14188	<p>Após tratativas com a CGU, a SOF inseriu no Sistema Monitor o Relatório de Avaliação das Projeções Constantes dos Relatórios de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias, do exercício orçamentário de 2016, em consonância com o art. 55, §4º, da LDO de 2016. A avaliação presente no referido Relatório objetivou não só a identificação de desvios que possam comprometer a qualidade das previsões das receitas, transferências por repartição de receitas e despesas, como também proporcionar o refinamento do processo, com vistas a conferir continuamente maior acurácia às projeções e precisão no orçamento e ao fluxo financeiro.</p> <p>Ademais, o Relatório coaduna-se com os aperfeiçoamentos nas estimativas de receitas e despesas primárias, em atendimento também ao Acórdão 746/2017-TCU-Plenário. Nesse sentido, a SOF comprometeu-se a, anualmente, em meados do mês de março, publicar o Relatório, instaurando, assim, um processo formal e contínuo de elaboração daquele, de modo a dar continuidade às avaliações nos exercícios seguintes. Dessa forma, no dia 7/12/2017, a CGU considerou atendida a recomendação para que seja institucionalizado, por meio de normativo, no âmbito da SOF, processo formal e contínuo de elaboração do Relatório de Avaliação das Projeções Constantes dos Relatórios de Avaliação das receitas e Despesas Primárias de que trata o § 4º, art. 52 da LDO-2015, de modo a dar continuidade às avaliações nos exercícios seguintes. (Processo SEI 03500.001691/2017-72).</p>

Fonte: Sistema Monitor CGU

Recomendação do Órgão de Controle Interno – Exercício de 2017				
Recebida	Atendida	Em monitoramento	Nº Rec.	Providências Adotadas
Seain				
1	0	1	70315	<p>Em relação à recomendação, a Seain informou no Sistema Monitor que a vigência do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), cuja primeira fase encerrou-se em dezembro de 2015, foi renovada por mais 10 anos por ocasião da realização da XLVIII Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), em julho de 2015. No entanto, a validade dessa renovação depende de sua incorporação ao ordenamento jurídico dos países membros, o que ainda não aconteceu no Brasil. O último debate sobre a nova fase do Focem ocorreu na Reunião do Grupo de Trabalho Ad-Hoc realizada em 11 de setembro de 2017, no Ministério das Relações Exteriores, com representantes do Brasil e demais países do Mercosul, mas ainda não se chegou a um consenso sobre o tema. O novo Regulamento do Focem, que deverá entrar em vigor na nova fase, também está em discussão. Considerando que as regras e condições a serem estabelecidas no novo Regulamento podem resultar em diferentes categorias de projetos a serem financiados pelo Focem, a conclusão do normativo contendo critérios e objetivos para a seleção de projetos brasileiros deverá respeitar tais condições.</p>

				Portanto, a elaboração desse normativo deverá ser concluída somente após a aprovação do novo Regulamento. A conjuntura econômica e política do País no último ano alterou as prioridades de investimentos do governo, o que tem ensejado amplas discussões no tocante aos critérios de seleção de projetos não apenas para o Focem mas para todos os organismos internacionais que financiam projetos no Brasil. Cabe ressaltar que não há seleção e apresentação de novos projetos brasileiros ao Fundo desde março de 2014, de modo que a não publicação dos critérios de seleção não gerou prejuízos ao processo. O País só poderá aprovar novos projetos quando regularizar a situação dos aportes ao Fundo. O valor devido é de US\$ 102,24 milhões e corresponde a um aporte parcial de 2014 e à totalidade do aporte de 2015.
--	--	--	--	--

Fonte: Sistema Monitor CGU

Recomendação do Órgão de Controle Interno – Exercício de 2017				
Recebida	Atendida	Em monitoramento	Nº Rec.	Providências Adotadas
Seplan				
6	1	5	162844	A avaliação do PPA é realizada por programas temáticos e é parte do Relatório de Avaliação enviado anualmente ao Congresso Nacional, o que já contribui para a transparência das informações públicas, conforme exigido pela Lei de Acesso a Informação. Em relação à recomendação 162844, entende-se ter sido cumprida desde novembro de 2016, pois nessa data os dados abertos dos Planos Plurianuais foram disponibilizados no link http://dados.gov.br/dataset?q=PPA&sort=score+desc%2C+metadata_modified+desc . A Seplan pretende manter as informações mencionadas permanentemente no link, de forma a permitir a consulta ao PPA 2016-2019 (dados vigentes e tabelas dos relatórios de avaliação), bem como a PPA's anteriores.
			66296	Conforme a planilha abaixo, sinaliza-se o atendimento da Recomendação 66296. É digna de nota a gestão da informação em diferentes áreas, com foco em diversos públicos. As ações de publicização da informação e participação social no planejamento ocorreram em duas frentes: via internet e presencialmente. Na rede mundial de computadores, destacam-se a reformulação da página do Plano Plurianual e o PPA Cidadão. A reformulação da página trouxe maior destaque ao PPA e facilitou o acesso ao seu conteúdo; já o PPA Cidadão, lançado no final de dezembro de 2017, permite o acesso a programas, objetivos, metas, iniciativas e agendas (transversais, temáticas e de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS) de forma rápida e intuitiva. Entre as ações presenciais, cabe citar as reuniões realizadas entre Seplan e Setoriais de Planejamento, os treinamentos de PPA/Siop ofertados aos órgãos setoriais e o monitoramento participativo do PPA, apresentado no Fórum Interconselhos 2017. Também houve evolução na comunicação da informação com os órgãos setoriais por meio da elaboração da visão gerencial do Relatório de Avaliação do PPA 2016-2019, individualizada para cada órgão. Atualização do plano de ação:

		AÇÃO	STATUS	DATA/PRAZO
		GESTÃO DA INFORMAÇÃO		
		Reorganização do sítio do Ministério do Planejamento	REALIZADO	NOVEMBRO/2016
		Inclusão de Perfil de Evolução das metas e dos indicadores no Relatório de Avaliação do PPA 2016-2019 - Ano Base 2016	REALIZADO	MAIO/2017
		Elaboração de visão gerencial do relatório de avaliação do PPA - setorializada	REALIZADO	JULHO/2017
		Instituição de periodicidade semestral de reuniões entre SEPLAN e Setoriais de Planejamento	REALIZADO	JULHO/2017
		PPA CIDADÃO	REALIZADO	DEZEMBRO/2017
		Instituição de oferta de treinamento de PPA/SIOP mínima quadrimestral para os órgãos setoriais relacionados com o PPA	REALIZADO	OUTUBRO/2017
		Monitoramento participativo para o PPA	REALIZADO	NOVEMBRO/2017
141821	Monitorar políticas públicas requer uma organicidade do processo de monitoramento, que deve ter técnicas adequadas, métodos claros e instrumentos adequados para a captação de dados e a produção de informação. A recomendação 141821 da Controladoria aponta para a melhoria de instrumentos que são úteis para aperfeiçoar o atual processo. Entende-se que, nessa esteira, uma formalização pronta de um processo completo de monitoramento nesse contexto ainda não convém, uma vez que está sujeita a particularidades do monitoramento, que diferem largamente de acordo com a natureza dos temas tratados para cada órgão. Contudo, é do entendimento da Seplan que é preciso começar a elaborar instrumentos com um mínimo de padronização, de modo que possam ser utilizados como elementos facilitadores do processo de monitoramento a ser estabelecido. Desse modo, a Seplan pretende definir uma proposta de padronização dos seguintes instrumentos: ficha de indicadores, que reúna os atributos necessários para a sua caracterização; ficha de análise, para orientar quanto à adequabilidade dos indicadores em relação às políticas; e ficha de caracterização das metas, para complementar as informações existentes no Siop.			
162843	A análise adequada para uma constatação dos fatos provocados ou não pela política pública requer, a rigor, um contrafactual do que seriam os resultados encontrados se não houvesse a intervenção pública. Tal empreitada demanda uma série de técnicas de avaliação que considere cada caso no contexto de cada política pública. Adicionalmente, é necessário considerar que as políticas públicas precisam de uma janela de tempo razoável para seu impacto ser passível de medição. Desse modo, a proposta da Seplan é iniciar tratativas internas para consolidação do Comitê de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Federais (Cmap), visando a uma articulação institucional consistente em conjunto com outros órgãos. Então, a partir de uma definição estratégica mais precisa e participativa, poderão ser constituídos os sistemas de monitoramento e avaliação. Um dos produtos dessas tratativas é a elaboração de um guia orientador do tema da avaliação para os órgãos, além da realização de pesquisas junto ao Ipea para o levantamento da capacidade avaliativa dos órgãos da administração pública.			
162845	A análise adequada para uma constatação dos fatos provocados ou não pela política pública requer, a rigor, um contrafactual do que seriam os resultados encontrados se não houvesse a intervenção pública. Tal empreitada demanda			

			<p>uma série de técnicas de avaliação que considere cada caso no contexto de cada política pública. Adicionalmente, é necessário considerar que as políticas públicas precisam de uma janela de tempo razoável para seu impacto ser passível de medição.</p> <p>Desse modo, a proposta da Seplan é iniciar tratativas internas para consolidação do Cmap, visando a uma articulação institucional consistente em conjunto com outros órgãos. Então, a partir de uma definição estratégica mais precisa e participativa, poderão ser constituídos os sistemas de monitoramento e avaliação. Um dos produtos dessas tratativas é a elaboração de um guia orientador do tema da avaliação para os órgãos, além da realização de pesquisas junto ao Ipea para o levantamento da capacidade avaliativa dos órgãos da administração pública.</p>
		162846	<p>A análise adequada para uma constatação dos fatos provocados ou não pela política pública requer, a rigor, um contrafactual do que seriam os resultados encontrados se não houvesse a intervenção pública. Tal empreitada demanda uma série de técnicas de avaliação que considere cada caso no contexto de cada política pública. Adicionalmente, é necessário considerar que as políticas públicas precisam de uma janela de tempo razoável para seu impacto ser passível de medição.</p> <p>Desse modo, a proposta da Seplan é iniciar tratativas internas para consolidação do CMAP, visando a uma articulação institucional consistente em conjunto com outros órgãos. Então, a partir de uma definição estratégica mais precisa e participativa, poderão ser constituídos os sistemas de monitoramento e avaliação. Um dos produtos dessas tratativas é a elaboração de um guia orientador do tema da avaliação para os órgãos, além da realização de pesquisas junto ao Ipea para o levantamento da capacidade avaliativa dos órgãos da administração pública.</p>

Fonte: Sistema Monitor CGU

Recomendação do Órgão de Controle Interno – Exercício de 2017				
Recebida	Atendida	Em monitoramento	Nº Rec.	Providências Adotadas
SGP				
10	2	8	93887	<p>A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 03495.000068/2014-76 já concluiu os trabalhos de apuração, tendo apresentado Relatório Final em dezembro de 2015. Informa-se ainda que o processo de cadastramento das consignatárias sob nova sistemática de convênios eletrônicos com vigência de 60 meses foi concluído com sucesso. Todos os requisitos de regularidades das entidades consignatárias autorizadas a operar descontos de consignação na folha de pagamento do Siape foram verificados com a respectiva criação automática e parametrizada de novas rubricas de descontos na faixa 34000. As consignatárias que não se cadastraram ou que não atenderam aos requisitos e procedimentos estabelecidos pela Portaria Segep nº 52, de 14 de fevereiro de 2014, foram efetivamente descredenciadas.</p> <p>Foi publicada a portaria 81, de 02/06/2016 com o resultado final da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar. Em 09/02/2018 a recomendação foi enviada a esta SGP para complementação de informações.</p>
			49167	<p>Por intermédio do ACÓRDÃO Nº 3194/2014 – TCU – Plenário, Sessão de 19/11/2014, o Tribunal de Contas da União considerou atendido o subitem 1.6.2, letra “a”, do Acórdão/TCU nº 3800/2008 – 1ª Câmara, que determinou à então SRH/MP a realização de fiscalização no Corpo de Bombeiros, na Polícia Militar e na Polícia Civil do Distrito Federal, com vistas a verificar a consistência das bases de dados desses órgãos no Siape e o atendimento à legislação federal de pessoal aplicável.</p>

	<p>Assim, dentre as medidas possíveis de serem efetivadas no Siape, reprisa-se a implementação do cálculo automático de rubricas associadas ao pagamento de soldo, adicionais, auxílios e gratificações inerentes aos cargos do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF). Além disso, no caso específico da Polícia Militar do DF, foram criadas rubricas com sequências bloqueadas para valores informados superiores ao limite estabelecido em tabelas do Siape.</p> <p>Finalmente, quanto aos itens do Relatório de Auditoria nº 201203202 para os quais foram propostos desenvolvimento e implementação de funcionalidades no novo Sigepe, dentre os quais correspondência entre o quantitativo do efetivo da corporação (CBMDF e PMDF) no Siape e o fornecido pela corporação, considerando-se o número de agregados e de excedentes; pagamento sistêmico do Adicional por tempo de serviço (ATS) e cálculo automático de auxílio moradia (PMDF), entende-se como medida mais adequada o aprimoramento dos mecanismos de controle mantidos nos CBMDF e PMDF, tendo em vista que foram desenvolvidas as rotinas sistêmicas para o adequado processamento das respectivas folhas no âmbito do Siape, cabendo às citadas corporações zelar pela consistência dos dados cadastrais e financeiros por elas registrados no Siape.</p> <p>Recomendação baixada em 25/10/2017.</p>
49169	<p>Data limite prorrogada para 31/7/2018. Aguardando o encerramento do piloto relativo ao Sistema de Avaliação de Desempenho e da conclusão da solução tecnológica do Banco de Talentos.</p>
49170	<p>Em relação ao plano para implementação de estudos e pesquisas amostrais a fim de complementar os dados obtidos por declaração dos órgãos quanto ao uso da Gestão por Competências, contendo cronogramas e resultados esperados, foi emitida a Nota Informativa nº 3/2015-CGPDD/DEDDI/SEGEP/MP, de 27 de março de 2015, a qual descreveu um estudo realizado em março de 2014 (por servidores internos do MP), que teve como objetivo realizar um levantamento de cinco casos de experiências de sucesso de órgãos e entidades na APF, que construíram respostas satisfatórias aos desafios postos à gestão contemporânea de pessoas. Em particular, como estão estruturados os subsistemas de gestão de competências e de avaliação de desempenho. Para tanto, foram enviados a CGU, o projeto e os quadros com os resultados das entrevistas dos órgãos: INSS, FNDE, RFB, STN e ANEEL.</p> <p>Recomendação atendida.</p>
49171	<p>Data limite prorrogada para 31/07/2018. Aguardando a implantação das soluções tecnológicas: Sistema de Avaliação de Desempenho e Banco de Talentos.</p>
144192	<p>Em atenção à recomendação feita, o tema já é tratado pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ainda que de forma genérica. Acrescente-se que o dispositivo em referência foi regulamentado pelo Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, cujo objetivo resta consignado em seu art. 1º. Observe-se que, no conteúdo do referido art., enfatiza-se a regulamentação dos Termos de Execução Descentralizada (TED).</p> <p>Vale destacar que, com a publicação do Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013, tal instrumento veio a substituir o Termo de Cooperação (TC), definido pelo Decreto nº 6.619, de 29 de outubro de 2008, como “instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão da APF direta, autarquia, fundação pública, ou empresa estatal dependente, para outro órgão ou entidade federal da mesma natureza”. Mas é no teor dos art. 12-A e 12-B que resta regulamentado o TEC. O Termo observará o disposto no Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e sua aplicação poderá ser disciplinada suplementarmente pelo ato conjunto previsto no art. 18.</p>

	<p>Conferindo materialidade à prerrogativa em comento, foi publicada a Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, que, dispondo sobre termos de cooperação, prevê a edição de ato conjunto dos Secretários-Executivos das referidas pastas em que se aprovará “minuta-padrão do termo de cooperação, a fim de orientar os órgãos e entidades envolvidos na celebração deste instrumento, enquanto não for regulamentado” (Parágrafo único do art. 89), o que se deu com a publicação da Portaria Conjunta nº 8, de 7 de novembro de 2012.</p> <p>Em análise pelo gestor acerca da pertinência da manutenção da recomendação, conforme solicitado pela CGU.</p>
144193	<p>Em relação às medidas necessárias tomadas pela antiga Secretaria de Gestão Pública (Segep) para o ressarcimento dos valores transferidos para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em resposta à Solicitação de Auditoria, cabe registrar que a UFRGS, por meio do Ofício nº 0122/2015-GR, de 17 de abril de 2015, acusa o recebimento da cópia integral do processo, encontrando-se, portanto, ciente quanto ao encaminhamento do assunto no âmbito deste Ministério.</p> <p>Além disso, nova comunicação oficial será direcionada a UFRGS cientificando a instituição do posicionamento final deste Ministério, sendo aguardado retorno da universidade quanto à questão”. Em continuidade às providências até então adotadas, por força do citado Parecer nº 00206/2015/CGJLC/AMA/CONJUR-MP/CGU/AGU, de 11 de março de 2015, a então Segep emitiu a NT nº 98/2015, de 05/06/2015, na qual sugere comunicação oficial ao CEGOV/UFRGS da análise conclusiva dos produtos e da consequente solicitação de ressarcimento, bem como encaminhou o Memorando nº 21, de 16 de julho de 2015, à antiga Dirad, deste Ministério, no qual comunica a decisão final quanto a parceria celebrada entre este Ministério e o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo da UFRGS e solicita o ressarcimento do montante de R\$297.147,95 (duzentos e noventa e sete mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos), conforme análise realizada dos produtos entregues. 3.</p> <p>A Dirad, face à natureza do assunto, encaminhou a documentação recebida à então Dipla, que, por sua vez, emitiu o Ofício SEI nº 5156/2015-MP, de 24 de agosto de 2015, dirigido ao Magnífico Reitor da UFRGS, solicitando que fosse efetuado, por aquela Universidade, o devido ressarcimento.</p> <p>Nesse ínterim, por força do Decreto nº 8.578, de 16 de novembro de 2015, a estrutura organizacional deste Ministério foi substancialmente alterada, com vigência a partir de 17 de dezembro de 2015, levando à extinção das antigas Segep e SRT e à criação da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público (SEGRT), que passou a assumir as competências relacionadas à política de gestão de pessoas do Governo Federal, e da Secretaria de Gestão (Seges).</p> <p>Já neste ano, por meio do Despacho nº 00408/2016/CHGAB/PGF/AGU, de 31 de maio de 2016, a Procuradoria Federal junto à UFRGS solicita à Conjur/MP, instauração de procedimento conciliatório para tratar da questão. O assunto foi então submetido à SEGRT, que, atendendo as recomendações da Conjur/MP e entendendo que os esforços de conciliação e de resolução de conflitos devam ser respeitados, manifestou sua disposição em participar da conciliação sob a égide da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal de AGU, por meio da Nota Técnica nº 8982/2016-MP, de 24 de junho de 2016. Na mesma Nota solicitou que a audiência de Conciliação não viesse a ocorrer antes do mês de agosto. Tendo em vista o exposto, a atual SGP aguarda a devida instauração do processo de conciliação,</p>

	<p>após o qual, a partir da decisão final que vier a ser proferida, dará continuidade às providências devidas.</p> <p>Como resultado do processo de conciliação, a UFRGS apresentou no dia 18/10/2017 um Plano de Trabalho Complementar, o qual foi considerado satisfatório pela equipe técnica da SGP. A proposta descreve um sistema contendo quatro módulos, dos quais três podem ser de significativa utilidade para a SGP: gestão da estratégia, gestão de processos e gestão de projetos, uma vez serem habitualmente utilizados em iniciativas de gestão por competências, objeto do Termo de Cooperação nº 24/2012.</p> <p>Na sequência, representantes da SGP demandaram à UFRGS: a) detalhes sobre os requisitos tecnológicos para instalação do sistema proposto; b) para a realização de testes, um usuário com perfil para parametrização, cadastro e visualização / gestão das informações. O item (a) acima foi atendido pela UFRGS em 01/12/2017. No mesmo dia, a SGP recebeu a informação de que o item (b) não poderia ser atendido, uma vez que o sistema foi desenvolvido em 2015 e que as equipes de desenvolvimento e suporte foram desfeitas quando de sua conclusão. Diante da impossibilidade de realização de testes para identificar a aderência do sistema às necessidades da SGP e também o grau de confiabilidade da solução, esta SGP irá buscar parceria com o MDIC, com o objetivo de estudar o sistema e dirimir essas questões.</p>
144194	<p>Buscando a melhoria contínua dos processos que compõem a sistemática de gestão da força de trabalho, mais especificamente no que se refere a novas diretrizes para o dimensionamento, foi assinado 21/11/2017 o Termo de Execução Descentralizada nº 017/2017 com a Universidade de Brasília para desenvolvimento e implantação de modelo referencial de dimensionamento da força de trabalho, com o objetivo de permitir que os órgãos da APF possam utilizar como prática permanente o dimensionamento da força de trabalho como base para as suas estratégias de Gestão de Pessoas</p>
144195	<p>O projeto Planejamento Estratégico da Força de Trabalho (PEFT) foi retomado em junho de 2016, demandando novos estudos, em função de novo escopo do projeto e de objeto diferente do inicialmente programado. Encontra-se atualmente, portanto, em fase preliminar de prospecção e replanejamento, visando uma abordagem atualizada. Nesse sentido, a SGP está totalmente alinhada à recomendação em questão, inclusive quanto à análise dos riscos envolvidos, que estão contidos no escopo do trabalho em andamento.</p> <p>Em 21/11/2017, foi assinado TED com o objetivo de implementar a referida metodologia. Na fase de planejamento, foram identificados os principais riscos baseados nas premissas do projeto, conforme tabela em anexo.</p>
161269	<p>Os estudos necessários para atualização das atribuições dos cargos efetivos criados no âmbito do Decreto nº 71.236, de 1972, são parte de um conjunto de mudanças que visam à modernização da Gestão de Pessoas na Administração Pública e deverão ser tratadas no plano de ações da SGP para o exercício de 2018, uma vez que medidas estruturantes, como os citados Projeto de Decreto de Extinção de Cargos e Projeto de Lei de Alongamento das Carreiras, já estarão encaminhadas. Dessa forma, a previsão de atualização do Decreto nº 71.236, de 1972 é julho de 2018, motivo pelo qual solicita-se a prorrogação do prazo indicado.</p> <p>Data limite prorrogada para 31/07/2018.</p>

Fonte: Sistema Monitor CGU

7.3 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços obedece à estrita ordem cronológica das datas de protocolo das Notas Fiscais, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), subdivididas por categorias de contrato, conforme IN Seges nº 2, de 06/12/2016. Os valores a serem pagos são ordenados observando, também, o prazo previsto em contrato para adimplemento da parcela, contado da data de recebimento da nota fiscal ou fatura.

No ano de 2017, foram concluídos 2.388 processos administrativos “Gestão de Contratos: Pagamentos” na Coordenação-Geral de Contratos, da SAA/MP. O tempo médio para conclusão desses processos foi de aproximadamente 21 dias.

7.4 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

No período de 2017, realizou-se a Campanha de Publicidade de Utilidade Pública da Secretaria de Patrimônio da União, denominada, "Grande Emissão" (E-Darf). A Campanha foi elaborada e desenvolvida pelo MP, em continuidade às ações de comunicação realizadas anteriormente, com o objetivo de minimizar a inadimplência de foros e taxas de ocupação que devem ser pagos anualmente por foreiros e ocupantes de imóveis da União, além de informar sobre a isenção da taxa e foro para famílias possuem renda de até cinco salários mínimos.

A Campanha apresentou as seguintes despesas:

Quadro 7.4 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	-	-	-
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	Programa 2125 - Gestão e Manutenção do MP – Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública	2.402.533,81*	1.607.608,03**

Fonte: Tesouro Gerencial

*Os valores empenhados foram descentralizados por meio do TED nº 05/2017 à Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) para a realização da campanha.

**A execução orçamentária e financeira foi realizada pela SECOM/PR, unidade responsável pela inscrição dos Restos a Pagar, do saldo empenhado não pago em 2017.

8. ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I - 6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

ANEXO I - Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

201002 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

201004 - Coordenação-Geral de Aquisições

201005 - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

201013 - Coordenação de Execução Financeira

201018 - Departamento de Órgãos Extintos

201044 - Coordenação de Produção da Folha de Pagamento de Benefícios Indenizatórios

201045 - Coordenação-Geral de Gestão de Estatutários

201060 - Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no Acre

201061 - Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no Amapá

201062 - Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em Rondônia

201063 - Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em Rondônia

201064 - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoal Civil e Militar do Antigo Distrito Federal



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201002 - COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	1.152.935.488,21	823.051.049,39	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	1.105.746.357,91	810.002.692,42	Ordinárias	-	-
Vinculadas	71.709.831,81	33.305.566,27	Vinculadas	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	18.391.843,83				
Alienação de Bens e Direitos	47.164.026,39	17.977.385,95			
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6.153.961,59	15.328.180,32			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-24.520.701,51	-20.257.209,30			
Transferências Financeiras Recebidas	12.306.850.707,94	12.963.121.805,45	Transferências Financeiras Concedidas	13.500.770.214,29	13.570.507.845,28
Resultantes da Execução Orçamentária	12.082.480.869,61	12.731.653.025,80	Resultantes da Execução Orçamentária	12.164.485.184,37	12.557.272.118,39
Cota Recebida	12.079.170.378,47	12.721.404.721,39	Repasse Concedido	3.197.589.740,55	2.636.930.762,74
Repasse Recebido	1.984.924,42	7.263.274,59	Sub-repasse Concedido	8.966.894.156,28	9.915.243.248,49
Repasse Devolvido	543.902,47	69.381,21	Cota Devolvida	1.287,54	5.098.107,16
Sub-repasse Devolvido	781.664,25	2.915.648,61	Independentes da Execução Orçamentária	1.336.285.029,92	1.013.235.726,89
Independentes da Execução Orçamentária	224.369.838,33	231.468.779,65	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	255.015.462,05	208.720.793,85
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	205.562.736,64	200.228.032,19	Demais Transferências Concedidas	622.985,90	27,89
Demais Transferências Recebidas	1.113.012,92	1.580.070,21	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.080.646.581,97	804.514.905,15
Movimentação de Saldos Patrimoniais	17.694.088,77	29.660.677,25	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Despesas Extraorçamentárias	90.190.522,95	38.430.394,76
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	90.190.522,95	38.430.394,76
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	90.190.522,95	38.429.988,45
			Demais Pagamentos		406,31
Saldo do Exercício Anterior	197.276.684,94	20.042.070,14	Saldo para o Exercício Seguinte	66.102.143,85	197.276.684,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	197.276.684,94	20.042.070,14	Caixa e Equivalentes de Caixa	66.102.143,85	197.276.684,94
TOTAL	13.657.062.881,09	13.806.214.924,98	TOTAL	13.657.062.881,09	13.806.214.924,98



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201002 - COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	557.288.276,00	557.288.276,00	1.105.771.461,82	548.483.185,82
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	26.274.062,40	26.274.062,40
Contribuições Sociais	-	-	26.274.062,40	26.274.062,40
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	371.513.522,00	371.513.522,00	1.059.220.030,09	687.706.508,09
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	139.247.482,00	139.247.482,00	6.377.365,78	-132.870.116,22
Valores Mobiliários	232.266.040,00	232.266.040,00	-	-232.266.040,00
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	1.052.842.664,31	1.052.842.664,31
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	164.999.446,00	164.999.446,00	299.969,19	-164.699.476,81
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.520.000,00	2.520.000,00	299.969,19	-2.220.030,81
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	162.479.446,00	162.479.446,00	-	-162.479.446,00
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	20.775.308,00	20.775.308,00	19.977.400,14	-797.907,86
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	7.540.094,00	7.540.094,00	91.730,63	-7.448.363,37
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	27.850,00	27.850,00	18.973.686,30	18.945.836,30
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	13.207.364,00	13.207.364,00	911.983,21	-12.295.380,79
RECEITAS DE CAPITAL	6.645.600,00	6.645.600,00	47.164.026,39	40.518.426,39
Operações de Crédito	6.645.600,00	6.645.600,00	-	-6.645.600,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	6.645.600,00	6.645.600,00	-	-6.645.600,00
Alienação de Bens	-	-	47.164.026,39	47.164.026,39
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	47.164.026,39	47.164.026,39
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201002 - COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	563.933.876,00	563.933.876,00	1.152.935.488,21	589.001.612,21
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	563.933.876,00	563.933.876,00	1.152.935.488,21	589.001.612,21
TOTAL	563.933.876,00	563.933.876,00	1.152.935.488,21	589.001.612,21
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	37.246.647.352,00	38.522.924.211,00	-	-	-	38.522.924.211,00
Pessoal e Encargos Sociais	25.267.324.509,00	27.431.906.651,00	-	-	-	27.431.906.651,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	11.979.322.843,00	11.091.017.560,00	-	-	-	11.091.017.560,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.219.809.322,00	785.355.189,00	-	-	-	785.355.189,00
Investimentos	212.195.595,00	41.905.754,00	-	-	-	41.905.754,00
Inversões Financeiras	1.007.613.727,00	743.449.435,00	-	-	-	743.449.435,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	389.745.486,00	389.745.486,00	-	-	-	389.745.486,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	38.856.202.160,00	39.698.024.886,00	-	-	-	39.698.024.886,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201002 - COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	38.856.202.160,00	39.698.024.886,00	-	-	-	39.698.024.886,00
SUPERAVIT			1.152.935.488,21			-1.152.935.488,21
TOTAL	38.856.202.160,00	39.698.024.886,00	1.152.935.488,21	-	-	38.545.089.397,79

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201002 - COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	66.102.143,85	197.276.684,94	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	66.102.143,85	197.276.684,94

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	66.102.143,85	197.276.684,94	PASSIVO FINANCEIRO	-	-
ATIVO PERMANENTE	-	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	66.102.143,85	197.276.684,94

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	7.336.320,87	8.673.788,87	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	37.200.082,64	63.399.183,47
Execução dos Atos Potenciais Ativos	7.336.320,87	8.673.788,87	Execução dos Atos Potenciais Passivos	37.200.082,64	63.399.183,47
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	7.336.320,87	8.673.788,87	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	37.200.082,64	63.399.183,47
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	7.336.320,87	8.673.788,87	TOTAL	37.200.082,64	63.399.183,47

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	65.293.871,50
Recursos Vinculados	808.272,35
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	808.272,35
TOTAL	66.102.143,85



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201002 - COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-178.338.567,48	159.257.228,85
INGRESSOS	13.412.622.169,76	13.768.195.468,89
Receitas Derivadas e Originárias	1.105.771.461,82	805.073.663,44
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	26.274.062,40	-
Receita Patrimonial	1.059.220.030,09	777.014.272,69
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	299.969,19	9.818.952,72
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	19.977.400,14	18.240.438,03
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	12.306.850.707,94	12.963.121.805,45
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	12.306.850.707,94	12.963.121.805,45
DESEMBOLSOS	-13.590.960.737,24	-13.608.938.240,04
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201002 - COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-13.590.960.737,24	-13.608.938.240,04
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-13.500.770.214,29	-13.570.507.845,28
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-90.190.522,95	-38.429.988,45
Demais Pagamentos	-	-406,31
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	47.164.026,39	17.977.385,95
INGRESSOS	47.164.026,39	17.977.385,95
Alienação de Bens	47.164.026,39	17.977.385,95
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201002 - COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-131.174.541,09	177.234.614,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	197.276.684,94	20.042.070,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	66.102.143,85	197.276.684,94



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201002 - COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.385.503.498,11	13.802.595.030,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.069.063.571,97	800.637.337,76
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.069.063.571,97	800.637.337,76
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.595,70	148,63
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.595,70	148,63
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	12.306.850.707,94	12.963.121.805,45
Transferências Intragovernamentais	12.306.850.707,94	12.963.121.805,45
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	34.991.493,84
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	34.991.493,84
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	9.587.622,50	3.844.244,64
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201002 - COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	9.587.622,50	3.844.244,64
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	13.516.678.039,20	13.599.943.740,57
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	15.905.331,86	17.957.313,31
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	15.905.331,86	17.957.313,31
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	13.500.770.214,29	13.570.507.845,28
Transferências Intragovernamentais	13.500.770.214,29	13.570.507.845,28
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	9.574.818,89
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	8.292.272,06
Desincorporação de Ativos	-	1.282.546,83



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201002 - COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.493,05	1.903.763,09
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.493,05	1.903.763,09
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-131.174.541,09	202.651.289,75

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	162,92
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	162,92
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	162,92
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	162,92	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	162,92	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	162,92			
Saldo do Exercício Anterior	-	-	Saldo para o Exercício Seguinte	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
TOTAL	-	162,92	TOTAL	-	162,92



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018

PAGINA 2

SUBTÍTULO 201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	211.013.700,07	201.386.492,61	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	211.013.700,07	201.386.492,61

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	-	-	PASSIVO FINANCEIRO	-	-
ATIVO PERMANENTE	211.013.700,07	201.386.492,61	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	211.013.700,07	201.386.492,61

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.110.000,00	1.110.000,00	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.110.000,00	1.110.000,00	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	1.110.000,00	1.110.000,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.110.000,00	1.110.000,00	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	162,92
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	-	162,92
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	162,92
DESEMBOLSOS	-	-162,92
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PÁGINA 2

SUBTÍTULO 201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-162,92
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-162,92
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	25.983.312,31	45.750.465,76
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	13.576.361,97	40.715.460,18
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	13.576.361,97	40.715.460,18
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	12.406.950,34	5.034.842,66
Reavaliação de Ativos	17.641,17	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	12.389.309,17	5.034.842,66
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	162,92
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	162,92
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	14.249.801,62	10.490.827,14
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13.012.462,95	8.545.966,52
Uso de Material de Consumo	523.806,21	317.644,70
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.488.656,74	8.228.321,82
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.039.694,72	1.925.981,97
Transferências Intragovernamentais	-	162,92
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.039.694,72	1.925.819,05
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	197.643,95	18.878,65
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	490,34	6.230,67
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	197.153,61	12.647,98



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	11.733.510,69	35.259.638,62

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018

PÁGINA 1

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	2.557.917.691,13	2.407.963.142,18
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.858.447.958,44	1.765.260.498,76
Vinculadas	-	-	Vinculadas	699.469.732,69	642.702.643,42
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Educação	5.866,56	1.230,72
			Seguridade Social (Exceto RGPS)	699.098.293,51	416.285.028,24
			Operação de Crédito		226.381.911,17
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	365.572,62	34.473,29
Transferências Financeiras Recebidas	2.549.466.380,30	2.407.938.805,04	Transferências Financeiras Concedidas	4.720.349,48	7.818.362,89
Resultantes da Execução Orçamentária	2.548.867.428,42	2.407.803.731,25	Resultantes da Execução Orçamentária	-	2.181.327,03
Sub-repasse Recebido	2.548.867.428,42	2.407.803.731,25	Sub-repasse Devolvido		2.181.327,03
Independentes da Execução Orçamentária	598.951,88	135.073,79	Independentes da Execução Orçamentária	4.720.349,48	5.637.035,86
Movimentação de Saldos Patrimoniais	598.951,88	135.073,79	Movimento de Saldos Patrimoniais	4.720.349,48	5.637.035,86
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	23.280.857,36	19.524.826,32	Despesas Extraorçamentárias	12.640.976,97	9.768.229,35
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	17.967.768,28	13.193.849,34	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	11.449.285,49	8.939.214,44
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.191.691,48	829.014,91	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.191.691,48	829.014,91
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.121.397,60	5.501.962,07	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	4.121.397,60	5.501.962,07			
Saldo do Exercício Anterior	13.081.407,10	11.167.510,16	Saldo para o Exercício Seguinte	10.549.627,18	13.081.407,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.081.407,10	11.167.510,16	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.549.627,18	13.081.407,10
TOTAL	2.585.828.644,76	2.438.631.141,52	TOTAL	2.585.828.644,76	2.438.631.141,52



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	2.557.917.691,13	2.557.917.691,13
TOTAL	-	-	2.557.917.691,13	2.557.917.691,13
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	2.557.917.691,13	2.539.949.922,85	2.539.949.922,85	-2.557.917.691,13
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	2.322.678.897,01	2.306.232.919,36	2.306.232.919,36	-2.322.678.897,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	235.238.794,12	233.717.003,49	233.717.003,49	-235.238.794,12
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	2.557.917.691,13	2.539.949.922,85	2.539.949.922,85	-2.557.917.691,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	2.557.917.691,13	2.539.949.922,85	2.539.949.922,85	-2.557.917.691,13
TOTAL	-	-	2.557.917.691,13	2.539.949.922,85	2.539.949.922,85	-2.557.917.691,13

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	420,00	13.193.849,34	11.449.285,49	11.449.285,49	1.744.983,85	-0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	11.853.960,07	10.528.261,84	10.528.261,84	1.325.698,23	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	420,00	1.339.889,27	921.023,65	921.023,65	419.285,62	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	420,00	13.193.849,34	11.449.285,49	11.449.285,49	1.744.983,85	-0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis Direitos de Uso de Imóveis (-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis (-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis Diferido	- - - - -	- - - - -			
TOTAL DO ATIVO	21.654.883,79	57.233.305,97	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.654.883,79	57.233.305,97

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	10.549.627,18	13.081.407,10	PASSIVO FINANCEIRO	17.967.768,28	13.194.269,34
ATIVO PERMANENTE	11.105.256,61	44.151.898,87	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	3.687.115,51	44.039.036,63

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-7.418.141,10
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-7.418.141,10



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-2.531.779,92	1.913.896,94
INGRESSOS	2.554.779.469,38	2.414.269.782,02
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.554.779.469,38	2.414.269.782,02
Ingressos Extraorçamentários	1.191.691,48	829.014,91
Transferências Financeiras Recebidas	2.549.466.380,30	2.407.938.805,04
Arrecadação de Outra Unidade	4.121.397,60	5.501.962,07
DESEMBOLSOS	-2.557.311.249,30	-2.412.355.885,08
Pessoal e Demais Despesas	-2.374.638.280,15	-2.237.723.280,05
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-1.052.710.010,90	-974.636.597,63
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.321.905.866,74	-1.263.042.116,18
Saúde	-	-9.230,20
Trabalho	-	-
Educação	-11.866,56	-3.334,10
Cultura	-10.535,95	-32.001,94
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-176.760.928,19	-165.985.227,23
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-176.760.928,19	-165.985.227,23
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-5.912.040,96	-8.647.377,80
Dispêndios Extraorçamentários	-1.191.691,48	-829.014,91
Transferências Financeiras Concedidas	-4.720.349,48	-7.818.362,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.531.779,92	1.913.896,94



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017 PERIODO Anual

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTITULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	13.081.407,10	11.167.510,16
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	10.549.627,18	13.081.407,10



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.553.587.777,90	2.415.622.094,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.549.466.380,30	2.407.938.805,04
Transferências Intragovernamentais	2.549.466.380,30	2.407.938.805,04
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	2.181.327,03
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	2.181.327,03
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.121.397,60	5.501.962,07
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.121.397,60	5.501.962,07
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.555.304.995,92	2.413.395.757,30
Pessoal e Encargos	1.225.240.271,60	1.136.555.012,25
Remuneração a Pessoal	939.095.802,04	859.694.966,97
Encargos Patronais	178.695.392,52	166.639.620,21
Benefícios a Pessoal	51.689.762,75	53.263.271,33
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	55.759.314,29	56.957.153,74
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.322.280.208,50	1.263.322.347,33
Aposentadorias e Reformas	558.149.640,50	507.666.674,96
Pensões	763.751.237,60	755.368.448,77
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	379.330,40	287.223,60
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.690.017,37	2.180.984,07
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	1.690.017,37	2.180.984,07
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	4.720.349,48	7.818.362,89
Transferências Intragovernamentais	4.720.349,48	7.818.362,89
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.374.148,97	3.518.240,76
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	2.181.327,03
Desincorporação de Ativos	1.374.148,97	1.336.913,73



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	810,00
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	810,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.717.218,02	2.226.336,84

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018

PÁGINA 1

SUBTÍTULO 201013 - COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇ. E FINANCEIRA

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	1.723.059.688,09	3.454.160.512,63
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.680.045.324,06	2.937.144.528,73
Vinculadas	-	-	Vinculadas	43.014.364,03	517.015.983,90
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	1.909.772,59	2.516.000,00
			Operação de Crédito	38.613.542,26	500.001.998,71
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.491.049,18	14.497.985,19
Transferências Financeiras Recebidas	1.312.809.880,31	3.375.622.459,56	Transferências Financeiras Concedidas	432.738,16	1.621.177,78
Resultantes da Execução Orçamentária	1.119.340.570,40	3.155.949.099,91	Resultantes da Execução Orçamentária	-	677.530,72
Sub-repasse Recebido	1.119.340.570,40	3.155.949.099,91	Sub-repasse Devolvido	-	677.530,72
Independentes da Execução Orçamentária	193.469.309,91	219.673.359,65	Independentes da Execução Orçamentária	432.738,16	943.647,06
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	139.408.977,65	156.850.261,71	Movimento de Saldos Patrimoniais	432.738,16	943.647,06
Movimentação de Saldos Patrimoniais	54.060.332,26	62.823.097,94	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	604.132.833,18	291.861.943,47	Despesas Extraorçamentárias	194.441.965,89	210.202.348,99
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	63,70	112.617,20	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	112.617,20	23.965.153,65
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	603.671.249,82	290.623.838,62	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	194.328.359,69	186.235.595,09
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	28.781,50	182.910,59	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	989,00	1.110,25
Outros Recebimentos Extraorçamentários	432.738,16	942.577,06	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	490,00
Arrecadação de Outra Unidade	432.738,16	942.577,06	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	490,00
Saldo do Exercício Anterior	2.783.270,01	1.282.906,38	Saldo para o Exercício Seguinte	1.791.591,36	2.783.270,01
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.783.270,01	1.282.906,38	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.791.591,36	2.783.270,01
TOTAL	1.919.725.983,50	3.668.767.309,41	TOTAL	1.919.725.983,50	3.668.767.309,41



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	1.723.059.688,09	1.723.059.688,09
TOTAL	-	-	1.723.059.688,09	1.723.059.688,09
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	1.289.489.670,69	816.961.430,48	816.961.366,78	-1.289.489.670,69
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	1.289.489.670,69	816.961.430,48	816.961.366,78	-1.289.489.670,69
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	433.570.017,40	302.427.007,79	302.427.007,79	-433.570.017,40
Investimentos	-	-	16.502.721,40	1.448.360,47	1.448.360,47	-16.502.721,40
Inversões Financeiras	-	-	417.067.296,00	300.978.647,32	300.978.647,32	-417.067.296,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	1.723.059.688,09	1.119.388.438,27	1.119.388.374,57	-1.723.059.688,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	1.723.059.688,09	1.119.388.438,27	1.119.388.374,57	-1.723.059.688,09
TOTAL	-	-	1.723.059.688,09	1.119.388.438,27	1.119.388.374,57	-1.723.059.688,09

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	50.782.436,04	277.261.404,40	181.165.843,43	181.165.843,43	47.747.748,18	99.130.248,83
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	50.782.436,04	277.261.404,40	181.165.843,43	181.165.843,43	47.747.748,18	99.130.248,83
DESPESAS DE CAPITAL	48.419,90	13.362.434,22	13.162.516,26	13.162.516,26	13.899,90	234.437,96
Investimentos	48.419,90	13.357.994,22	13.162.516,26	13.162.516,26	13.899,90	229.997,96
Inversões Financeiras	-	4.440,00	-	-	-	4.440,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	50.830.855,94	290.623.838,62	194.328.359,69	194.328.359,69	47.761.648,08	99.364.686,79

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	112.617,20	112.617,20	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	112.617,20	112.617,20	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	112.617,20	112.617,20	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.793.491,36	20.234.096,03	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.793.491,36	20.234.096,03

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	1.791.591,36	2.783.270,01	PASSIVO FINANCEIRO	703.245.863,15	341.749.382,10
ATIVO PERMANENTE	1.900,00	17.450.826,02	PASSIVO PERMANENTE	674.985,51	674.985,51
SALDO PATRIMONIAL	702.127.357,30	322.190.271,58			

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	25.208.365,10	20.118.799,87	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	869.226.670,04	938.875.930,73
Execução dos Atos Potenciais Ativos	25.208.365,10	20.118.799,87	Execução dos Atos Potenciais Passivos	869.226.670,04	938.875.930,73
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	25.208.365,10	20.118.799,87	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	450.000,00	450.000,00
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	868.776.670,04	938.425.930,73
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	25.208.365,10	20.118.799,87	TOTAL	869.226.670,04	938.875.930,73

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-679.522.431,07
Recursos Vinculados	-21.931.840,72
Operação de Crédito	-20.371.596,61
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-1.560.244,11
TOTAL	-701.454.271,79



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	314.597.703,40	1.205.427.414,28
INGRESSOS	1.313.271.399,97	3.376.747.947,21
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.313.271.399,97	3.376.747.947,21
Ingressos Extraorçamentários	28.781,50	182.910,59
Transferências Financeiras Recebidas	1.312.809.880,31	3.375.622.459,56
Arrecadação de Outra Unidade	432.738,16	942.577,06
DESEMBOLSOS	-998.673.696,57	-2.171.320.532,93
Pessoal e Demais Despesas	-284.199.497,95	-304.865.112,74
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-282.496.986,64	-301.960.217,51
Defesa Nacional	-	-270.822,13
Segurança Pública	-349.185,22	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-1.353.326,09	-2.516.000,00
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-74.323,10
Organização Agrária	-	-10.000,00
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 01/02/2018	PAGINA 2
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-33.750,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-714.040.471,46	-1.864.832.642,16
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-237.118,78	-1.149.960,74
Outras Transferências Concedidas	-713.803.352,68	-1.863.682.681,42
Outros Desembolsos das Operações	-433.727,16	-1.622.778,03
Dispêndios Extraorçamentários	-989,00	-1.110,25
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-490,00
Transferências Financeiras Concedidas	-432.738,16	-1.621.177,78
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-315.589.382,05	-1.203.927.050,65
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-315.589.382,05	-1.203.927.050,65
Aquisição de Ativo Não Circulante	-8.016.655,67	-1.198.754.995,65
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-307.572.726,38	-5.172.055,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201013 - COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇ. E FINANCEIRA

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-991.678,65	1.500.363,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.783.270,01	1.282.906,38
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.791.591,36	2.783.270,01



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.313.242.618,47	3.388.777.681,82
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-780,00
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-780,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.312.809.880,31	3.387.107.502,14
Transferências Intragovernamentais	1.312.809.880,31	3.387.107.182,91
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	319,23
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	727.602,62
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	727.602,62
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	432.738,16	943.357,06
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	432.738,16	943.357,06
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.318.813.938,79	3.361.461.417,58
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	283.850.991,04	281.845.459,87
Uso de Material de Consumo	725,00	-
Serviços	283.850.266,04	281.845.459,87
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	846.752.020,31	1.881.367.332,28
Transferências Intragovernamentais	432.738,16	1.621.177,78
Transferências Intergovernamentais	800.000,00	11.200.000,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	834.387.898,59	1.863.186.816,39
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	11.131.383,56	5.359.338,11
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	188.207.952,32	1.198.247.761,40
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	727.293,44
Desincorporação de Ativos	188.207.952,32	1.197.520.467,96



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.975,12	864,03
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.975,12	864,03
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-5.571.320,32	27.316.264,24

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	6.522.866,69	216.126,19	Transferências Financeiras Concedidas	10.562.070,72	6.735.550,95
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	6.522.866,69	216.126,19	Independentes da Execução Orçamentária	10.562.070,72	6.735.550,95
Movimentação de Saldos Patrimoniais	6.522.866,69	216.126,19	Movimento de Saldos Patrimoniais	10.562.070,72	6.735.550,95
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	4.039.204,03	6.519.424,76	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.039.204,03	6.519.424,76	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	4.039.204,03	6.519.424,76			
Saldo do Exercício Anterior	-	-	Saldo para o Exercício Seguinte	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
TOTAL	10.562.070,72	6.735.550,95	TOTAL	10.562.070,72	6.735.550,95



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	59.073.649,07	954.404.748,89	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59.073.649,07	954.404.748,89

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	-	-	PASSIVO FINANCEIRO	-	-
ATIVO PERMANENTE	59.073.649,07	954.404.748,89	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	59.073.649,07	954.404.748,89

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.721,75	4.720,47	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	4.721,75	4.720,47	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	4.721,75	4.720,47	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	4.721,75	4.720,47	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	10.562.070,72	6.735.550,95
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	10.562.070,72	6.735.550,95
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	6.522.866,69	216.126,19
Arrecadação de Outra Unidade	4.039.204,03	6.519.424,76
DESEMBOLSOS	-10.562.070,72	-6.735.550,95
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-10.562.070,72	-6.735.550,95
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-10.562.070,72	-6.735.550,95
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017 PERIODO Anual

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTITULO 200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	71.703.752,48	34.739.066,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	139,05	14.747,22
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	139,05	14.747,22
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	6.522.869,61	1.256.583,17
Transferências Intragovernamentais	6.522.866,69	216.126,19
Transferências Intergovernamentais	2,92	1.040.456,98
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	65.180.743,82	33.467.736,58
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	65.180.743,82	33.467.736,58
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.885.639,99	15.670.797,07
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	10.562.381,96	6.746.626,71
Transferências Intragovernamentais	10.562.070,72	6.735.550,95
Transferências Intergovernamentais	311,24	11.075,76
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.323.258,03	2.732.161,01
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	1.323.258,03	2.732.161,01



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	6.192.009,35
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	6.192.009,35
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	59.818.112,49	19.068.269,90

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	4.532.941,13	7.556.535,56
Ordinárias	-	-	Ordinárias	4.532.941,13	7.556.535,56
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	4.532.941,13	7.556.535,56	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	4.532.941,13	7.556.535,56	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	4.532.941,13	7.556.535,56	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	Saldo para o Exercício Seguinte	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
TOTAL	4.532.941,13	7.556.535,56	TOTAL	4.532.941,13	7.556.535,56



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	4.532.941,13	4.532.941,13
TOTAL	-	-	4.532.941,13	4.532.941,13
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	4.532.941,13	4.532.941,13	4.532.941,13	-4.532.941,13
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	4.532.941,13	4.532.941,13	4.532.941,13	-4.532.941,13
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	4.532.941,13	4.532.941,13	4.532.941,13	-4.532.941,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	4.532.941,13	4.532.941,13	4.532.941,13	-4.532.941,13
TOTAL	-	-	4.532.941,13	4.532.941,13	4.532.941,13	-4.532.941,13

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018

PAGINA 2

SUBTÍTULO 201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
			-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	-	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	-	-	PASSIVO FINANCEIRO	-	-
ATIVO PERMANENTE	-	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	4.532.941,13	7.556.535,56
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	4.532.941,13	7.556.535,56
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	4.532.941,13	7.556.535,56
DESEMBOLSOS	-4.532.941,13	-7.556.535,56
Pessoal e Demais Despesas	-4.532.941,13	-7.556.535,56
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-4.532.941,13	-7.556.535,56
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017 PERIODO Anual

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTITULO 201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.532.941,13	7.556.535,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	4.532.941,13	7.556.535,56
Transferências Intragovernamentais	4.532.941,13	7.556.535,56
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.532.941,13	7.556.535,56
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.532.941,13	7.556.535,56
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	4.532.941,13	7.556.535,56
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201044 - COORD.DE PROD.DA FOPAG DE BENEF.INDENIZATORIO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201045 - COORD.-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	51.446.718,41	671.118,11
Ordinárias	-	-	Ordinárias	51.446.718,41	613.704,00
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	57.414,11
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	57.414,11
Transferências Financeiras Recebidas	51.406.988,71	621.118,11	Transferências Financeiras Concedidas	89.489,83	112.295,77
Resultantes da Execução Orçamentária	51.406.988,71	621.118,11	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	51.406.988,71	621.118,11	Independentes da Execução Orçamentária	89.489,83	112.295,77
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	89.489,83	112.295,77
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	201.691,42	187.504,35	Despesas Extraorçamentárias	66.130,30	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	4.896,67	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	50.776,07	75.208,58	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	14.566,14	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	56.528,85	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	51.564,16	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	89.489,83	112.295,77	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	89.489,83	112.295,77			
Saldo do Exercício Anterior	30.982,16	5.773,58	Saldo para o Exercício Seguinte	37.323,75	30.982,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	30.982,16	5.773,58	Caixa e Equivalentes de Caixa	37.323,75	30.982,16
TOTAL	51.639.662,29	814.396,04	TOTAL	51.639.662,29	814.396,04



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201045 - COORD.-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201045 - COORD.-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	51.446.718,41	51.446.718,41
TOTAL	-	-	51.446.718,41	51.446.718,41
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	51.446.718,41	51.395.942,34	51.391.045,67	-51.446.718,41
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	50.703.062,73	50.703.062,73	50.703.062,73	-50.703.062,73
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	743.655,68	692.879,61	687.982,94	-743.655,68
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	51.446.718,41	51.395.942,34	51.391.045,67	-51.446.718,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201045 - COORD.-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	51.446.718,41	51.395.942,34	51.391.045,67	-51.446.718,41
TOTAL	-	-	51.446.718,41	51.395.942,34	51.391.045,67	-51.446.718,41

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	75.208,58	14.566,14	14.566,14	-	60.642,44
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	75.208,58	14.566,14	14.566,14	-	60.642,44
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	75.208,58	14.566,14	14.566,14	-	60.642,44

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201045 - COORD.-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	11.254.330,07	1.519.690,95	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.254.330,07	1.519.690,95

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	37.323,75	30.982,16	PASSIVO FINANCEIRO	121.279,87	75.208,58
ATIVO PERMANENTE	11.217.006,32	1.488.708,79	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	11.133.050,20	1.444.482,37

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-83.956,12
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-83.956,12



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201045 - COORD.-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	6.341,59	25.208,58
INGRESSOS	51.553.007,39	733.413,88
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	51.553.007,39	733.413,88
Ingressos Extraorçamentários	56.528,85	-
Transferências Financeiras Recebidas	51.406.988,71	621.118,11
Arrecadação de Outra Unidade	89.489,83	112.295,77
DESEMBOLSOS	-51.546.665,80	-708.205,30
Pessoal e Demais Despesas	-51.405.611,81	-595.909,53
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-702.549,08	-538.495,42
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-50.703.062,73	-57.414,11
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PÁGINA 2

SUBTÍTULO 201045 - COORD.-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-141.053,99	-112.295,77
Dispêndios Extraorçamentários	-51.564,16	-
Transferências Financeiras Concedidas	-89.489,83	-112.295,77
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.341,59	25.208,58



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201045 - COORD.-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	30.982,16	5.773,58
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	37.323,75	30.982,16



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201045 - COORD.-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	51.496.478,54	1.772.061,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	5.733,64	-
Contribuições Sociais	5.733,64	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	51.406.988,71	1.659.765,90
Transferências Intragovernamentais	51.406.988,71	621.118,11
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	1.038.647,79
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	83.756,19	112.295,77
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201045 - COORD.-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	83.756,19	112.295,77
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	41.771.700,78	715.865,26
Pessoal e Encargos	12.439,61	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	12.439,61	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	41.178.028,59	595.909,53
Aposentadorias e Reformas	13.402.304,90	-
Pensões	27.098.178,63	57.414,11
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	677.545,06	538.495,42
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	31.492,67	7.659,96
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	17.461,08	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	14.031,59	7.659,96
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	549.739,91	112.295,77
Transferências Intragovernamentais	89.489,83	112.295,77
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	460.250,08	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201045 - COORD.-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	9.724.777,76	1.056.196,41

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AC

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	218.060.526,40	245.158.151,52
Ordinárias	-	-	Ordinárias	217.365.886,36	245.006.505,54
Vinculadas	-	-	Vinculadas	694.640,04	151.645,98
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	599.762,17	39.068,99
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	94.877,87	112.576,99
Transferências Financeiras Recebidas	217.851.536,43	245.219.569,24	Transferências Financeiras Concedidas	43.007,14	64.147,63
Resultantes da Execução Orçamentária	217.849.536,43	245.158.040,13	Resultantes da Execução Orçamentária	-	2.169,42
Repasso Recebido	619.677,57	64.799,38	Sub-repasso Devolvido	-	2.169,42
Sub-repasso Recebido	217.229.858,86	245.093.240,75	Independentes da Execução Orçamentária	43.007,14	61.978,21
Independentes da Execução Orçamentária	2.000,00	61.529,11	Movimento de Saldos Patrimoniais	43.007,14	61.978,21
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.000,00	61.529,11	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	258.581,35	269.845,47	Despesas Extraorçamentárias	187.043,10	51.549,55
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	5.096,60	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	141.039,73	188.621,30	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	117.956,86	33.587,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	69.086,24	17.962,42	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	69.086,24	17.962,42
Outros Recebimentos Extraorçamentários	43.358,78	63.261,75	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	351,64	1.112,61			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	170,93			
Arrecadação de Outra Unidade	43.007,14	61.978,21			
Saldo do Exercício Anterior	286.586,22	71.020,21	Saldo para o Exercício Seguinte	106.127,36	286.586,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	286.586,22	71.020,21	Caixa e Equivalentes de Caixa	106.127,36	286.586,22
TOTAL	218.396.704,00	245.560.434,92	TOTAL	218.396.704,00	245.560.434,92



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AC

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AC

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	218.060.526,40	218.060.526,40
TOTAL	-	-	218.060.526,40	218.060.526,40
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	218.003.354,14	217.903.211,51	217.898.114,91	-218.003.354,14
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	215.408.613,12	215.408.613,12	215.408.613,12	-215.408.613,12
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	2.594.741,02	2.494.598,39	2.489.501,79	-2.594.741,02
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	57.172,26	16.275,16	16.275,16	-57.172,26
Investimentos	-	-	57.172,26	16.275,16	16.275,16	-57.172,26
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	218.060.526,40	217.919.486,67	217.914.390,07	-218.060.526,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AC

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	218.060.526,40	217.919.486,67	217.914.390,07	-218.060.526,40
TOTAL	-	-	218.060.526,40	217.919.486,67	217.914.390,07	-218.060.526,40

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	63.882,21	184.621,30	113.956,86	113.956,86	100.927,49	33.619,16
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	63.882,21	184.621,30	113.956,86	113.956,86	100.927,49	33.619,16
DESPESAS DE CAPITAL	-	4.000,00	4.000,00	4.000,00	-	-
Investimentos	-	4.000,00	4.000,00	4.000,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	63.882,21	188.621,30	117.956,86	117.956,86	100.927,49	33.619,16

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AC

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	11.495.747,33	1.637.863,37	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.495.747,33	1.637.863,37

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	106.127,36	286.586,22	PASSIVO FINANCEIRO	182.423,67	254.820,05
ATIVO PERMANENTE	11.389.619,97	1.351.277,15	PASSIVO PERMANENTE	3.768,01	3.768,01
			SALDO PATRIMONIAL	11.309.555,65	1.379.275,31

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	169.072,53		SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.154.978,57	2.578.041,36
Execução dos Atos Potenciais Ativos	169.072,53		Execução dos Atos Potenciais Passivos	3.154.978,57	2.578.041,36
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-		Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	169.072,53		Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-		Obrigações Contratuais a Executar	3.154.978,57	2.578.041,36
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-		Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	169.072,53		TOTAL	3.154.978,57	2.578.041,36

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-78.855,49
Recursos Vinculados	2.559,18
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-4.898,75
Outros Recursos Vinculados a Fundos	7.457,93
TOTAL	-76.296,31



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AC

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-160.183,70	229.498,91
INGRESSOS	217.963.629,81	245.299.680,80
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	217.963.629,81	245.299.680,80
Ingressos Extraorçamentários	69.086,24	17.962,42
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	170,93
Transferências Financeiras Recebidas	217.851.536,43	245.219.569,24
Arrecadação de Outra Unidade	43.007,14	61.978,21
DESEMBOLSOS	-218.123.813,51	-245.070.181,89
Pessoal e Demais Despesas	-218.011.720,13	-244.987.980,73
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-2.600.194,41	-2.501.526,83
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-215.411.877,36	-242.487.566,51
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 01/02/2018	PÁGINA 2
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AC
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	351,64	1.112,61
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-91,11
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-91,11
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-112.093,38	-82.110,05
Dispêndios Extraorçamentários	-69.086,24	-17.962,42
Transferências Financeiras Concedidas	-43.007,14	-64.147,63
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-20.275,16	-13.932,90
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-20.275,16	-13.932,90
Aquisição de Ativo Não Circulante	-20.275,16	-13.932,90
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AC

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-180.458,86	215.566,01
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	286.586,22	71.020,21
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	106.127,36	286.586,22



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 01/02/2018	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AC
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	217.894.543,57	245.754.895,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	14.391,48	5.960,40
Contribuições Sociais	14.391,48	5.960,40
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	217.851.536,43	245.661.389,48
Transferências Intragovernamentais	217.851.536,43	245.219.569,24
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	441.820,24
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	31.528,14
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	31.528,14
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	28.615,66	56.017,81
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AC
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	28.615,66	56.017,81
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	208.042.107,85	260.424.670,27
Pessoal e Encargos	194.868,19	119.889,95
Remuneração a Pessoal	138.542,34	70.519,43
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	56.325,85	49.370,52
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	205.506.184,53	242.654.545,46
Aposentadorias e Reformas	191.514.789,81	77.363.637,20
Pensões	13.698.557,02	164.932.939,33
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	292.837,70	357.968,93
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.282.559,51	2.089.153,92
Uso de Material de Consumo	4.741,70	8.228,58
Serviços	2.246.727,38	2.073.249,75
Depreciação, Amortização e Exaustão	31.090,43	7.675,59
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	53.837,24	66.507,63
Transferências Intragovernamentais	43.007,14	64.147,63
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	10.830,10	2.360,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	15.494.573,31
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	2.169,42
Desincorporação de Ativos	-	15.492.403,89



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AC
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	4.658,38	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	4.658,38	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	9.852.435,72	-14.669.774,44

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AP

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	1.388.759.391,23	1.134.922.736,47
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.256.482.418,15	994.207.316,35
Vinculadas	-	-	Vinculadas	132.276.973,08	140.715.420,12
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	131.377.444,87	140.134.510,98
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	322.469,55	86.441,40
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	577.058,66	494.467,74
Transferências Financeiras Recebidas	1.386.825.802,75	1.135.089.597,04	Transferências Financeiras Concedidas	8.578.127,69	217.069,24
Resultantes da Execução Orçamentária	1.386.825.358,75	1.135.025.295,60	Resultantes da Execução Orçamentária	20,85	-
Repasse Recebido	991.776,45	124.520,53	Sub-repasse Devolvido	20,85	-
Sub-repasse Recebido	1.385.833.582,30	1.134.900.775,07	Independentes da Execução Orçamentária	8.578.106,84	217.069,24
Independentes da Execução Orçamentária	444,00	64.301,44	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	8.290,61
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	64.301,44	Movimento de Saldos Patrimoniais	8.578.106,84	208.778,63
Movimentação de Saldos Patrimoniais	444,00	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	10.573.184,01	848.315,64	Despesas Extraorçamentárias	491.324,61	90.625,09
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.027.325,58	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	3.523,68
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	883.231,56	622.246,59	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	434.941,53	79.579,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	84.953,63	17.290,42	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	56.383,08	7.522,05
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.577.673,24	208.778,63	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	10,40	-			
Arrecadação de Outra Unidade	8.577.662,84	208.778,63			
Saldo do Exercício Anterior	965.515,89	258.034,01	Saldo para o Exercício Seguinte	535.659,12	965.515,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	965.515,89	258.034,01	Caixa e Equivalentes de Caixa	535.659,12	965.515,89
TOTAL	1.398.364.502,65	1.136.195.946,69	TOTAL	1.398.364.502,65	1.136.195.946,69



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AP

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AP

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	1.388.759.391,23	1.388.759.391,23
TOTAL	-	-	1.388.759.391,23	1.388.759.391,23
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	1.388.759.391,23	1.387.876.159,67	1.386.848.834,09	-1.388.759.391,23
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	1.327.641.797,08	1.327.641.797,08	1.326.614.471,50	-1.327.641.797,08
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	61.117.594,15	60.234.362,59	60.234.362,59	-61.117.594,15
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	1.388.759.391,23	1.387.876.159,67	1.386.848.834,09	-1.388.759.391,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AP

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	1.388.759.391,23	1.387.876.159,67	1.386.848.834,09	-1.388.759.391,23
TOTAL	-	-	1.388.759.391,23	1.387.876.159,67	1.386.848.834,09	-1.388.759.391,23

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	622.246,59	434.941,53	434.941,53	44.246,70	143.058,36
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	622.246,59	434.941,53	434.941,53	44.246,70	143.058,36
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	622.246,59	434.941,53	434.941,53	44.246,70	143.058,36

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSION 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AP

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	110.692.441,93	11.781.022,95	PASSIVO CIRCULANTE	1.065.674,90	9.768,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	535.659,12	965.515,89	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.027.325,58	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	110.156.782,81	10.815.507,06	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	38.349,32	9.768,37
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.052.196,54	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.065.674,90	9.768,37
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	-	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	2.052.196,54	-	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	55.494,22	-	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	55.494,22	-	Resultados Acumulados	111.678.963,57	11.771.254,58
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	99.907.708,99	-80.667.675,57
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	11.771.254,58	92.438.930,15
Bens Imóveis	1.996.702,32	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	1.998.264,43	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	111.678.963,57	11.771.254,58
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.562,11	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018

PÁGINA 2

SUBTÍTULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AP

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	112.744.638,47	11.781.022,95	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	112.744.638,47	11.781.022,95

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	535.659,12	965.515,89	PASSIVO FINANCEIRO	2.091.964,82	632.014,96
ATIVO PERMANENTE	112.208.979,35	10.815.507,06	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	110.652.673,65	11.149.007,99

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	110.650,13	115.497,15	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	960,00	960,00
Execução dos Atos Potenciais Ativos	110.650,13	115.497,15	Execução dos Atos Potenciais Passivos	960,00	960,00
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	110.650,13	115.497,15	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	960,00	960,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	110.650,13	115.497,15	TOTAL	960,00	960,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.697.109,33
Recursos Vinculados	140.803,63
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	142.051,36
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-1.247,73
TOTAL	-1.556.305,70



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AP
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-429.856,77	761.836,48
INGRESSOS	1.395.488.419,22	1.135.315.666,09
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.395.488.419,22	1.135.315.666,09
Ingressos Extraorçamentários	84.953,63	17.290,42
Transferências Financeiras Recebidas	1.386.825.802,75	1.135.089.597,04
Arrecadação de Outra Unidade	8.577.662,84	208.778,63
DESEMBOLSOS	-1.395.918.275,99	-1.134.553.829,61
Pessoal e Demais Despesas	-1.272.121.469,46	-1.054.966.851,62
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-686.280.052,88	-555.105.075,85
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-204.325,93	-117.604,19
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-585.637.101,05	-499.744.171,58
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AP

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	10,40	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-115.162.295,76	-79.362.386,70
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-115.162.295,76	-79.362.386,70
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-8.634.510,77	-224.591,29
Dispêndios Extraorçamentários	-56.383,08	-7.522,05
Transferências Financeiras Concedidas	-8.578.127,69	-217.069,24
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-54.354,60
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-54.354,60
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-54.354,60
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-429.856,77	707.481,88



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017 PERIODO Anual

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTITULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AP

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	965.515,89	258.034,01
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	535.659,12	965.515,89



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AP
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.397.457.224,24	1.139.819.728,63
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	8.351.436,69	-
Contribuições Sociais	8.351.436,69	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.388.879.561,40	1.135.089.597,04
Transferências Intragovernamentais	1.386.825.802,75	1.135.089.597,04
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.053.758,65	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	4.521.352,96
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	4.521.352,96
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	226.226,15	208.778,63
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AP
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	226.226,15	208.778,63
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.297.549.515,25	1.220.487.404,20
Pessoal e Encargos	740.422.310,31	733.055.641,32
Remuneração a Pessoal	577.467.668,09	610.780.907,26
Encargos Patronais	115.162.295,76	79.362.386,70
Benefícios a Pessoal	47.792.346,46	42.912.347,36
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	536.505.311,57	476.719.545,91
Aposentadorias e Reformas	389.505.499,38	341.333.636,51
Pensões	146.126.658,10	134.662.079,32
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	873.154,09	723.830,08
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	12.043.765,68	10.427.589,19
Uso de Material de Consumo	85.048,49	68.470,53
Serviços	11.957.155,08	10.359.118,66
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.562,11	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	8.578.127,69	236.423,84
Transferências Intragovernamentais	8.578.127,69	217.069,24
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	19.354,60
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	48.203,94
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	48.203,94



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/AP
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	99.907.708,99	-80.667.675,57

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	1.418.665.770,01	1.229.323.006,19
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.416.764.997,04	442.092.328,94
Vinculadas	-	-	Vinculadas	1.900.772,97	787.230.677,25
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)		785.825.114,51
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	467.617,34	6.416,20
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.433.155,63	1.399.146,54
Transferências Financeiras Recebidas	1.431.431.294,79	1.207.888.012,06	Transferências Financeiras Concedidas	7.232.340,00	217.071,97
Resultantes da Execução Orçamentária	1.411.189.593,02	1.207.242.618,74	Resultantes da Execução Orçamentária	744.323,73	2.100,00
Repasse Recebido	1.812.542,36	11.702,32	Sub-repasse Devolvido	744.323,73	2.100,00
Sub-repasse Recebido	1.409.377.050,66	1.207.230.916,42	Independentes da Execução Orçamentária	6.488.016,27	214.971,97
Independentes da Execução Orçamentária	20.241.701,77	645.393,32	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.400,38	10.425,14
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	274.685,54	500.000,99	Movimento de Saldos Patrimoniais	6.486.615,89	204.546,83
Demais Transferências Recebidas	1.600,00	5.543,69	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	19.965.416,23	139.848,64	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-	Despesas Extraorçamentárias	109.003.669,65	64.408.482,17
Recebimentos Extraorçamentários	14.709.075,89	175.309.163,80	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	108.446.448,71	69.255,40
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	12.390,06	108.448.715,77	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	269.564,09	565.782,09
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	7.848.603,85	2.867.966,75	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	287.656,85	63.773.444,68
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	360.476,55	63.787.934,45	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.487.605,43	204.546,83			
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	989,54				
Arrecadação de Outra Unidade	6.486.615,89	204.546,83			
Saldo do Exercício Anterior	89.402.109,15	153.493,62	Saldo para o Exercício Seguinte	640.700,17	89.402.109,15
Caixa e Equivalentes de Caixa	89.402.109,15	153.493,62	Caixa e Equivalentes de Caixa	640.700,17	89.402.109,15
TOTAL	1.535.542.479,83	1.383.350.669,48	TOTAL	1.535.542.479,83	1.383.350.669,48



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	1.418.665.770,01	1.418.665.770,01
TOTAL	-	-	1.418.665.770,01	1.418.665.770,01
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	1.418.654.881,01	1.410.808.767,16	1.410.796.377,10	-1.418.654.881,01
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	1.386.099.843,94	1.378.918.319,05	1.378.915.992,78	-1.386.099.843,94
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	32.555.037,07	31.890.448,11	31.880.384,32	-32.555.037,07
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	10.889,00	8.399,00	8.399,00	-10.889,00
Investimentos	-	-	10.889,00	8.399,00	8.399,00	-10.889,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	1.418.665.770,01	1.410.817.166,16	1.410.804.776,10	-1.418.665.770,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	1.418.665.770,01	1.410.817.166,16	1.410.804.776,10	-1.418.665.770,01
TOTAL	-	-	1.418.665.770,01	1.410.817.166,16	1.410.804.776,10	-1.418.665.770,01

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	2.861.008,75	262.606,09	262.606,09	2.598.402,66	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.898.245,81	-	-	1.898.245,81	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	962.762,94	262.606,09	262.606,09	700.156,85	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	6.958,00	6.958,00	6.958,00	-	-
Investimentos	-	6.958,00	6.958,00	6.958,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	2.867.966,75	269.564,09	269.564,09	2.598.402,66	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	108.448.715,77	108.446.448,71	-	2.267,06
Pessoal e Encargos Sociais	-	106.062.603,85	106.062.603,85	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	2.386.111,92	2.383.844,86	-	2.267,06
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	108.448.715,77	108.446.448,71	-	2.267,06



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSION 01/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis Direitos de Uso de Imóveis (-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis (-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis Diferido	- - - - -	- - - - -			
TOTAL DO ATIVO	110.987.581,64	96.483.141,22	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	110.987.581,64	96.483.141,22

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	640.700,17	89.402.109,15	PASSIVO FINANCEIRO	7.951.559,98	111.331.172,29
ATIVO PERMANENTE	110.346.881,47	7.081.032,07	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL		14.848.031,07	SALDO PATRIMONIAL	103.036.021,66	

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	444.957,41	450.000,00	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	45.242,00	48.786,94
Execução dos Atos Potenciais Ativos	444.957,41	450.000,00	Execução dos Atos Potenciais Passivos	45.242,00	48.786,94
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	444.957,41	450.000,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	45.242,00	48.786,94
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	444.957,41	450.000,00	TOTAL	45.242,00	48.786,94

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-7.035.592,22
Recursos Vinculados	-275.267,59
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-44.212,73
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-231.054,86
TOTAL	-7.310.859,81



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RO
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-88.746.051,98	89.264.893,53
INGRESSOS	1.438.278.387,23	1.271.880.493,34
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.438.278.387,23	1.271.880.493,34
Ingressos Extraorçamentários	360.476,55	63.787.934,45
Transferências Financeiras Recebidas	1.431.431.294,79	1.207.888.012,06
Arrecadação de Outra Unidade	6.486.615,89	204.546,83
DESEMBOLSOS	-1.527.024.439,21	-1.182.615.599,81
Pessoal e Demais Despesas	-1.463.973.852,34	-1.083.891.725,87
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-330.386.226,01	-209.899.865,69
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.133.587.024,72	-873.986.328,13
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-4.638,36
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-1.591,15	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-893,69
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	989,54	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-55.530.590,02	-34.733.357,29
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-55.530.590,02	-34.733.357,29
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-7.519.996,85	-63.990.516,65
Dispêndios Extraorçamentários	-287.656,85	-63.773.444,68
Transferências Financeiras Concedidas	-7.232.340,00	-217.071,97
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-15.357,00	-16.278,00
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-15.357,00	-16.278,00
Aquisição de Ativo Não Circulante	-15.357,00	-16.278,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-88.761.408,98	89.248.615,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	89.402.109,15	153.493,62
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	640.700,17	89.402.109,15



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.437.917.910,68	1.208.098.770,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	6.141.113,91	-
Contribuições Sociais	6.141.113,91	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.431.431.294,79	1.207.888.012,06
Transferências Intragovernamentais	1.431.431.294,79	1.207.888.012,06
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	6.211,70
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	6.211,70
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	345.501,98	204.546,83
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	345.501,98	204.546,83
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.315.053.220,85	1.298.380.305,46
Pessoal e Encargos	348.572.951,74	338.417.712,34
Remuneração a Pessoal	265.251.297,80	277.729.817,33
Encargos Patronais	52.185.105,34	38.883.924,14
Benefícios a Pessoal	26.014.569,20	18.973.076,96
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.121.979,40	2.830.893,91
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	953.954.114,31	952.186.617,36
Aposentadorias e Reformas	793.337.601,67	802.822.160,22
Pensões	159.764.884,44	148.465.796,46
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	851.628,20	898.660,68
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	5.279.632,84	5.584.622,22
Uso de Material de Consumo	128.963,23	79.160,32
Serviços	5.150.669,61	5.505.461,90
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	7.242.973,40	291.849,97
Transferências Intragovernamentais	7.232.340,00	217.071,97
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	10.633,40	74.778,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	1.894.068,16
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	2.100,00
Desincorporação de Ativos	-	1.891.968,16



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	3.548,56	5.435,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.548,56	5.435,41
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	122.864.689,83	-90.281.534,87

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RR

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	883.461.749,10	791.236.503,21
Ordinárias	-	-	Ordinárias	787.272.299,80	686.985.733,07
Vinculadas	-	-	Vinculadas	96.189.449,30	104.250.770,14
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	95.141.510,61	103.495.034,75
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	416.021,98	45.161,12
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	631.916,71	710.574,27
Transferências Financeiras Recebidas	888.043.904,13	784.833.127,43	Transferências Financeiras Concedidas	8.679.965,12	6.700.219,14
Resultantes da Execução Orçamentária	882.945.058,39	784.483.990,19	Resultantes da Execução Orçamentária	37.319,67	-
Repasse Recebido	885.630,91	30.664,03	Sub-repasse Devolvido	37.319,67	-
Sub-repasse Recebido	882.059.427,48	784.453.326,16	Independentes da Execução Orçamentária	8.642.645,45	6.700.219,14
Independentes da Execução Orçamentária	5.098.845,74	349.137,24	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	7.165,39	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	189.359,29	349.134,95	Movimento de Saldos Patrimoniais	8.635.480,06	6.700.219,14
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.909.486,45	2,29	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	9.331.995,01	14.004.298,23	Despesas Extraorçamentárias	5.367.627,14	622.453,96
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.541,46	5.058.021,06	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	4.905.748,63	1.075,20
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	635.728,82	2.218.980,83	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	445.153,17	590.573,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	57.244,67	23.581,67	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.725,34	23.583,96
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.635.480,06	6.703.714,67	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	7.221,52
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	3.497,82	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	7.221,52
Arrecadação de Outra Unidade	8.635.480,06	6.700.216,85			
Saldo do Exercício Anterior	705.155,80	426.906,45	Saldo para o Exercício Seguinte	571.713,58	705.155,80
Caixa e Equivalentes de Caixa	705.155,80	426.906,45	Caixa e Equivalentes de Caixa	571.713,58	705.155,80
TOTAL	898.081.054,94	799.264.332,11	TOTAL	898.081.054,94	799.264.332,11



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RR

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RR

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	883.461.749,10	883.461.749,10
TOTAL	-	-	883.461.749,10	883.461.749,10
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	883.432.450,10	882.818.040,28	882.814.498,82	-883.432.450,10
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	846.291.820,35	846.291.820,35	846.291.820,35	-846.291.820,35
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	37.140.629,75	36.526.219,93	36.522.678,47	-37.140.629,75
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	29.299,00	7.980,00	7.980,00	-29.299,00
Investimentos	-	-	29.299,00	7.980,00	7.980,00	-29.299,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	883.461.749,10	882.826.020,28	882.822.478,82	-883.461.749,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RR

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	883.461.749,10	882.826.020,28	882.822.478,82	-883.461.749,10
TOTAL	-	-	883.461.749,10	882.826.020,28	882.822.478,82	-883.461.749,10

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	488.942,33	2.194.176,97	424.413,21	424.413,21	2.258.706,09	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.063.084,70	2.210,36	2.210,36	1.060.874,34	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	488.942,33	1.131.092,27	422.202,85	422.202,85	1.197.831,75	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	24.803,86	20.739,96	20.739,96	4.063,90	-
Investimentos	-	24.803,86	20.739,96	20.739,96	4.063,90	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	488.942,33	2.218.980,83	445.153,17	445.153,17	2.262.769,99	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	289,00	5.058.021,06	4.905.748,63	2.063,81	150.497,62
Pessoal e Encargos Sociais	-	5.044.146,45	4.905.748,63	1.157,12	137.240,70
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	289,00	13.874,61	-	906,69	13.256,92
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	289,00	5.058.021,06	4.905.748,63	2.063,81	150.497,62



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RR

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	799.620,36	717.955,80	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	799.620,36	717.955,80

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	571.713,58	705.155,80	PASSIVO FINANCEIRO	830.287,23	7.766.233,22
ATIVO PERMANENTE	227.906,78	12.800,00	PASSIVO PERMANENTE	1.446.414,93	77.792,93
SALDO PATRIMONIAL	1.477.081,80	7.126.070,35			

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	40.480,14	16.013,48	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.818.540,29	1.907.028,85
Execução dos Atos Potenciais Ativos	40.480,14	16.013,48	Execução dos Atos Potenciais Passivos	2.818.540,29	1.907.028,85
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	40.480,14	16.013,48	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	2.818.540,29	1.907.028,85
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	40.480,14	16.013,48	TOTAL	2.818.540,29	1.907.028,85

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-257.396,65
Recursos Vinculados	-1.177,00
Seguridade Social (Exceto RGPS)	110.508,98
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-51.650,42
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-60.035,56
TOTAL	-258.573,65



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RR
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-104.722,26	301.570,93
INGRESSOS	896.736.628,86	791.560.423,77
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	896.736.628,86	791.560.423,77
Ingressos Extraorçamentários	57.244,67	23.581,67
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	3.497,82
Transferências Financeiras Recebidas	888.043.904,13	784.833.127,43
Arrecadação de Outra Unidade	8.635.480,06	6.700.216,85
DESEMBOLSOS	-896.841.351,12	-791.258.852,84
Pessoal e Demais Despesas	-816.505.672,54	-726.765.998,59
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-440.914.695,81	-412.654.148,49
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-375.590.976,73	-314.104.628,58
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018

PÁGINA 2

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RR

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-7.221,52
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-71.638.988,12	-57.769.051,15
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-71.638.988,12	-57.769.051,15
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-8.696.690,46	-6.723.803,10
Dispêndios Extraorçamentários	-16.725,34	-23.583,96
Transferências Financeiras Concedidas	-8.679.965,12	-6.700.219,14
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-28.719,96	-23.321,58
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-28.719,96	-23.321,58
Aquisição de Ativo Não Circulante	-28.719,96	-23.321,58
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RR

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-133.442,22	278.249,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	705.155,80	426.906,45
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	571.713,58	705.155,80



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RR
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	896.681.630,68	792.048.735,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	8.567.018,62	6.634.095,72
Contribuições Sociais	8.567.018,62	6.634.095,72
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	464,39	31.257,46
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	464,39	31.257,46
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	888.043.904,13	784.833.127,43
Transferências Intragovernamentais	888.043.904,13	784.833.127,43
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.246,49	515.390,77
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.246,49	515.390,77
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	67.997,05	34.863,67
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RR
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	67.997,05	34.863,67
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	880.122.830,61	772.250.311,26
Pessoal e Encargos	486.023.673,06	449.835.961,30
Remuneração a Pessoal	388.826.439,07	358.385.351,90
Encargos Patronais	66.716.055,37	62.669.846,98
Benefícios a Pessoal	29.848.263,88	28.780.762,42
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	632.914,74	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	379.006.247,78	309.827.048,26
Aposentadorias e Reformas	291.290.773,68	233.787.479,00
Pensões	87.054.674,30	75.506.332,93
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	660.799,80	533.236,33
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	5.208.160,63	5.149.590,34
Uso de Material de Consumo	140.638,23	134.356,02
Serviços	5.067.522,40	5.015.234,32
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	8.713.505,08	6.710.740,72
Transferências Intragovernamentais	8.679.965,12	6.700.219,14
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	33.539,96	10.521,58
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	22.296,69
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	5.289,52
Desincorporação de Ativos	-	17.007,17



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MPDG/RR
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.171.244,06	704.673,95
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.171.244,06	704.673,95
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	16.558.800,07	19.798.423,79

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201064 - COO-GERAL GEST.PESSOL CIVIL MILITAR DO ANT.DF

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	1.149.802.316,54	946.168.328,17
Ordinárias	-	-	Ordinárias	284.016.614,12	946.168.328,17
Vinculadas	-	-	Vinculadas	865.785.702,42	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	865.785.702,42	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.149.687.264,86	945.834.818,61	Transferências Financeiras Concedidas	6.631.443,61	701.734,69
Resultantes da Execução Orçamentária	1.149.687.264,86	945.825.401,17	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	1.149.687.264,86	945.825.401,17	Independentes da Execução Orçamentária	6.631.443,61	701.734,69
Independentes da Execução Orçamentária	-	9.417,44	Movimento de Saldos Patrimoniais	6.631.443,61	701.734,69
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	9.417,44	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	54.500.135,60	11.162.404,26	Despesas Extraorçamentárias	295.164,27	9.982.203,44
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	47.412.250,74	404.724,74	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	22.266,92	17.109,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	456.441,25	10.065.362,27	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	272.897,35	9.965.093,52
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.631.443,61	692.317,25	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	6.631.443,61	692.317,25			
Saldo do Exercício Anterior	482.958,94	338.002,37	Saldo para o Exercício Seguinte	47.941.434,98	482.958,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	482.958,94	338.002,37	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.941.434,98	482.958,94
TOTAL	1.204.670.359,40	957.335.225,24	TOTAL	1.204.670.359,40	957.335.225,24



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201064 - COO-GERAL GEST.PESSOL CIVIL MILITAR DO ANT.DF

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201064 - COO-GERAL GEST.PESSOL CIVIL MILITAR DO ANT.DF

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	1.149.802.316,54	1.149.802.316,54
TOTAL	-	-	1.149.802.316,54	1.149.802.316,54
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	1.149.802.316,54	1.102.390.065,80	1.102.390.065,80	-1.149.802.316,54
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	1.148.425.877,41	1.101.038.585,53	1.101.038.585,53	-1.148.425.877,41
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	1.376.439,13	1.351.480,27	1.351.480,27	-1.376.439,13
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	1.149.802.316,54	1.102.390.065,80	1.102.390.065,80	-1.149.802.316,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201064 - COO-GERAL GEST.PESSOL CIVIL MILITAR DO ANT.DF

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	1.149.802.316,54	1.102.390.065,80	1.102.390.065,80	-1.149.802.316,54
TOTAL	-	-	1.149.802.316,54	1.102.390.065,80	1.102.390.065,80	-1.149.802.316,54

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	247.907,69	404.724,74	22.266,92	22.266,92	247.907,69	382.457,82
Pessoal e Encargos Sociais	247.907,69	353.390,09	22.266,92	22.266,92	247.907,69	331.123,17
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	51.334,65	-	-	-	51.334,65
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	247.907,69	404.724,74	22.266,92	22.266,92	247.907,69	382.457,82

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201064 - COO-GERAL GEST.PESSOL CIVIL MILITAR DO ANT.DF

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	153.495.719,83	482.958,94	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	153.495.719,83	482.958,94

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	47.941.434,98	482.958,94	PASSIVO FINANCEIRO	48.078.521,21	752.901,18
ATIVO PERMANENTE	105.554.284,85	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL		269.942,24	SALDO PATRIMONIAL	105.417.198,62	

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-210.725,36
Recursos Vinculados	73.639,13
Seguridade Social (Exceto RGPS)	68.433,90
Operação de Crédito	5.205,23
TOTAL	-137.086,23



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	201064 - COO-GERAL GEST.PESSOL CIVIL MILITAR DO ANT.DF
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	47.458.476,04	144.956,57
INGRESSOS	1.156.775.149,72	956.592.498,13
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.156.775.149,72	956.592.498,13
Ingressos Extraorçamentários	456.441,25	10.065.362,27
Transferências Financeiras Recebidas	1.149.687.264,86	945.834.818,61
Arrecadação de Outra Unidade	6.631.443,61	692.317,25
DESEMBOLSOS	-1.109.316.673,68	-956.447.541,56
Pessoal e Demais Despesas	-1.102.412.332,72	-945.780.713,35
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-1.351.480,27	-553.903,90
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.101.060.852,45	-945.226.809,45
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201064 - COO-GERAL GEST.PESSOL CIVIL MILITAR DO ANT.DF

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-6.904.340,96	-10.666.828,21
Dispêndios Extraorçamentários	-272.897,35	-9.965.093,52
Transferências Financeiras Concedidas	-6.631.443,61	-701.734,69
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	47.458.476,04	144.956,57



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201064 - COO-GERAL GEST.PESSOL CIVIL MILITAR DO ANT.DF

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	482.958,94	338.002,37
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	47.941.434,98	482.958,94



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201064 - COO-GERAL GEST.PESSOL CIVIL MILITAR DO ANT.DF
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.156.318.708,47	946.611.494,98
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	5.996.309,83	-
Contribuições Sociais	5.996.309,83	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.149.687.264,86	945.834.818,61
Transferências Intragovernamentais	1.149.687.264,86	945.834.818,61
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	84.359,12
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	84.359,12
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	635.133,78	692.317,25
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201064 - COO-GERAL GEST.PESSOL CIVIL MILITAR DO ANT.DF
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	635.133,78	692.317,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.003.489.491,48	947.134.183,46
Pessoal e Encargos	249.912,42	653.464,97
Remuneração a Pessoal	-	651.735,42
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	249.912,42	1.729,55
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	996.608.135,45	945.778.983,80
Aposentadorias e Reformas	154.127.032,44	169.062.990,64
Pensões	841.379.535,16	776.163.818,81
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.101.567,85	552.174,35
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	6.631.443,61	701.734,69
Transferências Intragovernamentais	6.631.443,61	701.734,69
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 201064 - COO-GERAL GEST.PESSOL CIVIL MILITAR DO ANT.DF

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	152.829.216,99	-522.688,48

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2017	2016